

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**TANTOS CAMPECHES QUANTAS IMAGINAÇÕES:**

**um estudo sobre o espaço do Campeche**

**VERA LUCIA NEHLS DIAS**

**ORIENTADOR: ODAIR GERCINO DA SILVA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA  
ABRIL, 1995**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

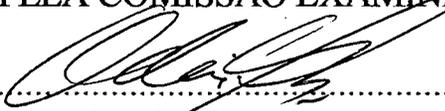
TANTOS CAMPECHES QUANTAS IMAGINAÇÕES:  
um estudo sobre o espaço do Campeche

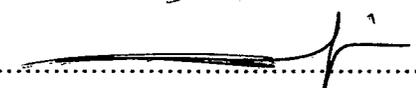
Por

Vera Lucia Nehls Dias

Dissertação submetida ao curso de  
Mestrado em Geografia, Área de  
Concentração Desenvolvimento Regional e  
Urbano, do Departamento de Geociências,  
do Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
da UFSC, em cumprimento parcial dos  
requisitos para obtenção do título de  
Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 17/04/1995.

  
..... Orientador  
Prof. Dr. Odair Gercino da Silva

  
..... Membro  
Prof. Dr. Augusto Cesar Zeferino

  
..... Membro  
Prof. M. Sc. Roberto Lobato Corrêa

Florianópolis - SC  
Abril de 1995

**Aos meus pais  
Telmo e Luise  
com amor.**

## ÍNDICE

·RESUMO	02
·ABSTRACT	03
·AGRADECIMENTOS	04
·INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I - O OLHAR DOS MORADORES	13
1. A Escolha dos Itinerários: o caminho das pedras	17
2. Os Limites das Fronteiras: até onde alcançam os olhos	30
3. O Crescimento do Lugar: contradições em ebulição	40
4. O Espaço dos Convívios: uma teia de muitos fios	49
5. Os Emblemas da Urbanização que Chega: inscrições sobre o espaço	61
CAPÍTULO II - O OLHAR DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS	69
1. O Espaço das Certezas	72
2. O Olhar Que Não Viaja	84
CAPÍTULO III - OLHAR O ESPAÇO É TAMBÉM IMAGINAR	96
1. A Verdade Geográfica: o olhar da ciência moderna	100
2. Uma Outra Leitura Sobre o Espaço: o olhar da imaginação	116
BIBLIOGRAFIA	124
ANEXOS	130

## RESUMO

Este estudo trata de algumas compreensões que envolvem de diferentes maneiras os sujeitos que se relacionam com o Campeche. Nossa preocupação central buscou entender as diversas concepções do espaço presentes sobretudo nas práticas discursivas dos moradores e dos órgãos públicos que atuam na área a partir das experiências singulares construídas em relação ao lugar.

Nesta trajetória, tomamos por base o entendimento de que um determinado espaço geográfico pressupõe o conjunto das relações simbólicas que fazem parte de um certo imaginário social, presente nas diferentes maneiras de perceber e praticar o espaço e que, os sujeitos que atuam no Campeche, elaboram referências e identidades cujos desdobramentos se constituem e se revestem destas significações imaginárias.

Em outras palavras, o campo das reflexões sobre as quais nos debruçamos aqui, pretendeu inserir a importância da dimensão simbólica presente na construção espacial tanto nas diversas práticas dos moradores como nos próprios discursos dos órgãos públicos.

## ABSTRACT

This work deals with the comprehension of space by individuals who are somewhat related to the Campeche region. Our main concern was to try to understand the different conceptions of space expressed either on the discourses held by individuals living in Campeche or by public agencies working on the area.

We have assumed that the understanding of a given geographic space presumes the ensemble of symbolic relationships that are part of a social imaginary present in the different ways space is perceived or modified. The people in Campeche elaborate references and identities whose consequences are embodied in these imaginary significations.

In other words, our reflections have searched to evaluate the importance of the symbolic dimension of space construction in several actions by the inhabitants of the region as well as in the speech pattern of public agencies.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho marcou uma etapa pessoal, intelectual e emocional da minha vida. Dentre muitos trajetos, realizei escolhas que me permitiram trilhar um caminho possível. Solitário, às vezes, porque necessário, mas em sua maioria dividido com pessoas muito especiais, seja pela sua paciente contribuição, debatendo e sugerindo idéias, seja pelo carinho com que abrigaram minha euforia ou me afagaram na horas mais difíceis. À elas dirijo os meus profundos agradecimentos:

O ingresso no curso de pós-graduação foi incentivado pelo Antônio e Everton. Depois deles, várias mudanças de tema foram resultado dos debates com os alunos e professores da UNISUL, da Escola Autonomia e da UDESC. Nesta, particularmente às professoras Vera, pelas conversas compreensivas e Célia, pelo incentivo sempre presente e pela leitura e debate na reta final.

Às alunas Thaís e Alessandra e ao Ivan que fizeram transcrições das fitas. Ao João C. Garcia pela confecção dos mapas.

À Luciana que além das transcrições, realizou uma inestimável pesquisa de arquivo com muito carinho e competência e com quem troquei aprendizados de vida.

Aos moradores do Campeche que com empenho, alegria e saudosismo buscaram na memória todas as informações que permitiram a realização deste trabalho. Aos funcionários da CASAN, TELESC, CELESC, CORREIO, IPUF, Câmara de Vereadores, Biblioteca Pública e Cartórios, pelas informações valiosas.

À ONG do Campeche - Bel, Bárbara, que acolheram e incentivaram a mudança para o Campeche. Ao Felipe, pelo desafio de repensar o projeto e pelas sugestões. Ao Marco pela realização do sonho da casa própria. À Liliane pelos muitos telefonemas instigantes.

À minha família primeira, Tina, Magda, Oscar, Telmo e Luana pela compreensiva resignação da minha ausência em momentos importantes. Ao Felizberto pela ternura mantida nos momentos de maior abandono.

Aos amigos Iara, Márcia, Inês, Flávia e Paulino pelas cervejas descontraídas, os papos abóboras e pelo gostar solidário.

À Maria Helena que me ensinou a lidar melhor com as emoções, com os incômodos, sonhos e desejos.

Ao Maurício pelas brigas fecundas e todo carinho durante esses 8 anos de feliz parceria.

Às minhas segundas famílias Biba, Bola, Gabri, Lovato, Lula, Miriam e Raquel, com os quais divido o viver sem restrições, a alegria, o aconchego, o amor e a intimidade às vezes de saia justa.

Ao Ricardo pela convivência de viês, fonte de mel e suspiros, da qual aprendi mais sobre os quereres, os limites e escolhas.

À Rose com quem reaprendi a dividir a casa, as tarefas, o dia-a-dia brincalhão e melancólico e o entusiasmo das novas descobertas. À ela devo os abraços, a sopa, a roupa lavada, o computador e os lenços prá enxugar o sufoco.

À Rosângela a quem recorri como quem consulta uma biblioteca riquíssima, principal responsável pelo meu amadurecimento intelectual, que soube observar com carinho e paciência. Dela conquistei uma orientação inestimável concedida na cozinha - lugar de preparo das coisas que alimentam o corpo e a alma. Sem ela, sem tese.

Ao Professor Odair Gercino da Silva pela liberdade de criação e orientação pertinente.

À CAPES e CNPq pelo auxílio alternado de bolsas de estudo que permitiu a viabilização da pesquisa.

## INTRODUÇÃO

*"Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse."*

*Ítalo Calvino.<sup>1</sup>*

A idéia inicial da qual partiu o presente estudo, tinha como preocupação o crescimento do Campeche entre 1984 e 1994. Queríamos compreender os elementos que motivaram a expansão rápida da área, bem como as possíveis contradições existentes no lugar ainda em formação. Como não havia levantamento recente de fotos aéreas e nem um mapeamento atualizado da ocupação urbana, nos incubimos da tarefa de adentrar neste universo e tentar esclarecer as causas e as particularidades que explicasse a problemática recém desenhada. Entretanto, ao realizarmos a pesquisa de campo que permitiria elaborar o mapa, nos deparamos com questões que mudariam o rumo e a orientação do trabalho.

Caminhando pelo bairro para localizar as edificações entramos em contato com os moradores e suas histórias de vida, contadas sempre que perguntávamos a quanto tempo residiam no lugar, se naturais daqui ou de outras áreas, se a habitação era própria ou alugada, se era primeira ou segunda residência, etc. Foi aí que

---

<sup>1</sup> CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. p. 149.

apareceram dúvidas quanto aos resultados que obteríamos em uma pesquisa que pretendia encontrar *causas e consequências* de uma ocupação desordenada, para então formular *explicações* que dessem conta da sua formação.

A riqueza dos relatos e a diversidade de informações obtidas junto aos moradores, nos levaram a buscar um caminho que levasse em consideração elementos da imaginação presentes naqueles depoimentos, os quais se desdobraram e trouxeram como resultado o estudo que passamos a apresentar agora.

As imagens espaciais sempre estiveram presentes nas formas humanas de interpretar, conhecer, sentir e vivenciar a realidade. Assim, as ações e as representações no fazer e se fazer humanos, são permeadas por noções de espacialidades diversas que remetem a convívios, práticas e vivências particulares. Estas singularidades alojam-se no imbricado terreno da imaginação social, transformando-se em uma das forças reguladoras da vida coletiva.<sup>2</sup>

Desta forma, através da imaginação, cada sociedade constrói uma consciência de si e dos outros, na qual os indivíduos e grupos ao se confrontarem, estruturam papéis, funções, relações de poder, de afeto e de afinidades e elaboram sua identidade através do reconhecimento social destas diferenças.

A noção de espaço, entendida como base geográfica necessária para o reconhecimento de identidades, possibilitará compreender quais elementos que a espacialidade suscita e remete na imaginação dos grupos que lhe dão origem e significado.

Neste sentido, este estudo resultou de uma trajetória onde procuramos mostrar as particularidades dos olhares dos moradores e dos órgãos públicos no que diz respeito à compreensão do espaço Campeche. Nesta trajetória, tomamos por base o entendimento de que um determinado espaço geográfico pressupõe o conjunto das

---

<sup>2</sup> BACZKO, B. A *imaginação social*. p. 309.

relações simbólicas que fazem parte de um certo imaginário social, presente nas diferentes maneiras de perceber e praticar o espaço.

Assim, partimos do plano da imaginação e das verdades produzidas por ela para colocar a questão do espaço, entendido como um dos resultados concretos da produção do espaço Campeche, construído a partir das representações - do conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento - dos seus habitantes. Para isso é importante salientar que os olhares sobre o Campeche não são homogêneos, ao contrário, são multifacetados, contraditórios e suas referências últimas dependem de um conhecimento prévio que não lhe é de todo objetivo, por isso, a compreensão deste espaço não possui fronteiras tão nítidas, nos remetendo frequentemente para fora de contornos fixos e estabelecidos anteriormente.

Em outras palavras, o campo das reflexões sobre as quais nos debruçamos acerca da construção do espaço do Campeche, pretendeu inserir a importância da dimensão simbólica presente tanto nas diversas práticas dos moradores como nos próprios discursos dos órgãos públicos. Assim, não nos propusemos a desvendar uma *realidade verdadeira* dos fatos, produzindo um conhecimento que desse conta de todas as causalidades e que estabelecesse todas as relações possíveis a seu respeito mas, aprendemos com CASTORIADIS(1991)<sup>3</sup> que só podemos nos propor a esclarecer mais sobre alguns aspectos do objeto e não a sua totalidade. Posto que a totalidade absoluta do real é também uma maneira de imaginá-lo.

Começamos o primeiro capítulo explicitando o caminho metodológico que nos levou a identificação e caracterização dos grupos de moradores do Campeche. Para isso nos valemos da pesquisa de campo que se constituiu, num conjunto de entrevistas com os habitantes do lugar e do levantamento *in loco* da ocupação urbana. Das entrevistas extraímos dados a respeito dos moradores, da localização e

---

<sup>3</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da Sociedade.**

das formas de apropriação dos terrenos onde residem, da origem (se naturais desta localidade ou nascidos em outras) e, das identidades construídas por estes sujeitos (quer como identidade espacial que remeteria a uma noção de territorialidade, quer como identidade de grupo motivada pela espacialidade ou como extensão desta). A partir daí, nos preocupamos em compreender as diversas delimitações do lugar e o significado simbólico destas demarcações presentes nos discursos dos habitantes.

Reconhecidas as fronteiras, buscamos explicitar as contradições impostas pelo crescimento urbano e os confrontos entre os grupos acerca do embate das novas e das velhas formas de praticar o lugar. Neste contexto, os convívios estabelecidos parecem indicar padrões de comportamento conflitivos que ratificam as diferentes identidades percebidas.

A essas considerações, pretendemos demonstrar que as inscrições sobre o espaço, particularmente a nomeação do arruamento e a manutenção da praia como espaço de lazer despoluído e límpido, representam o desejo de uma população que procura alternativas de uma vida urbana.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre as compreensões que os órgãos oficiais gerenciadores do espaço tem acerca dele. Assim, procuramos entender a trajetória e as concepções de espaço presentes nas práticas discursivas destes órgãos, pois entendemos que, assim como os moradores, estes também abrigam em suas diferentes práticas uma dimensão imaginária que lhes dá referência.

Prisioneiros de uma razão racional e objetivista do espaço, onde tudo pode ser cartografado, mensurado e planejado, os órgãos públicos atuam no espaço promovendo mudanças inquietantes à luz dos seus próprios paradigmas. Confrontando as atividades do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis com os órgãos prestadores de serviços como CASAN, Correios, CELESC, TELESC, encontramos contradições entre discursos e práticas discursivas destas instituições, que apontam incoerências quando compreendidas individualmente ou em conjunto.

A título de exemplo dessas incoerências, uma pesquisa junto as empresas apontou várias práticas que resultaram em contornos demarcatórios diferenciados do Campeche, simbolizando os desencontros destes olhares.

De acordo com a documentação manuseada nos dois primeiros capítulos buscamos ampliar seu horizonte e assim no terceiro capítulo, dialogamos com os teóricos da geografia com o intuito de alargar as compreensões e verdades produzidas por estes a respeito do espaço. Para isso, começamos por contextualizar este olhar, tecendo os fios que balizam a ciência moderna, do qual estes estudiosos são tributários.

Neste sentido, nos detivemos em duas interpretações que contemplaram a questão espacial e contribuíram positivamente para o desenvolvimento do pensamento geográfico. Uma realizada no início do século, quando da sistematização da geografia científica, expressa por teóricos como Humboldt, Ritter e Ratzel e outra tal como a colocada por Milton Santos, mais contemporânea, calcada num projeto revisionista e crítico assentado sobre as bases materialistas da história, podem se constituir em fontes significativas e marcantes para se compreender a trajetória da ciência geográfica. Desta reflexão, no entanto, aprendemos que o olhar da ciência moderna que se propõe revelador de uma totalidade, opera com fragmentações das quais só é possível aprender uma dimensão da realidade e não a totalidade como querem seus interlocutores. Posto que as premissas de totalidade e processo e os enunciados que pressupõem leis são também uma maneira de conceber o próprio conhecimento.

Convém salientar que a realidade contém as partes do todo, como a célula que contém o segredo da vida, mas a sua apreensão pela soma das partes é impossível. Cada face é um todo indivisível do qual apreendemos apenas alguns aspectos.

A partir daí, explicitamos as bases teóricas sobre as quais se assentam o nosso estudo. Do plano da imaginação social, que indica as várias maneiras de perceber,

sentir e vivenciar, entendemos que o espaço resulta da produção individual de uma sociedade e que este é construído a partir das representações dos sujeitos que nele atuam. Ao priorizarmos os relatos dos habitantes, o mapeamento das áreas feitas pelas empresas prestadoras de serviços no Campeche e os discursos dos órgãos planejadores, como fontes documentais foi possível perceber que a dimensão imaginária encontra-se presente nas ações e práticas, inclusive as discursivas, dos moradores e órgãos públicos e que esta expressa um conjunto de relações simbólicas que exprimem e destacam a dimensão da imaginação.

Desta forma, para articular as informações empíricas e a teoria, estabelecemos um diálogo onde a teoria foi chamada a depor sempre que as informações colhidas necessitavam novos horizontes para sua reflexão. Ao invés de adotarmos um referencial único e estabelecido *a priori*, optamos por uma abordagem interdisciplinar que possibilitou transitar por caminhos que se cruzavam também com filósofos, antropólogos e historiadores.

Por fim, cabe-nos uma breve reflexão sobre o impacto e os desdobramentos que uma fotografia da Terra publicada<sup>4</sup> recentemente pela ESA (Agência Espacial Européia) onde o planeta aparece com aspectos deformados e decrépitos. A foto que na verdade foi construída com informações codificadas por radar, mostraria apenas as variações de altitude na superfície terrestre e não revelaria uma mudança real do Planeta. Entretanto sua divulgação provocou um certo desapontamento<sup>5</sup>, o qual deveu-se a quebra da imagem que tinha sido construída desde a época em que Gagarin disse "a Terra é azul".

Tal notícia se desdobra em reflexões que bem podem se encontrar com nosso modesto estudo sobre o Campeche, ou seja, a compreensão do espaço geográfico traz

---

<sup>4</sup> Jornal Folha de São Paulo de 21 de março de 1995.

<sup>5</sup> Jornal folha de São Paulo de 24 de março de 1995 comentada por Marcelo Coelho.

em seu bojo uma dimensão imaginária, a qual serve como elemento de referência e identidade para aqueles que o vivenciam e praticam.

A essa consideração, podemos encerrar esta reflexão sugerindo que a imagem que temos sobre o espaço é também a imagem que temos de nós mesmos e, neste sentido, como na vida real, são "Tantos Campeches Quantas Imaginações", por isso mesmo sempre inconclusos nos remetendo a olhares diversos.

## CAPÍTULO I - O OLHAR DOS MORADORES

*"Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado quando sai em busca do tempo perdido, quer "suspender" o vôo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço."*

*Gaston Bachelard.*

Neste capítulo tentaremos compreender o Campeche a partir do olhar dos seus moradores. Nossa preocupação centra-se na possibilidade de entendimento de como um espaço em construção traduz o imaginário dos grupos que lhe deram origem. Neste sentido, buscamos explicitar a forma como estes sujeitos conhecem e definem o lugar em que convivem, labutam e vivem suas experiências diversas.

Partindo da premissa de que o espaço é produto das relações sociais e históricas de uma dada coletividade, fomos buscar através de seus olhares, como estes delimitam, caracterizam o espaço e, desta forma, constroem e praticam o lugar. Pelo cruzamento das informações obtidas através dos moradores, tentamos extrair as singularidades, as certezas e as contradições presentes nos grupos aos quais pertencem e que, de certa forma, assinalam as perspectivas em relação ao seu passado, como também apontam algumas direções futuras.

Buscamos ainda compreender em que medida as significações imaginárias denotam utopias, hierarquias e relações formuladas a partir do espaço do Campeche. Neste sentido, intentamos trabalhar com a premissa, projetada por BACZKO (1985), de que **é através dos imaginários sociais que a coletividade produz uma**

**representação global e totalizante de si, como uma 'ordem' onde cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade e sua razão de ser.<sup>1</sup>**

Enfim, compreender o Campeche através dos olhares dos seus moradores, significa deslocar certezas e não afirmar verdades a partir de um conhecimento prévio. Trata-se de buscar entender os vários significados que estes olhares procuram abarcar, os quais permitem que seus sujeitos construam uma certa identidade espacial, que funciona, tanto como extensão *de*, como motivação *para criar*, uma identidade de grupo.

Sobre isso, COSTA e GOMES (1988) apontam que:

"O progressivo crescimento diferenciado da malha urbana é acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles.(...)Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados.(...) Esses circuitos não são completamente exclusivos de um grupo ou classe; existem na moderna Babel espaços de convivência permitidos. Ao se apresentar aí, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são ao mesmo tempo excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados territórios. (...) Quando nos identificamos como paulistas, cariocas (...) somos traduzidos (...) pela convivência simultânea, em nós, de diferentes concepções de mundo, pela ousadia de nossas indefinições, pelo 'perigo' de nossas transgressões e de nossa implusão para o novo, imersos que estamos na complexa luta entre globalização macro-econômica e as micropolíticas de subjetivação."<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. p. 309.

<sup>2</sup> COSTA, Rogérios Haesbaert da e GOMES, Paulo César da Costa. **O Espaço na Modernidade**. p. 61-63.

Em outras palavras, o reconhecimento de identidades representa para as pessoas um sentimento de pertencimento à determinado grupo e influencia na delimitação que elas fazem de um espaço, uma vez que essas identidades são, também, produto das atividades imaginativas da coletividade.

É importante lembrar que a noção de identidade que estamos utilizando aqui refere-se às inúmeras formas de relações entre pessoas, em que tanto os indivíduos como os grupos instituem papéis, funções, constroem consciência de si, estruturam e organizam simbolicamente sua vida material e suas relações de afeto, de poder, de afinidade (parentesco), suas representações de si, do outro e do mundo. E, ainda, como nos diz BRANDÃO (1986) **as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro (...) são, mais do que isso, (...) o próprio reconhecimento social da diferença.**<sup>3</sup>

Além disto, é importante salientar que os olhares sobre o Campeche não são homogêneos, ao contrário, são multifacetados, contraditórios, e suas referências últimas dependem de um conhecimento prévio que não lhe é de todo objetivo, por isso, a compreensão deste espaço não possui fronteiras tão nítidas, nos remetendo frequentemente para fora de contornos fixos e estabelecidos anteriormente.

Desta forma, a delimitação do Campeche a partir de linhas fixas traçadas por um mapeamento semelhante ao realizado pelos órgãos públicos que estabelecem fronteiras precisas, não parece corresponder ao olhar dos seus moradores<sup>4</sup>, pois, quando perguntados sobre os limites do Campeche, estes apontavam uma miríade de demarcações que nos arremessavam para fora das possibilidades normatizadoras da cartografia.

---

<sup>3</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia - Construção da Pessoa e Resistência Cultural**. p. 42. A esse respeito ver, também, CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, Estrangeiros**. p.205-209.

<sup>4</sup> BACZKO, B. op. cit. **Esses Imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram**. p. 312.

Por sua vez, falar sobre os olhares do Campeche significa também nos reconhecermos como viajantes curiosos<sup>5</sup> e, ao mesmo tempo, prisioneiros da fantasia de nossas certezas. Nesta viagem, onde o percurso do nosso olhar se cruza com os olhares dos moradores, nos deixamos aprisionar por estes, tentando um outro olhar, o olhar de estranhamento. Ou, como nos diz o filósofo a respeito do exercício de reflexão, **escrevendo esta página, sinto-me liberado do meu dever de passear: estou certo de ter saído de casa**<sup>6</sup>

Cabe salientar então, que o olhar de estranhamento não é a soma dos olhares dos moradores acrescidos do nosso, nem tampouco um olhar que se pretende revelador da realidade posta. O olhar de estranhamento é aquele que retoma uma viagem intelectual, que liga dois aspectos da realidade, a desperta e a onírica. Neste sentido, é o olhar das possibilidades, das verdades construídas sobre e neste espaço e não a verdade. Este olhar é como aquele do viajante que partiu e depois retornou cheio de novidades.

---

<sup>5</sup> Viajar é preciso. Assim ROUANET (1993) inicia sua caminhada em **A Razão Nômade**, onde explica que foi viajando que o homem completou seu processo de hominização. Viajar é, também, um ato de liberdade. Amyr Klink em **Paratii - Entre Dois Pólos**, quando partiu para sua viagem solitária rumo à Antártica, considerou a partida, sua maior conquista: **Ainda que minha viagem durasse apenas um único e mísero dia. Parti para minha mais longa travessia, e , mesmo que ela só durasse esse único dia, eu havia escapado do maior perigo de uma viagem, da forma mais terrível de naufrágio: não partir.** p. 42 Essas reflexões nos levaram a pensar que, zarpar numa viagem sobre os olhares dos moradores, onde estão presentes um mundo de sonhos, imagens e representações é mergulhar num imbricado de significações dos quais o nosso olhar pesquisador não é inocente e nem está ausente. Quando viajamos, trazemos conosco a nossa fantasia, as nossas imagens, a nossa imaginação. E só com ela podemos efetivamente viajar (compreender e conhecer o novo, realizar descobertas, estudar etc), caso contrário correremos o risco de não sairmos do lugar ou, como nos diz Klink, de não partir.

<sup>6</sup> BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. p. 30.

## 1. A Escolha dos Itinerários: o caminho das pedras

Antes de adentrarmos na relação de complexidade que envolvem o espaço e seus moradores, é conveniente que façamos um breve relato metodológico, explicitando os passos que nortearam a viagem que deu início ao trabalho, a qual nos permitiu olhar uma paisagem e perceber o que ela continha de novo, diferente, inusitado. Ao mesmo tempo, também nos permitiu conhecer outros elementos, novos sujeitos, pois à medida que íamos fazendo as entrevistas, delineava-se também o perfil dos moradores e como estes delimitavam o Campeche, identificando-se na área. *Nós os estrangeiros, eles os nativos, eles os invasores*, apareciam no discurso de moradores, em sua maioria de classe média intelectualizada. *Nós os nativos, eles das areias e os de fora*, aparecia no discurso dos nascidos no Campeche. *Nós das areias, eles os nativos e o pessoal de lá*, nos relatos dos moradores das areias.

Inicialmente, realizamos entrevistas envolvendo, no total, umas 50 pessoas. Moradores, caminhantes, pescadores, agricultores, criadores, banhistas, surfistas, comerciantes, proprietários de terrenos, encontrados nos mais variados locais: na praia, nas casas, na rua, nos locais de trabalho. A técnica utilizada para estas entrevistas foi diversa. Abordamos várias pessoas na rua, na praia ou em suas janelas e perguntamos se conheciam o lugar. A resposta já vinha acrescida de informações sobre a origem ou sobre a localização: *sou nativo, sou natural do Campeche, eu moro aqui nas areias, sou morador da Ilha, sou de fora mas moro aqui*. A estas respostas, complementávamos com outras questões: Nativo, o que significa? Areias? Como assim, de fora? Há quanto tempo mora no Campeche? Onde começa e onde termina o Campeche? As areias pertencem ao Campeche? Por quê? Por que veio morar aqui? Por que permanece no Campeche?

A medida que íamos fazendo estas entrevistas, obtivemos respostas que permitiram identificar primeiro a origem, depois uma identidade e, por último a forma de apropriação e a localização das moradias de pelo menos três grupos distintos: 1) os nativos: compreendidos como os habitantes que residem no lugar desde o início do século - os pequenos agricultores e pescadores, e seus descendentes diretos (filhos e netos); são os nascidos no Campeche. Essa denominação é usada habitualmente pelas pessoas que se encontram neste grupo.

2) os estrangeiros: assim denominados por ser o grupo de moradores composto pelos que *vieram de fora*, os *estranhos*, que não pertencem à comunidade local por nascimento; os *diferentes*, que têm hábitos e costumes próprios de outro lugar. Essa denominação foi escolhida para ratificar o estranhamento presente nos relatos dos nativos que identificam *os de fora* como tendo valores, hábitos e costumes diferentes dos seus; são os moradores que buscam o Campeche para fugir da *vida urbana*, como alternativa para uma vida mais tranquila, mais ligada à natureza e as benesses que ela pode trazer: ar puro, praia despoluída, silêncio, contato com a vegetação, com os animais etc.. e que por isso têm uma grande preocupação ambiental. São chamados de forasteiros por alguns nativos que os identificam como moradores da cidade que teriam maior poder aquisitivo, *os classe-média*, também percebidos como os mais cultos, mais intelectualizados. Diferenciam-se dos invasores pela forma como se apropriam do lugar, adquirindo suas propriedades através da compra legal (ou entendida como tal - legítima) do solo.

3) os invasores: assim denominados pois, como os estrangeiros, são *os de fora*, mas diferem-se destes por um sentido pejorativo dado, pelos nativos e estrangeiros, através da alcunha de *invasores das areias*. Normalmente são identificados como tendo um poder aquisitivo inferior em relação aos estrangeiros mas isso não é regra geral, nem é o que os diferencia destes. Sua distinção liga-se à localização e à forma como se apropriaram do solo. Existe uma suspeita, por parte dos outros dois grupos,

de que apropriaram-se de terrenos de forma duvidosa, posse, invasão ou títulos de propriedade forjados. Essa suspeita é reafirmada pela localização: em áreas de preservação ambiental ou de litígio. Interessante ressaltar que a clandestinidade das edificações não pode ser atribuída unicamente a esse grupo, uma vez que a maior parte da área do Campeche foi, pelo Plano Diretor de 1985, considerada como Área de Exploração Rural o que propiciou que a quase totalidade das construções que seguiram-se a esse período, fossem clandestinas. Internamente, se auto-designam como *nós das areias* ou *nós da Lagoa da Chica* circunscrevendo, no discurso, os limites da sua identidade enquanto grupo.

Observando a classificação que envolve a caracterização dos grupos, percebe-se que esta não parte de um critério único. Ora nos referimos à localização espacial, ora ao período de permanência na área, ou ainda à diversidade cultural que oporia identidades entre os grupos.

Que ordem é essa que nos permite classificar segundo critérios tão diferentes? Estamos pensando como nos propõe FOUCAULT(1990), para quem:

"a ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada."<sup>7</sup>

A ordem que permitiu reunir a partir de diferentes critérios, o agrupamento dos moradores deu-se aqui em função das noções de identidade e territorialidade.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. p. 9-10.

<sup>8</sup> LEITE, Ilka Boaventura. *Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil*. Propõem para analisar a territorialidade e cidadania do negro no Brasil a distinção de três dimensões: Terra, Território e Territorialidade. Por território a autora entende que seja o lugar inscrito em limites que indica a presença de uma fronteira concreta, simbólica ou ambas. **Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade.** "A noção de territorialidade que tomamos emprestado aqui, indica "uma relação, um jogo, um tipo de experiência que constrói subjetividade, porque baseada numa linguagem, num conhecimento, num tipo de vivência

Em contato com os moradores, pudemos observar a existência de pelo menos três grupos com identidades contrastivas<sup>9</sup> que hoje residem no Campeche. Esses grupos se auto-denominam ou denominam os demais segundo um conjunto de critérios, a saber: 1) a identidade - que se constrói no e pelos elementos da cultura<sup>10</sup> - entendida no seu sentido amplo, revela os valores, as tradições, os hábitos, os costumes e o modo de produzir materialmente a vida; 2) a origem dos moradores - se autóctones ou se alóctones e; 3) a forma de apropriação e a localização das moradias. Quanto à forma de apropriação, esta divide-se em legal, adquirida através da compra do terreno; ilegal<sup>11</sup>, através da invasão de áreas públicas ou particulares; e legítima, se aceita pela comunidade como legal ou ilegal. Quanto à localização, conforme

---

**coletiva que constrói um ou vários tipos de poder. Sua possibilidade de concretização plena se dá através da ação, de dimensão quase sempre política. p. 9.**

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** O autor faz referência a construção de duas noções de identidade: uma individual e outra coletiva e procura mostrar como estas estão interconectadas a um mesmo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização e ainda, **como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas.** Neste sentido, a identidade contrastiva, implicaria na **afirmação do nós diante dos outros**, onde uma pessoa ou um grupo quando se afirmam, o fazem como meio de se diferenciar em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. **É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. p.5**

<sup>10</sup> CUNHA, Manuela Correia da. **Antropologia do Brasil - Mito, História, Etnicidade.** Aponta que a **escolha dos tipos culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridas, já que os sinais diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros de mesmo tipo.** Diz, ainda, que a cultura não é algo dado, posto e acabado, mas em constante processo de mutação, investindo-se de novos significados. p.100-101

<sup>11</sup> Em pesquisa realizada em jornais da capital na década de 80, encontramos várias matérias que se referiam a ocupação ilegal de áreas devolutas (aquelas que não sendo próprias nem aplicadas ao uso público, não se incorporaram ao domínio privado), áreas da marinha e áreas privadas. Essas áreas além de estarem protegidas pela Constituição Federal que garante os direitos da União e os de propriedade privada estão sujeitas a legislação ambiental que protege e regula o uso das áreas de preservação permanente, áreas de dunas, restingas, brejos, pântanos e proximidades de lagoas, riachos e rios. Todas essas áreas são consideradas não edificantes pela Lei Federal nº4.771 de 15 de Novembro de 1965 - Código Florestal e, protegidas também por decretos-lei municipais como os nº 112/85 e nº 2419/86 e lei nº135/88 que protege as Lagoas da Chica e Pequena. Ver, por exemplo, Jornal de Santa Catarina dos dias 5, 6, 7, 8, 12, 16, 17, 18, 19 e 29 de abril de 1986; Jornal O Estado dos dias 8, 16 e 17 de abril de 1986; Jornal de Santa Catarina dos dias 14 e 22 de agosto de 1986; Jornal de Santa Catarina dos dias 11, 23 e 24 de novembro de 1986, de 23 e 28 de maio de 1987, de 18 de junho de 1987; Jornal o Estado de 12 de junho de 1987. Todas estas matérias tratam da ocupação e dos conflitos envolvendo invasão de áreas privadas e de preservação.

legislação ambiental - se localizada em áreas de preservação, portanto não edificantes, ou em áreas próprias para a edificação.<sup>12</sup>

A maneira pela qual construímos a identificação e caracterização dos grupos partiu, num primeiro momento, de observações quando da realização da enquete sobre os limites e caracterização do Campeche e constituiu-se, desde então, em hipótese para compreender a formação do lugar Campeche. Buscamos entender primeiro, como um espaço reflete o imaginário social dos seus moradores para, em seguida, tentar estabelecer algumas ligações entre essas idéias e as atividades em que tomavam parte na construção do bairro. Neste sentido, era mister identificar se esses moradores formavam um grupo homogêneo quanto às suas representações, seus projetos e expectativas ou se esses moradores se diferenciavam formando conjuntos identitários próprios a partir da sua origem e da sua localização no espaço.

A pesquisa de campo iria nos apontar um desses caminhos, a partir do qual, procuraríamos então, esclarecer mais sobre os imaginários sociais presentes na construção do Campeche. Assim fomos a campo, imbuídos da tarefa de descobrir se no Campeche havia grupos distintos quanto à sua identidade, quais eram e como se construíam. Mas por onde começar a pesquisa? Como proceder metodologicamente para realizar esta "descoberta"?

Optamos por começar pela praia, pelo lugar onde os viajantes nos séculos XVIII e XIX conheceram a Ilha e sobre ela teceram suas impressões<sup>13</sup>. Imbuídos do desejo de conhecer e classificar partes longínquas do globo, estes viajantes, descreveram/catalogando a riqueza natural dos lugares por onde passaram. Em sua maioria, referiam-se aos nativos como um povo hospitaleiro e solícito às suas

---

<sup>12</sup> Aqui nós vamos encontrar a superposição de leis que regulam sobre a apropriação de terras e a regulamentação das edificações. Em ordem hierárquica devem ser respeitadas a Legislação Federal, Estadual e Municipal sobre o uso do solo urbano.

<sup>13</sup> BERGER, Paulo. *Ilha de Santa Catarina - Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*.

necessidades de informações e suprimentos para continuarem a viagem<sup>14</sup>. Essa era também a nossa intenção ao realizarmos esta escolha: obter dados que permitissem conhecer mais o lugar.

Ao mesmo tempo, procuramos andar pela praia e conversar com as pessoas, saber se conheciam o lugar, o que pensavam sobre o Campeche e identificar quem eram esses interlocutores. Já nos primeiros contatos, ao perguntar se moravam ou não no Campeche, as pessoas respondiam identificando sua origem. Ser *nativo* era a resposta mais freqüente, o que nos levou a pensar que haviam mais nativos do que *de fora*, que era como os nativos se referiam a quem não era nascido no Campeche; ou, ainda, que a praia era o lugar, por excelência, dos pescadores e estes eram os nativos. Não tardamos a perceber que se tratava da época da pesca da tainha, maio-junho, e que a praia se transformava, neste período, num cenário de aventura e diversão envolvendo os nativos no jogo árduo de cercar<sup>15</sup> e matar tainhas. Essa atividade era

---

<sup>14</sup> A esse respeito também nos valem as reflexões de Michel de CERTEAU (1990) em *L'invention du Quotidien* onde o autor refere-se aos relatos sobre o espaço como verdadeiras sintaxes, uma vez que nos remetem à distribuição e à ordem das coisas no espaço. Eles funcionam como metáforas com as quais os moradores indicam as formas como vivem e experimentam o espaço. **Tout récit est un récit de voyage, - une pratique de l'espace. A ce titre, il intéresse les tactiques quotidiennes, il en fait partie, depuis l'abécédaire de l'indication spatiale ('c'est à droite', 'prenez à gauche'), amorce d'un récit dont les pas écrivent la suite, jusqu'aux 'nouvelles' de chaque jour ('Devine qui j'ai rencontré chez le boulanger?'), au 'journal' télévisé (...) et aux histoires contées (souvenirs et romans de pays étrangers ou de passés plus ou moins lointains). Ces aventures narrées, qui tout à la fois produisent des géographies d'actions et dérivent dans les lieux communs d'un ordre, ne constituent pas seulement un 'supplément' aux énonciations piétonnières et aux rhétoriques cheminatoires. Elles ne se contentent pas de les déplacer et transposer dans le champ du langage. En fait, elles organisent les marches. Elles font le voyage, avant ou pendant que les pieds l'exécutent.** p.171. O espaço, distiguir-se-ia dessa forma do lugar. Um lugar é uma configuração instantânea de posições, onde duas coisas não podem estar no mesmo lugar. Onde reina a lei de um próprio, de uma estabilidade. Com o espaço é diferente, ele implica em vetores de direção, de quantidade, de rapidez, acrescidos da variável do tempo. O espaço, para usar uma expressão de CERTEAU (1990), **é um cruzamento de coisas que se movem.** Ele é animado **pelo conjunto dos movimentos produzido pelas operações que o orientam, que o circunstanciam, que o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.** Assim, ele é instável e diferentemente do lugar, ele não tem a estabilidade de um próprio. Em suma, **o espaço é um lugar praticado.** Portanto, trabalhar com os relatos dos moradores do Campeche implica no entendimento que o espaço só existe pelas ações de sujeitos históricos, que deslocam paisagens, que animam os lugares. O lugar é aqui redutivo a um morto, um corpo inerte, que só é animado pela ação de sujeitos que transgridem fronteiras, rompem a estabilidade do lugar, mudam os lugares transformando-os em espaços.

<sup>15</sup> Segundo Valdir Arcelino Nunes, um pescador do local, cercar ou lançar é a atividade de colocar a rede no mar, fazendo um cerco em forma de meia lua, para pescar.

fundamentalmente masculina, cabendo às mulheres levar a comida e assistir a "matança".

Esse primeiro contato consumiu duas semanas de conversas com os "nativos" e longas caminhadas pela praia a fim de buscar outras referências que pudessem manifestar a presença dos outros moradores, indicados por oposição a esses: os não-nativos.

Nestas caminhadas em direção ao sul da praia chamava a atenção, num determinado ponto, a presença de postes de luz, cercas e casas bem junto à praia. Os nativos se referiam a esse lugar como *as areias*. Segundo eles, as areias eram ocupadas pelos *de fora*. E, alguns, chegavam a se referir a elas como areias do Morro das Pedras, não pertencente ao Campeche:

"Essas areias, tudo pertencia ao Campeche, se não era Campeche era Ribeirão da Ilha. Agora, aquele trecho prá lá é Morro das Pedras, é só aquele trechozinho ali, prá lá, aquilo ali é Morro das Pedras.(...) A partir de quando foi tratado isso, eu não sei, mas aquilo não é mais Campeche, não."<sup>16</sup>

Outra denominação chamou-nos particularmente a atenção. Entre os "nativos" havia a distinção entre os *do lado de cá* e os *do lado de lá* do Pontal. Referiam-se a duas "parelhas"<sup>17</sup> existentes na praia. Uma pertencente a família dos Deça Rafael e outra pertencente aos Daniel. A existência das duas parselhas implica que a praia está dividida pela linha imaginária do Pontal, e que tanto *os de cá* como *os de lá*, sabem o limite da sua área de pesca, não podendo ultrapassá-la. Segundo os proprietários das parselhas, existem documentos legalizando a divisão da praia para a pesca, que também divide os moradores da área do Pontal e do Mato de Dentro e Campina..

---

<sup>16</sup> Ivan Inácio, nativo, neto de pescador do local, em entrevista cedida em maio de 1994.

<sup>17</sup> Segundo Francisco Daniel, um pescador e um dos proprietários da parselha do Mato de Dentro, a palavra parselha significa todo o equipamento de pesca: barcos, remos, redes e galpão para guardar os barcos.

Até então havíamos encontrado dois grupos por oposição de origem: os nativos e os não-nativos. Entretanto, duas questões se colocavam: esses grupos se opunham só pela origem ou haviam outros elementos que pudessem opô-los? como os *não-nativos*, indicados pelos *nativos*, se percebiam enquanto moradores?

Da praia tínhamos percebido uma ocupação que avançava sobre ela; eram os postes de luz, as cercas e as casas aglomeradas a que nos referimos anteriormente e que chamavam a atenção de qualquer caminhante mais desavisado. Resolvemos, então, adentrar nesse lugar e conversar com os seus ocupantes.

Já nos primeiros contatos, a localização definia a ocupação: *nós das areias* e *nós da Lagoa da Chica* eram correntes nos relatos dos ocupantes. Quanto à origem, *estrangeiros*, *imigrantes*, *forasteiros*, *de fora* eram termos comuns, presentes nas falas, que também os opunham aos *nativos*.

Aqui, a nossa pergunta - se havia outros elementos, além da origem, para opor os grupos - foi acrescida da informação de que a localização (*areias*, *Lagoa da Chica*) era fator preponderante na sua identificação como sendo *de fora* ou *estrangeiro*. O que significava ser das areias e ser da Lagoa da Chica? A essa pergunta, as respostas apontavam para o fato de estar localizado *na* ou *nas proximidades de*. *Eu moro nas areias* significava, minha casa está situada nas dunas e/ou, *eu moro na Lagoa da Chica* significava, minha casa se localiza nas proximidades da Lagoa da Chica.

Assim, nossa busca sobre os contornos dos grupos e como se identificavam começava a se esboçar. Restava saber se os que não eram das areias ou da Lagoa da Chica agrupavam-se pela localização de outros lugares: nós do lugar x ou y.

Resolvemos indagar aos mapas que demonstravam a ocupação e o crescimento populacional entre 1984-1994, período em que se deu o maior crescimento do Campeche. Nossa intenção era desenhar o contorno das areias e da Lagoa da Chica quanto à ocupação. Para isso, nos valem das informações contidas

nos mapas, acerca da geomorfologia costeira, que indicavam as áreas de dunas - *as areias*, como os moradores chamavam e a margem da Lagoa da Chica. Assim, criamos a área que doravante chamaremos de Área da Lagoa da Chica, que engloba as proximidades da mesma, mais a área das areias e seus arredores.

Feito isto, restava uma enorme área do Campeche onde residiam nativos e não-nativos e que, imediatamente, apontavam a impossibilidade de demarcá-las sem realizar um exaustivo trabalho de enquete, numa escala 1:1, que contemplasse todas as unidades de edificações.

Algumas tentativas foram feitas neste sentido, mas abandonadas à medida que víamos o tempo escorrer rapidamente em semanas de pouquíssimos resultados. O mapeamento de "ilhas" onde possivelmente morassem só nativos ou onde morassem mais nativos que estrangeiros, parecia impossível. A esta altura, tínhamos motivos suficientes para duvidar da possibilidade de caracterizar os grupos usando, tão somente, os critérios de origem e identidade por localização como havíamos feito para a Área da Lagoa da Chica.

Ainda que fracassada, essa tentativa permitiu uma maior proximidade com moradores de fora dos contornos da Área da Lagoa da Chica e das Areias. Nestes contatos começaram a ser desenhados os marcos que, mais tarde, ratificariam os nossos três grupos de moradores: os nativos, os estrangeiros e os invasores.

Nos referimos anteriormente, quando definimos identidade, à forma como indivíduos e grupos de indivíduos instituem suas representações, seu universo simbólico, em confronto com o outro. Esta significação balizou os novos contatos com os moradores. Se não era possível mapear outras áreas a partir da noção de identidade por localização (*nós do lugar tal*), buscávamos nas falas dos interlocutores, como essa população (formada por nativos e não-nativos) construía sua noção de identidade. Em outras palavras, o que significava ser nativo e não-nativo? Como construiríamos a noção de "natividade" e "não-natividade"?

A essa pergunta um nativo, ao ser questionado sobre a atividade do seu pai, se este sobrevivia da agricultura ou da pesca, nos esclarece que:

"Não, de pesca não, meu pai vivia mais da agricultura. No tempo dos meus avós aqui era a agricultura de subsistência e a pesca.(...) Depois isso foi diminuindo. Embora as pessoas continuassem pescando e plantando alguma coisa, cuidando do gado, criando vaca com leite ... mas isso como complemento e também como parte da cultura. Tem nativo aqui do Campeche, da geração do meu pai, por exemplo, que não conseguia se ver, não se identificava como nativo daqui se não tivesse uma rocinha plantada, se não tivesse colhendo melancia, milho, tendo uma horta, no mínimo uma horta, e tendo gado, uma vaca fazia parte não só do complemento do orçamento doméstico, mas como parte da própria cultura."<sup>18</sup>(grifos nossos)

Perguntado sobre essa cultura, sobre o significado de ser nativo do Campeche, este nos respondeu que:

"Falando de uma maneira bem simples,(...) como eu me sinto, como eu vejo minha identidade como nativo, tomando como referência minha infância, minha adolescência (...): ser morador do Campeche, nascer aqui, se criar pescando, trabalhando na roça, ajudando meu pai, cuidando de gado, tendo uma vida assim... a impressão que hoje a gente diria que seria uma vida rural, uma vida com característica de fazenda, não na sua organização, não na sua estrutura econômica, mas nas características assim da atividade. Pessoa que morava na área rural em comunidade com muito contato com a natureza, conhecendo bem o que é. Pescar é importante, embora não venha a ser pescador, mas eu ajudei meu pai na roça e durante muito tempo cuidei de gado, e a gente conheceu bem isso, conhecia o Campeche todo (...) só tinha mato, a gente caminhava muito, conhecia bem os engenhos de farinha, o próprio linguajar da região, acho que são essas coisa que caracterizavam."<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Edgar Emídio da Silveira, nativo e filho de agricultor, foi presidente da AMOCAM durante 4 anos, entrevistado em agosto de 1994.

<sup>19</sup> Edgar Emídio da Silveira.

Assim, entendemos que a construção da natividade se dá na medida em que se identificam com as imagens de um passado cultural, marcado pela tradição agrícola e pesqueira ditas "ilhoas". Assim, se reconhecem e se auto-designam, *manézinhos* - corruptela de Manuel, que lembra os descendentes de colonizadores portugueses.

Estabelecidos os contornos dos grupos com os quais íamos trabalhar, escolhemos alguns representantes de cada um, para realizarmos as entrevistas que nos levariam ao complexo universo de representações, signos e significantes sobre o lugar onde vivem. O critério para escolha destes, seguiu-se aos critérios de diferenciação dos grupos. Assim, foram escolhidos cinco "invasores" - moradores das areias - dois próximos da Lagoa da Chica; dois moradores das áreas de dunas e, também representantes da comunidade junto à associação de moradores; e o último escolhido aleatoriamente. Da mesma forma foram escolhidos cinco representantes do grupo dos *nativos* - um agricultor, um pescador, uma esposa de pescador, um representante da comunidade, um político e; cinco representantes do grupo dos *estrangeiros* - um filósofo e idealizador da biblioteca de esperanto ( localizada no Campeche ), um comerciante, um planejador, um morador e representante da comunidade e, um morador escolhido aleatoriamente.

Vinte horas de conversas gravadas e transcritas<sup>20</sup>, estabeleceram os limites de representatividade destes interlocutores pois, à medida que desenrolavam-se as entrevistas, nos sentíamos satisfeitos com as informações, que iam se assemelhando, não apontando mais para o gosto da novidade, para o deleite da descoberta. Portanto, havíamos satisfeito dois objetivos propostos inicialmente: um, quando da tarefa de isolar grupos segundo critérios de identidade, origem e localização e outro,

---

<sup>20</sup>A maioria das entrevistas foram realizadas nos meses de maio, junho e julho, nas residências dos moradores ou então na praia. Com o auxílio de um gravador, ouvimos atentamente os depoimentos que, posteriormente, transcrevemos transformando-as em documentos de consulta.

relacionado à escolha dos representantes destes grupos, que através das suas falas, dos seus discursos, permitissem tecer os fios e articular a trama das representações, das imagens e dos signos presentes no imaginário social dos moradores do Campeche.

O recorte temporal desta pesquisa foi, a princípio, o período compreendido entre 1984-1994. Nele buscávamos compreender quais os elementos que se juntam, se somam e/ou se afastam, de acordo com os diferentes olhares dos grupos sociais envolvidos na formação do Campeche no momento de seu maior crescimento que, coincide com o "boom" urbano da capital.<sup>21</sup> Igualmente, porque entendemos que o Campeche não é o mesmo em todos os tempos, e o dinamismo do seu crescimento recente teria imposto à seus ocupantes uma série de conflitos, o que, por isso mesmo, demandaria também soluções velozes que, imprimidas neste lugar, marcariam suas particularidades.

Assim, o tempo estabelecido a princípio mostrou-se infiel para mostrar as singularidades, as certezas e as contradições destes moradores, pois, nas suas falas, em que pesem os argumentos do tempo e da memória para as decisões locacionais e imaginativas do espaço<sup>22</sup>, estes oscilam livremente entre o início do século até os dias atuais.

Neste ponto de nosso percurso sobre os olhares dos moradores, torna-se importante destacar as confrontações acerca das delimitações que estes realizam

---

<sup>21</sup> Dados do IBGE indicam que população de Florianópolis cresceu 48,9% entre 1960-1970, 40% entre 1970-1980 e 48,3% entre 1980-1991, data do último censo. O crescimento do Campeche está mapeado pela ocupação. Ver mapas anexos nº 01, que trata da ocupação urbana em 1984. Este mapa foi construído com base nas informações dos elementos naturais (dunas, pântanos e rios) constantes em mapeamento do IPUF de 1979 e dados da ocupação constantes no mapeamento do Plano Diretor de 1984; e, nº 02, que mostra a ocupação do Campeche em 1994, construído a partir dos mapas de cadastro da CELESC de 1994 em escala 1:1000, das imagens Radam-Brasil - Folha Florianópolis - Escala 1:100.000 de 1985 e de pesquisa de campo no local.

<sup>22</sup> BACZKO, B. **Imaginação Social. O controlo do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as actividades individuais e colectivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças.** p. 312.

sobre o espaço Campeche. Em seguida, adentraremos no mundo dos convívios em relação às identidades e às referências que estes grupos possuem, para então, encerrando a trajetória, indicar os consensos na prática espacial destes moradores.

## 2. Os Limites das Fronteiras: até onde alcançam os olhos

Para os moradores, os limites do Campeche parecem apresentar maior consenso apenas quanto às suas confrontações: ao Norte com o Rio Tavares; a Oeste com a SC 405 e a Fazenda do Rio Tavares; ao Sul com o Morro das Pedras e, a Leste com o Oceano Atlântico.

A importância da delimitação advém dos diversos significados que esses limites possam ter para quem os estabelece. Circunscrever ou delimitar um espaço pode ser entendido como uma forma de demarcar um território e uma territorialidade<sup>23</sup>. *Daqui até lá é Campeche*, implica em dizer que a comunidade do Campeche se move dentro de determinado lugar e que este limite caracteriza e diferencia seus moradores de outros que moram para além dos seus limites. Assim, as fronteiras funcionam como símbolos indicando um conjunto de pertencimento desta comunidade, dito de outra forma, uma identidade.

Neste sentido, ao dizer que o Campeche *vai de lá até lá*, isso tem um sentido outro que não só a fronteira. Este espaço isolado demarca também uma unidade dada pela rede de sinais, conexões e conseqüências que uma determinada coletividade institui acerca do lugar onde vive.

À falta de consenso quanto aos limites do Campeche relatadas nas descrições orais dos moradores, tentaremos traçar uma rede de significados que nos apontem possibilidades de pensar como estes moradores teriam construído sua identidade enquanto grupo.

---

<sup>23</sup> Ilka Boaventura LEITE. **Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil**. Propõem para analisar a territorialidade e cidadania do negro no Brasil a distinção de três dimensões: Terra, Território e Territorialidade. Por território a autora entende que seja o lugar inscrito em limites que indica a presença de uma fronteira concreta, simbólica ou ambas. **Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade**. A noção de territorialidade que tomamos emprestado aqui, indica **uma relação, um jogo, um tipo de experiência que constrói subjetividade, porque baseada numa linguagem, num conhecimento, num tipo de vivência coletiva que constrói um ou vários tipos de poder. Sua possibilidade de concretização plena se dá através da ação, de dimensão quase sempre política**. p.9.

Iniciaremos nossa *flânerie*<sup>24</sup> sobre os limites do Campeche pelo Norte e Oeste, onde parece haver maior consenso quanto aos marcos divisórios, uma vez que a Leste, aparentemente, todos estão em concordância com a demarcação imposta pelo Oceano.

As fronteiras foram estabelecidas em geral, pelos moradores a partir de marcos que representam os limites: casas, formas geográficas, vegetação, vazios demográficos, ponto de ônibus, linhas imaginárias etc... que marcariam o começo e o fim da área: *dali em diante é o Campeche e vai até lá.*

Ao Norte, existe uma conformidade quanto à divisa sinalizada pela Lagoa Pequena. Essa fronteira estabeleceu-se recentemente com o crescimento da comunidade do Rio Tavares que extrema com o Campeche. Os moradores mais antigos relatam que,

"Anos atrás o Campeche ia prá lá da Pedrita (...) até lá a pedra grande (..) depois da Igreja de Pedra (...) aqui no Rio Tavares. Depois da igreja de pedra, tinha uma pedra fincada ali era a localização do Campeche".<sup>25</sup>

Hoje, no entanto, a baliza refere-se a Lagoa Pequena, embora alguns moradores também incluem uma pequena concentração de casas existentes além dela como pertencente ao Campeche.

A Oeste, a linha demarcatória é estabelecida por uma linha imaginária, paralela a SC 405, que contorna o Campeche por fora e baliza com a Fazenda do Rio Tavares, que se distribui nas margens da rodovia. A Fazenda do Rio Tavares também possui uma comunidade organizada, com uma associação própria, espaço para lazer,

---

<sup>24</sup> O termo *flanerie* foi usado do trabalho de ROUANET, Sérgio Paulo. **A Razão Nômade**. Nele o autor descreve uma viagem realizada por Walter Benjamin pelas ruas de Paris. *Flaneur* é o viajante da modernidade que descobre e descreve a cidade, que **fareja rastros como quem caça, mergulha na multidão como quem se perde numa floresta, decifra pela fisionomia a história de vida de cada passante, e faz tudo isso numa peregrinação incessante pela cidade** - uma *flanerie*. p. 10-11

<sup>25</sup> Verondino Plácido da Rocha - é nativo e foi Presidente do Conselho Comunitário do Campeche durante muitos anos. A Pedrita (Pedreira Rio Tavares S.A.) que ele se refere é uma empresa que fornece brita e material para asfaltamento.

igreja e escola, o que, para a grande maioria dos entrevistados, caracteriza um outro grupo social. Estes locais funcionam como pólos atratores que reúnem semanalmente a comunidade - a missa, o jogo de futebol e a domingueira (espécie de baile dançante) - e contribuem para a socialização dos moradores.

"O Campeche começa lá no trevo e vem costeando ao asfalto até a praia. Do asfalto prá lá já é Fazenda do Rio Tavares, né? Eles tem outra sede lá onde eles se reúnem e vivem por lá"<sup>26</sup>

A Noroeste, a Rodovia Antônio Luiz Moura Gonzaga, também conhecida como Estrada Geral do Rio Tavares, que contorna o Morro do Campeche em direção à Lagoa da Conceição, é indicada pela maioria dos moradores do Campeche, como linha divisória entre essas duas comunidades. Para eles, o asfalto construído parece representar a sedimentação *natural* de caminhos que levavam para fora do Campeche em direção à Lagoa, uma vez que a pavimentação betuminosa tomou o lugar das picadas usadas anteriormente. Entretanto, os moradores que residem nas proximidades da Rodovia afirmam pertencer à comunidade do Rio Tavares e indicam uma linha imaginária, divisora de águas, no topo do Morro como referência limítrofe entre Campeche e Rio Tavares.

Ao Sul, residem os depoimentos mais discrepantes que revelam uma certa identidade construída através da localização (proximidade física) e da vivência do lugar. O único consenso encontrado foi que o Campeche ao Sul divisa com o Morro das Pedras. Todavia, parece não ser possível estabelecer os marcos limítrofes sem contemplar uma contenda envolvendo os moradores das areias, que ora a

---

<sup>26</sup>Edgar Emídio da Silveira.

denominam de *Areias do Campeche* e ora de *Areias do Morro das Pedras*

"Em termos de proximidade, nós estamos mais próximos ao Morro das Pedras (MP). Fica logo ali, né? O Campeche é uma coisa que vai daqui até praticamente a Joaquina (...) Então nós estamos mais próximos ao MP e a Associação quando foi aberta em 83 já foi aberta como Associação dos moradores das areias que... pertence ao MP. Nós temos afinidade grande pelo MP porque já somos daqui. O centro comunitário maior que a gente frequenta, as festas já são do MP, né? A nossa área é mais areias, é mais MP aqui. A gente já se acostumou com o MP, tudo o que a gente pede é MP, o grupo escolar é MP, tudo é MP aqui. O Campeche realmente é outra área. Mais prá lá."<sup>27</sup>

Divergências quanto aos marcos limítrofes do Campeche na área das areias são muito comuns: uma rua acima, uma rua abaixo, *o último ponto do ônibus Castanheira, passando o último ponto ou lá onde o ônibus faz a volta*. Prevaecem, no entanto, dois tipos de descrições: uma - a dos moradores das areias ligados à Associação de Moradores do Morro das Pedras - limita o Campeche ao Sul de acordo com a abrangência dos trabalhos da Associação que, desta forma, estabelece *na altura da Lagoa da Chica* como marco divisório, incluindo-a como pertencente ao Campeche. A outra, de moradores que não participam da Associação e que designam as areias ora como pertencentes ao Campeche, mesmo que denominadas de areias do Morro das Pedras, ora como não pertencentes ao Campeche.

"Aqui é tudo Campeche, as areias do Morro das Pedras, pertencem ao Campeche. O Campeche vai até o hotel do gringo lá. Depois é Morro das Pedras."<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Marco - Presidente da Associação do Morro das Pedras em 1994.

<sup>28</sup> Marcos Dias, morador da Rua da Lagoa da Chica.

Assim, os membros da Associação partilham de um sentimento comum quanto aos limites do Campeche, pela sua exclusão. Para eles, as areias *são* Morro das Pedras e *não são* Campeche. A origem desta delimitação pode estar ligada ao modo como estes moradores ingressaram no lugar e aos conflitos envolvendo contenda de terras presentes no desbravamento de uma paisagem até então virginal.

A Associação de Moradores do Morro das Pedras foi criada em 1983 por ocasião de uma série de enfrentamentos entre pretensos proprietários de terras. Terras devolutas formavam a maior parte da área até mais ou menos o final da década de 70 quando, então, algumas pessoas começaram a requerer junto ao Governo Estadual<sup>29</sup> títulos de propriedade<sup>30</sup>. O conflito se estabeleceu com um antigo proprietário, Henrique Berenhauser, que havia requerido em 1952, 1956 e 1965 três grandes áreas perfazendo um total de 359.753,42 metros quadrados e que estavam sendo invadidas e até loteadas a novos moradores. O surgimento da Associação está intimamente ligado a esse atrito pois, a medida que crescia a procura por terrenos, aumentava o embate ocorrendo, inclusive, cenas de violência na retirada de barracos que supostamente teriam invadido esta área de propriedade particular. A Associação, inicialmente chamada de Associação da Praia das Areias<sup>31</sup>; foi uma das saídas

---

<sup>29</sup> Os órgãos responsáveis pelos assuntos fundiários junto ao Governo do Estado de Santa Catarina ligados à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento foram: em 1931, pelo Decreto nº 82, de 30 de dezembro de 1931, a DTC - Diretoria de Terras e Colonização; em 1961, pela Lei nº 2.939 de 09 de dezembro de 1961, o IRASC - Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina; em 1977, pelo Decreto nº 2.612 de 17 de maio de 1977, a COLECATE - Coordenação de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas; em 1988, pelo Decreto nº 1675 de 17 de maio de 1988, a COTERRA - Coordenação de Terras e Reforma Agrária e, finalmente, em 1991, pela medida provisória nº 06 de 15 de março de 1991, a DIAF - Diretoria de Assuntos Fundiários. Estes órgãos que legislam sobre as terras pertencentes ao Estado, podem emitir títulos de propriedade àqueles que assim o requerem em áreas de terras devolutas.

<sup>30</sup> No Campeche, segundo arquivo do IRASC, cerca de 850.000 metros quadrados de área foram requeridos envolvendo aproximadamente 40 títulos de propriedade, no período entre 1970 e 1980. No Morro das Pedras, 12 títulos de propriedade, foram requeridos entre as décadas de 50 e 70 (particularmente os anos de 1971 e 1975), envolvendo 447.204,04 metros quadrados, sendo que destes, 359.753,42 metros quadrados, formavam a área de Henrique Berenhauser, porquanto era o maior proprietário individual de terras no Morro das Pedras.

<sup>31</sup> Um abaixo-assinado encaminhado à Prefeitura Municipal em 1983 (por ocasião da retirada à força de alguns barracos, onde os moradores pedem providências ao poder público no sentido de responsabilizar os agressores) intitulava os moradores como "Nós da Associação da Praia das Areias". Posteriormente, quando fundada legalmente a Associação é que aparece a designação Associação de Moradores do Morro das Pedras.

encontradas para organizar, defender e garantir o direito de permanência na área dos novos moradores.

"Tu queres saber porque a gente se organizou ao ponto de formar uma Associação? Porque um grileiro muito famoso que existe aqui em Santa Catarina, (...) começou a querer, tipo alegar que as terras era da pessoa dele, mas ele nunca apresentou dados, né? a própria escritura (...), eles mandavam um cara ameaçando as pessoas, batendo nas pessoas, tem o Sérgio, tem o Válder que foram agredidos (...) daí que surgiu a Associação."<sup>32</sup>

Os jornais da época<sup>33</sup> tratam da questão envolvendo uma outra preocupação que não só a da cobiça imobiliária em cima de terras devolutas ou particulares. Segundo pesquisa realizada em arquivo, a preocupação com a ocupação de dunas e áreas de preservação permanente se fazia presente, uma vez que as terras em litígio localizavam-se sobre dunas, violando a Legislação Federal<sup>34</sup> que protege essas áreas litorâneas.

Nos primeiros anos da década de 80, uma rápida e densa ocupação desordenada formava o cenário para as lutas pela posse de terra que se alastrariam até o final da década. Enquanto se digladiavam, ruas eram abertas, postes eram instalados, casas construídas e depois derrubadas, dunas invadidas, a vegetação era destruída, transformando o lugar num verdadeiro campo de batalhas. Os lamentos preservacionistas misturavam-se àqueles dos defensores da propriedade particular

---

<sup>32</sup> Marta Souza Reis - reside nas areias desde 1979 e foi a primeira Presidente da Associação do Morro das Pedras.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, Jornal de Santa Catarina dos dias 5, 6, 7, 8, 12, 16, 17, 18, 19 e 29 de abril de 1986; Jornal O Estado dos dias 8, 16 e 17 de abril de 1986; Jornal de Santa Catarina dos dias 14 e 22 de agosto de 1986; Jornal de Santa Catarina dos dias 11, 23 e 24 de novembro de 1986, de 23 e 28 de maio de 1987, de 18 de junho de 1987; Jornal o Estado de 12 de junho de 1987. Nestes jornais existem matérias que tratam da ocupação e dos conflitos envolvendo invasão de áreas privadas e de preservação. Estas matérias fazem parte do Arquivo de Ataíde Silva, um nativo, presidente da Associação dos Surfistas na década de 80 e militante ativo na proteção de dunas, lagoas e brejos do Campeche.

<sup>34</sup> Segundo o Código Florestal - Lei nº 4771 de 15/09/1965, Art. 2º letra f) considera de preservação permanente a vegetação situada nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

numa luta corpo-a-corpo ou através da imprensa. Acusações de que os *carentes* nada mais eram do que *oportunistas* apimentava os debates, onde o poder público era chamado para intervir através de abaixo-assinados.

Pertencer a Associação dos moradores era, portanto, assumir uma postura defensiva quanto a garantia da posse de terras. Esse grupo distinguia-se dos moradores do Campeche ou ainda dos moradores das Areias do Campeche que se localizariam *um pouco mais prá lá*. Do cruzamento destas características temos o seguinte relato:

"A divisa real entre as Areias do Morro das Pedras e Areias do Campeche, nem nós sabemos direito. Acreditamos que seja da onde termina a nossa associação prá lá, Areias do Campeche, para depois vir o Campeche propriamente dito.(...) Aqui existe a pessoa com maior poder aquisitivo e existe as pessoas mais pobres. No Campeche já é mais uma classe média entendestes? Aqui, então, tem uma diversidade maior de problemas.... de ordem social."<sup>35</sup>

Os problemas de *ordem social*, partilhados pelos moradores membros da Associação, seriam os argumentos que permitiriam circunscrever e distinguir dos outros moradores do Campeche propriamente dito.

Já os moradores das areias que não pertencem à Associação dividem suas opiniões entre os que concordam com a exclusão da *zona de conflito* e os que integram-na ao Campeche:

"O Campeche termina depois daqueles ... da ... passando esses eucaliptos que tem aqui... onde começa ali a ... tem um muro grande ali, que é do Berenhauser, ali, prá mim, acho que começa o Morro das Pedras. Porque ali já é Jardim das Castanheiras, né? Então já muda o Campeche. Prá mim o Campeche é daqui da Lagoa da Chica até a Lagoa Pequena ali.(...) porque aqui, não tem tanto problema, esse

---

<sup>35</sup> Marco da Associação do Morro das Pedras.

lado aqui não tem. O lado de posse que tem muita briga é tu passando a lagoinha prá baixo. Ali é que tem umas enrrolação. (...) é mais lá prá baixo que tem uma favelada."<sup>36</sup>

"O Campeche vai até o hotel, depois do hotel do boliviano já é Morro das Pedras e depois, lá prá baixo, ele vai até uma extensão.. até a Joaquina aí é Campeche ali."<sup>37</sup>

Destes depoimentos pudemos perceber a existência de uma certa afinidade com os moradores das areias compartilhada por aqueles de mais baixa renda, que residem em moradias mais precárias de um lado e, de outro, um distanciamento partilhado pelos moradores que possuem habitações mais equipadas, revelando um poder aquisitivo maior e que, por isso mesmo, afastam-se do fantasma da favelização:

"Eu aqui já moro num lugar um pouco melhor (...) A minha casa aqui... tu anda uns 200 metros prá chegar na praia, né? Mas, daqui prá lá (aponta na direção das areias), são casas praticamente...encima (das dunas)... desceu já tá na praia. Nós aqui, já pagamos IPTU. Uma garantia a mais na prefeitura, né? (...) É um bloco de classe média alta, né?"<sup>38</sup>

Essa tendência manifesta uma positividade reconhecida pelos moradores de pertencimento ao lugar, onde o território seria uma referência no processo de identificação coletiva decisivo para a própria existência do social.

Desta forma, concordamos com LEITE (1990) quando diz que **o território pode ser visto como parte de uma relação, como integrante de um jogo (...) que transforma-se, desloca-se, é criado e recriado, desaparece e reaparece (...)**

---

<sup>36</sup> Edson Oliveira, morador das proximidades da Lagoa da Chica.

<sup>37</sup> Marcos Dias, florianopolitano, pintor, em entrevista em maio de 1994.

<sup>38</sup> Edson Oliveira., morador da área da Lagoa da Chica.

**como uma das peças do jogo de alteridade, que é também e principalmente contextual.**<sup>39</sup>

Neste sentido, haveria uma identificação entre iguais, *nós de baixa renda do Campeche* que se cruzam com *nós de classe média do Campeche* e entre diferentes, *eles, os favelados lá do Morro das Pedras*.

Esse discurso pode ser encontrado nos outros grupos de moradores, tanto dos nativos como por parte dos estrangeiros que dividem suas opiniões sobre os limites do Campeche nas areias.

Alguns nativos relatam que antigamente esta área pertencia ao Ribeirão da Ilha, sendo posteriormente, com o crescimento populacional, anexada ao Campeche.

"As areias do Campeche hoje, nós chamávamos de Ribeirão da Ilha. Inclusive até o pessoal do Ribeirão vinha plantar ali: roça, melancia... tudo. Hoje que tudo é Campeche."<sup>40</sup>

Esse limite suscita opiniões distintas. De um lado, um grupo que exclui esses moradores e de outro aqueles que, lamentando a ocupação, abrigam essa população e seus problemas sob a área do Campeche. Tanto a exclusão como o abrigo seriam formas manifestas de representar uma certa relação, uma certa identificação com essa população. Uma, dada pela recusa de pertencimento ao modo e padrão de vida e a forma como este grupo se apropriou do espaço, e outra, não menos negativa, que encampa a problemática ocupação como saldo consequente da urbanização e do modelo econômico capitalista que impõem diferenças sociais intensas.

Assim, o grupo dos estrangeiros estaria mais familiarizado do que os nativos com essa população, como se ela fizesse parte da mudança que eles desejariam ter

---

<sup>39</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Território Negro em Área Rural Urbana - Algumas Questões**. p.4.

<sup>40</sup> Verondino Plácido da Rocha.

deixado prá trás, quando optaram pelo Campeche como lugar de moradia, mas que insistentemente os acompanha onde quer que vão.

De qualquer forma, pertencente ou não ao Campeche, as areias parecem representar verdadeiras muralhas demarcatórias. Ao contrário dos outros marcos limítrofes (ao Norte, a Oeste) que funcionam como marcos aduaneiros de "passagens" (de um lugar ao outro); aqui as barreiras sociais parecem colocar obstáculos que dificultam uma boa relação de vizinhança.

### 3. O Crescimento do Lugar: contradições em ebulição

O crescimento do Campeche é percebido pelos natos em dois momentos distintos. O primeiro está relacionado com a vinda do transporte público no final da década de 60 e com a instalação da rede elétrica nos primeiros anos da década de 70. E o segundo, com a pavimentação da Avenida Pequeno Príncipe, originalmente chamada Estrada Geral do Campeche, em meados da década de 80. Essa compreensão ratifica o que havíamos dito acerca da identidade dos grupos ser construída a partir das concepções diversas que estes possuem a respeito do espaço, em particular sobre seu crescimento e prosperidade.

"Quando o ônibus começou a funcionar, daí eu acho que começou o desenvolvimento do Campeche (...) em 69. A iluminação veio prá cá em 70, na Copa do Mundo, de lá prá começou, (...) e depois com essa pavimentação asfáltica então ele cresceu bem mais rápido, aí é que foi o estouro mesmo."<sup>41</sup>

Essas benfeitorias teriam propiciado maior comodidade e facilidade de acesso ao lugar, até então reduto rural de uma comunidade agrícola e pesqueira. Na esteira dessas obras, o Campeche começava a despertar a cobiça de terras que atraía uma população de fora, ao mesmo tempo em que aproximava os valores urbanos de uma comunidade de virtudes simples, que ressentia-se da ausência do conforto imaginado da vida urbana.

"As famílias do Campeche que moravam aqui e trabalhavam no centro, muitas delas venderam aqui e foram morar lá na Costeira e no Centro, em virtude da falta de ônibus e da iluminação mesmo. Eu, inclusive, para estudar tive que me mudar para o centro, morar em república, porque não tinham horários, os ônibus eram de manhã, outro ao meio

---

<sup>41</sup> Lázaro Bregue Daniel, nativo e vereador em exercício em 1994.

dia e às seis da tarde e passavam lá fora onde hoje é o trevo. (...) com a entrada do ônibus começou a melhorar, porque as próprias famílias começaram a voltar (...) e aí tu pegas um ônibus vem, olha, tem áreas, a partir desse momento começou a crescer."<sup>42</sup>

O crescimento ocorrido nos primeiros anos da década de 80 era desejado por essa população que se dizia esquecida. As longas caminhadas que no início de século eram empreendidas para vender o peixe ou a farinha no mercado central, onde o canto do galo despertava a população para o trabalho, são agora lembradas como coisas de um passado de sacrifícios e dificuldades. O ônibus, a luz e o asfalto simbolizavam um presente mais confortável.

A ambição pelas melhorias já estava presente desde a década de 60 quando, com o auxílio dos estudantes da Universidade Federal, fundaram o Conselho Comunitário (1965). Através dele, os moradores reivindicaram a luz elétrica e uma linha de ônibus que atendesse exclusivamente o Campeche. Com o ônibus, foi possível buscar o saber junto às escolas no Saco dos Limões ou mesmo na Universidade Federal, uma vez que no Campeche só era possível *fazer até a quarta série*.

"A proposta era desenvolver a comunidade (...) formar o grupo de mães (...) batalhar juntos por melhorias. Juntos nós angariamos muita coisa (...) o asfalto, o ônibus. Porque nós, hoje, evoluímos."<sup>43</sup>

Outra entidade, a AMOCAM (Associação dos Moradores do Campeche) fundada em 1987, também intentava reivindicar melhorias para o lado Norte do Campeche, pois entendiam que o Conselho limitava-se aos problemas da área do Pontal, esquecendo os moradores do Mato de Dentro e da Campina.

---

<sup>42</sup> Lázaro Bregue Daniel.

<sup>43</sup> Verondino Plácido da Rocha.

No discurso dos membros das agremiações de moradores, a noção de progresso aparece revestida de uma certa ordem necessária ao crescimento: organização. O que se desejava era uma comunidade integrada e organizada.

As entidades, criadas em momentos distintos, parecem revelar confrontos de poder entre as velhas e as novas tradições. Conservadores, de um lado e revolucionários, de outro resumem as disputas entre o Conselho e a Associação, respectivamente. Acusações de pertencimento a blocos partidários ocorrem em ambos os lados que, ironicamente, se unem quanto à necessidade de equipamentos e melhorias para o Campeche.

Essa briga remonta aos primórdios do Campeche, quando a praia era dividida entre a *parelha do Pontal* e a *parelha do Mato de Dentro*. Reificada num período mais recente, através das entidades organizadas, ela revela práticas de poder diferenciadas.

"Aqui no Campeche nós temos duas correntes distintas. Uma pró conservadores e uma pró petistas, né? De PMDB quetava antes que eles faziam oposição (...) puxam cada um pro seu lado."<sup>44</sup>

O Conselho, mais antigo e formado por nativos mais velhos, é por isso mesmo considerado mais conservador, porque mais ligado às tradições. A Associação, mais recente e formada por nativos mais jovens, é considerada então revolucionária em oposição ao Conselho.

Convém destacar que, guardadas as diferenças, no que tange as noções de desenvolvimento, evolução e progresso, poucas são as iniciativas que concretamente os opõem. Ironicamente, no bloco dos "revolucionários", encontram-se discursos preservacionistas da cultura que, divulgados através de um jornal - *O Açoreano* -,

---

<sup>44</sup> Getúlio Rafael Inácio, nativo e filho de pescador.

refletem a preocupação com o "processo de aculturação que estava havendo no bairro."<sup>45</sup> Ou, ainda, no bloco dos "conservadores" onde atribuem a falta de asfalto ao "pessoal de lá que achava que era muito perigoso por causa das crianças (...) queriam ficar naquilo, tu vê (...) então nós queremos que evolui o Campeche, né?"<sup>46</sup>, revelando uma postura mais progressista.

Conservadas as disparidades, o orgulho de pertencer a uma comunidade que não estava parada no tempo, que tencionava as mudanças, parece ser compartilhado por todos. O reconhecimento social da evolução é bramido aos quatro cantos.

"Antes não existia nada, um ponto de socorro, uma farmácia. Então, hoje em dia existe tudo. Tem posto de socorro, clube prás crianças, supermercado, farmácia, padaria. Prá nós é muita coisa, né? muito boa."<sup>47</sup>

O conforto da vida citadina agradava os nativos que não se cansam em reconhecer as maravilhas de morar num lugar como o Campeche. Assim, consideram o bairro a melhor opção de moradia. Seja pela qualidade de vida que ainda preserva, seja pela condição sócio-econômica que os impede de sair daqui.

"O Campeche tem tudo que é bom, né? Praias lindas, terrenos lindos também, e tem mais vida saudável. Muita saúde, o rio aqui não tem poluição, não tem nada.(...) Eu acho que não encontro outro melhor do que esse."<sup>48</sup>

"Na cidade só se vive à força do dinheiro, né? E quem não tem um terreno na cidade, não tem nada. Então aqui sempre tinha um pedacinho de terreno. Você planta um aipim, uma batata, uma melancia, uma abóbora, uma cenoura, um repolho. Qualquer coisa que a gente planta sempre dá."<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> Edgar Emídio da Silveira - Presidente da AMOCAM até 1994.

<sup>46</sup> Verondino Plácido da Rocha- Presidente do Conselho Comunitário.

<sup>47</sup> Leontino José Bardança, morador antigo, em entrevista realizada em maio de 1994.

<sup>48</sup> Francisco Daniel, pescador nativo, em entrevista realizada em maio de 1994.

<sup>49</sup> Leontino José Bardança.

Recebem destaque as belezas naturais do Campeche. A água límpida e cristalina alterna-se em matizes que passam do verde escuro ao azul claro, ao cinza em dias nublados. As areias brancas contrastam com o verde exuberante avistado da praia quando se observa o ex-Morro do Lampião ou para Leste quando se avista a Ilha do Campeche. A extensa planície, contígua a praia, abriga uma variedade de riquezas naturais como os brejos, as dunas, o morro do Campeche, córregos e lagoas.

Entretanto, para os moradores mais antigos a vida pacata que anteriormente ligava-se a este cenário puro e virginal, vem sendo há duas décadas separada por minutos do centro da cidade. Uma proximidade perigosa para manter essas qualidades. A facilidade propiciada pelos transportes públicos e pela pavimentação dos acessos ao Campeche ocasionou um novo cenário para o viajante que, hoje, saindo da praia, empreende uma exploração em direção ao interior da localidade. O número de edificações, a quantidade de ruas abertas para abrigar um novo contingente humano, que desloca-se incessantemente para o Campeche, denotam uma fisiognomia<sup>50</sup> que intercala remanescentes rurais com os atuais traços urbanos.

Entre os nativos, que viam o crescimento com olhos ávidos de melhorias, um certo constrangimento aponta o desconforto de algumas práticas urbanas parasitárias da evolução.

"Quando vem o crescimento vem prós e vem contras. E estes contras que são o pessoal do vandalismo. Eles estão depredando tudo. Inclusive apareceu o tóxico. Os tóxicos apareceram aqui, que é uma coisa contra o nosso pessoal aqui. Apareceu ladrão que no Campeche não existia.

---

<sup>50</sup>BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin.** Segundo o autor, fisiognomia é um neologismo que expressa um vaivém entre o objeto estudado, a 'fisionomia' da cidade, e o olhar do 'fisiognomista' que é uma técnica de leitura da cultura e da sociedade que remonta a uma tradição fundamentada por Johann Casper Lavater (1741-1801) (...). Vivendo o choque entre o surgimento da grande cidade contemporânea e a cultura tradicional do campo, o autor (...) procurou elaborar um vademecum para quem se aventurasse adentro as grandes cidades, no sentido de poder detectar o caráter dos transeuntes anônimos a partir de seus traços exteriores.p. 18-19.

apareceu o homem que vai lá pegar a terra do outro. No Campeche não existia isso aí. Agora o crescimento apesar dos pesares, ele que tá vindo muito devagar, aqui no Campeche luz não existia, água não existia (...)"<sup>51</sup>

O roubo, o tóxico, a invasão se opõem aos costumes do local. Embora revelem, nos incontáveis *causas* do passado, pequenas aventuras furtando melancias e milho-verde nas roças, pilequinhos de *rama* consumidos nas vendas ou, ainda, a forma como seus ancestrais se apossaram das terras inóspitas no início do século, tudo isso parece não significar infrações à ordem de uma comunidade trabalhadora, honesta e pacata da qual orgulham-se de pertencer.

Entre os estrangeiros, que vieram buscar os ares de fazenda, as tradições da *querência*, a paz e a tranquilidade, encontra-se um certo discurso preservacionista que engloba tanto o meio ambiente (dunas, praia, morros e encostas) como a cultura local (incentivo para o funcionamento dos engenhos de farinha, do leite fresquinho produzido pelos nativos etc.). Neste discurso o inimigo, o alvo a ser atingido são os invasores das areias. Estes moradores representam, pela forma como se apropriaram das terras, pela má distribuição dos lotes etc., todas as tradições urbanas das quais os estrangeiros querem distância.

Sobre o crescimento do Campeche um certo morador esbraveja em defesa do meio ambiente, que deve ser preservado a qualquer custo:

"Não, prá mim não é desejado. Eu, particularmente não participo de nenhuma atividade da comunidade no que concerne a vir o asfalto, por exemplo, o asfalto é o prenúncio do fim. Eu gostaria que o Campeche tivesse uma cara mais nobre. Compatível com as riquezas naturais (...) área de dunas, área de montanha (...) área de preservação permanente que seja respeitada (...) então não pode construir, se tá construído, destrói. E o lote mínimo deveria ser de 1000 metros quadrados e não 250 metros.

---

<sup>51</sup> Getúlio Rafael Inácio.

Para ter qualidade de vida uma pessoa, uma casa não pode se instalar em menos de 1000 metros quadrados. (...) o pessoal de lá não tem condições de morar no Campeche. O Campeche não oferece empregos, então o cara mora aqui e trabalha lá na BR 101 (...) ele devia morar lá na BR.(...) Uma coisa é certa: existe a natureza a ser preservada. Existe o Campeche que é riquíssimo em ambientes ecológicos que estão em extinção, a duna (...) a restinga que estão sendo extintas devido a alterações ecológicas que se fez (...)"<sup>52</sup>

Criticam, ainda, a má influência que o desenvolvimento pode acarretar nas tradições dos nativos:

"Porque esse pessoal todo que vem de fora, eles tiram muito da inocência do pessoal nativo. Eles vão entrando em contato, principalmente os mais jovens, vão vendo a roupinha, o carro, a prancha. Eles vão querendo ter isso também, então vão acabando com as tradições de pescador, de criar o seu boizinho, de plantar. Isso aí o pessoal mais jovem não vai querer... porque eles vão querendo ter o que os de fora tem. Filhinho de papai que vem com a sua prancha, escuta o seu som, isso aí vai mexendo com a cabeça deles, né?"<sup>53</sup>

Para os "estrangeiros", os discursos preservacionistas do meio parecem refletir uma inquietação social muito grande. Embora encobertos por uma preocupação ecológica, não menos importante, e que atinge não só os moradores das areias, mas a todos os moradores que transgridem as leis ambientais; demonstram uma aversão muito especial pelos moradores das areias e da Lagoa da Chica, que além de ocuparem áreas de preservação, não adquirem legalmente seus terrenos. Os invasores são "invasores" justamente porque não respeitaram a forma "legal" e "legítima" de se apropriar dos terrenos. À eles são atribuídos também a marginalidade, os tóxicos, as violências, como se carregassem consigo "tudo que não é bom".

---

<sup>52</sup> Mauro Campos de Almeida, biólogo, natural da cidade do Rio de Janeiro, em entrevista cedida em maio de 1994.

<sup>53</sup> Nara Barbosa M. França, moradora da Servidão Alexandrino Daniel, em entrevista em maio de 1994.

Apesar de, na prática, suas moradias localizarem-se sobre as dunas ou sobre as áreas de expansão da Lagoa o discurso ecológico não difere dos outros moradores. Compartilham também das queixas ao descaso da Prefeitura e dos órgãos públicos, que teriam abandonado o Campeche. Quanto aos planos de que têm notícia sobre a construção de uma certa "via parque", que ligaria o Sul ao Norte da Ilha, passando por cima das dunas e das habitações, dividem-se quanto ao "gosto" pela novidade. Alguns acham que vai ser melhor, porque vai valorizar e facilitar o transporte, o turismo e o lazer e outros recusam esse tipo de solução, porque dizem implicar em mudanças muito radicais no estilo de vida, ou que com a "rodovia" ficaria muito urbanóide.<sup>58</sup>

Desse modo, os rumores desencontrados correspondem, às vezes, à discursos semelhantes e práticas diferenciadas, que animam cenários de disputas entre os que moram nas areias e os que residem fora dela.

Nos discursos dos moradores do Campeche, o progresso faz parte de um ideário do qual não se pode escapar. Desejado por uns e temido por outros, ele avança implacável. Atrás dele, um rastro que acompanha as benesses propiciadas pelo aumento dos equipamentos e que facilitam a vida dos seus usuários: a destruição do meio ambiente e a violência urbana

Para além dos lugares de moradia, está a praia. Nela os discursos e as práticas se encontram. Não há esgoto na praia do Campeche. Vários invasores, que formaram barricadas impedindo a demolição de barracos nas dunas, na praia fazem parte do grupo dos demolidores de cercas e esgotos clandestinos.

---

<sup>58</sup> Marcos Dias.

#### 4. O Espaço dos Convívios: uma teia de muitos fios

O Campeche, segundo os nativos, começou a crescer em meados da década de 70, aumentando vertiginosamente o ritmo nas décadas seguintes, principalmente no período posterior aos anos 83-84. Desde então, este crescimento vem impondo mudanças espaciais que refletem as transformações das concepções de vida destes moradores. Ao longo do tempo, impressões e vivências foram trocadas com os novos habitantes as quais contribuíram, de um lado, para o fortalecimento de alguns valores rurais que a memória animava e, de outro, pela incorporação de valores urbanos que representavam o desenvolvimento apreendido com as novas relações. Esta experiência propiciou a afirmação de uma certa identidade espacial, que serviu tanto como extensão como motivação para criar uma identidade de grupo.

Conforme WILLIAMS (1989), **a vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.**<sup>59</sup> Em torno desses sentimentos e idéias, estariam aqueles que associam positivamente o campo a **uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples** e negativamente às noções de **atraso, ignorância e limitação**. Igualmente, à cidade estão associadas as idéias de **centro de realizações - de saber, comunicações e luz** e, também de **barulho, mundanidade e ambição**.<sup>60</sup>

Entretanto, essas noções dos moradores do Campeche, presentes no cruzamento das concepções de vida rural e urbana e nas diferentes práticas além das práticas discursivas, apontam algumas contradições, alguns confrontos e encontros na

---

<sup>59</sup> WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. p. 19.

<sup>60</sup> WILLIAMS, R. op. cit. p.11.

relação com o espaço construído, que nos permitiram duvidar do modo convencional como são estabelecidas.

Segundo os nativos, no início do século a comunidade do Campeche só era agitada com o pouso de aviões dos correios da Societé Latécoère. Contam os antigos moradores que assim como o escritor Saint Exupéry - que pilotava os aviões da empresa francesa, um certo morador também pensava poder voar. Para isso construiu um avião caseiro, amarrou num pé de laranjeira, e pediu à sua mulher esperar uma aragem bem forte para, então, cortar a corda. "Corta a corda, Chica", virou enredo de escola de samba, que assim homenageou o passado dos agricultores e pequenos pescadores desta pacata comunidade:

"Imaginação, fantasia  
Viajam nesse sonho fascinante  
Que o poder da nossa mente cria  
Imaginação, fantasia viajam nesse sonho fascinante  
Que o poder da nossa mente guia

O homem quer descobrir  
O homem quer conquistar  
Quem é que nunca sonhou  
Seu sonho realizar

Zé Maia nosso ícaro ilhéu  
Sonhou um dia conquistar o céu

Corta a corda Chica  
Que o bicho "qué avuá"  
Quem tem asa voa longe  
Eu chego lá

No Campeche aconteceu  
Fatos que marcaram uma era divinal  
A ilha foi servida à francesa  
Se fez um intercâmbio cultural (...)."<sup>61</sup>

Como num sonho, as imagens contruídas a partir dos relatos dos nativos mais idosos também nos permitiram voar. Ainda que correndo o risco de sermos

---

<sup>61</sup> Corta a Corda, Chica - Samba enredo da Sociedade Recreativa e Cultural Unidos da Coloninha, Florianópolis, carnaval de 1995.

demasiado simplistas, omitindo uma variedade de elementos que teriam caracterizado essa comunidade ao longo do tempo, faremos um breve apanhado, tentando redesenhar um quadro possível da área a partir de algumas lembranças que nos foram relatadas, quando da realização das entrevistas.

Até meados da década de 50 e início de 60<sup>62</sup>, o Campeche acolhia uma população tipicamente rural que vivia da agricultura, criação e pesca de subsistência. Os contatos com a cidade eram periódicos e se davam em razão do comércio - compra de gêneros e venda dos excedentes agrícolas e pesqueiros.

Roças de mandioca (ou rama), feijão, café, melancia, milho, batata e amendoim formavam o cenário das plantações intercalados com habitações esparsas. Nos terreiros de fundo de quintal, as laranjeiras, bergamoteiras, cajueiros, limoeiros, amexeiras e bananeiras dividiam o espaço com galinhas, perus, patos e gansos. Os animais de maior porte eram criados soltos junto as roças - vacas de leite, de corte e cavalos para tração. A pescaria completava a mesa parca. Tatuíras, castelas, mariscos, tainhas, camarões e brotas eram pescados com tarrafas de ticum<sup>63</sup> que junto com o pirão d'água, alimentava os agricultores na roça. Quase tudo era produzido pelos agricultores que dependiam da *venda* para adquirir o sal, o açúcar, charque e linguiça.

Predominavam as atividades agrícolas, que envolviam tanto os homens como as mulheres, onde as roças maiores eram as de mandioca, feijão e café. A farinha era

---

<sup>62</sup> Segundo o relato de Eva Daniel a partir do momento em que saíram os primeiros moradores, o Campeche começou a mudar "por volta de 1954, 56, o pessoal começou a trabalhar lá no centro, abriu aquele grupo, o Getúlio Vargas, os mocinhos deram a estudar lá, as moças." Outro nativo, Valdir Arcelino Nunes, também identifica o período anterior como precedendo as mudanças ocorridas a partir da década de 50. "Naquela época tinha só umas 25 a 30 casa por aqui, não tinha mais que isso. Tinha duas casas mais em cima, umas três lá no alto, tinha o seu Abelô. (...) Era tudo picada, não tinha caminhão, nada. Era só carreta e cavalo de cerão (de cesto) e vivia todo mundo da pesca e da lavoura. Depois é que uns começaram a trabalhar de polícia outros no Estado, mas era muito pouco."

<sup>63</sup> Segundo Maria Vigano de Souza, uma nativa, o ticum é uma planta da qual se extraía a fibra para fazer redes de pesca. As folhas de ticum devem ser curtidas na água durante uma semana. Depois passa-se um pente que desfia em tiras bem finas. Essas tiras são colocadas numa roca para torcer os fios que são, posteriormente trançados num fiandeiro. Entrevista feita em maio de 1994.

beneficiada em numerosos engenhos movidos a tração animal. O excedente produzido era levado *de pé*, por trilhas que ligavam a Costeira ou ao centro da cidade onde eram, então, comercializados ou trocados por gêneros necessários não produzidos no Campeche.

A pesca artesanal era uma atividade tipicamente masculina que complementava a necessidade proteica não suprida pelos gêneros agrícolas e representava uma verdadeira aventura no mar, uma vez que poucos nativos sabiam nadar.

As mulheres faziam renda de bilro, trabalhavam na roça e nos afazeres domésticos. Poucas eram as opções de lazer, que resumiam-se ao âmbito doméstico e as domingueiras ocasionais. Os homens divertiam-se nos jogos de futebol aos domingos e, diariamente reuniam-se nas vendas para tomar a "rama" que encerrava o dia de trabalho.

As doenças eram tratadas com chás e ervas adquiridos no centro. Era atribuído aos feitiços de bruxas o fato de existirem crianças magras e pessoas doentes. Estas eram tratadas por curandeiras locais, só os casos mais graves eram resolvidos no centro, sob os cuidados médicos.

Uma vida *simples, sacrificada e atrasada* é apontada na memória desses moradores que atribuem à falta de trabalho um dos motivos da saída dos moradores da área por volta dos anos 50. A população aumentava, e dezenas de jovens pescadores iam para o Rio Grande trabalhar em grandes empresas pesqueiras para complementar o orçamento doméstico. O serviço militar ou público também foi uma opção de trabalho masculino, principalmente nos anos 60. Não era só o Campeche que crescia. Florianópolis apresentava um crescimento acelerado (44,65% entre os anos 50 e 60 e, 41,4% entre 60 e 70).

Assim, descrevem eles, "os nativos do Campeche começaram a sair do isolamento físico com muita dificuldade"<sup>64</sup>, que só foram amenizadas com a vinda do ônibus e da luz elétrica no final dos anos 60 e início de 70. As distâncias foram diminuídas. No lugar das quatro a cinco horas de caminhada que separavam o centro do Campeche, no início do século, uma hora de viagem transformava o ônibus num lugar de encontros e convívio social.

No final da década de 70, um certo Plano Diretor parecia lembrar dessa área orientando o crescimento da cidade para cá. Estreitavam-se os laços com o ideário e os valores urbanos já iniciados em décadas anteriores. A população de fora descobria o Campeche.

As pavimentações da Rodovia SC 405 em 1980, seguida da Avenida Pequeno Príncipe, inaugurada em 1984, marcaram para os nativos a chegada em massa dos novos moradores, que em menos de dez anos triplicaram a população.

"Depois do asfalto começaram a valorizar o Campeche, chegou a vez do Campeche ser reconhecido".<sup>65</sup>

Os convívios estabelecidos a partir de então são os elementos com o quais pretendemos compreender as singularidades, as relações que estes grupos mantêm entre si e com o ambiente construído. Do cruzamento dos olhares, o significado atribuído ao espaço é o que nos interessa aqui. O teor subjetivo que se esconde por detrás desses significados, as imagens de "bem viver", designam uma certa identidade que oporia sentidos entre grupos diferenciados. Assim, estas imagens podem ser entendidas, conforme BACZKO (1985), **como um aspecto da vida social, da**

---

<sup>64</sup> Getúlio Rafael Inácio.

<sup>65</sup> Tito Rafael Inácio, nativo, em entrevista em maio de 1994.

**atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos<sup>66</sup> - o espaço construído.**

Neste sentido, estamos entendendo o espaço como produto do imaginário social que regula a vida coletiva. Nele ocorrem os conflitos sociais uma vez que estes são, também, representações. O imaginário só se torna inteligível através da produção dos discursos no e pelos quais se realizam a reunião das representações coletivas numa linguagem.

Nos relatos dos nativos as *raízes*, o culto ao passado rural, estariam entre as justificativas que explicam sua permanência:

"Raízes. Minha família viveu mais de duzentos e poucos anos no Campeche. Nós preservamos nossas raízes aqui porque onde fica o nosso umbiguinho, ficam nossas paixões. E tá dando certo, então a gente não sai."<sup>67</sup>

O peso do passado rural não impediu, no entanto, que esse grupo recusasse o progresso, entendido como benfeitorias que amenizavam as agruras da vida natural. Ao *atraso e esquecimento* ligavam-se a falta de equipamentos tipicamente urbanos desejados por essa população que intentava ganhar o mundo e ser reconhecida.

"Antes tinha pouco movimento. Tava muito atrasado. Agora não, agora tá legal. Antes não tinha supermercado, não tinha nada, agora já tem supermercado, duas farmácias. Tá faltando ainda um pouco de atividade. Tá faltando área de lazer. Diversão no Campeche só o futebol. Aos domingos se não tem o futebol, o pessoal que vem lá no campo e solta aqueles aviõzinhos (aeromodelismo), vez em quando aparece o pessoal que faz um concurso ali de pescaria de caniço... Então tá precisando um parque bem montado prá criança aos domingos brincar.(...) Tava precisando um

---

<sup>66</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. p. 309.

<sup>67</sup> Getúlio Rafael Inácio.

postinho do BESC só prá pagar as contas. (...) Tem que asfaltar aquela parte ali porque atrasa o comércio."<sup>68</sup>

Os lamentos com o descaso da Prefeitura, que não reconhece as virtudes dos moradores que esforçam-se para sair do atraso em busca das novidades urbanas, são comuns:

"A Prefeitura não dá bola para o pessoal do Campeche. Políticos, prá eles o Campeche não existe. Quando se fala em Campeche prá eles, eles acham que é simplesmente um paredão que eles não passam."<sup>69</sup>

Esse talvez tenha sido o motivo pelo qual os nativos acolhiam com tanta hospitalidade as pessoas que vinham de fora - os estrangeiros. A eles eram atribuído o saber, a 'cultura', da qual os nativos queriam se aproximar. Na bagagem dos novos moradores, residiam as esperanças de evolução e progresso intentado pelos nativos, que viam o crescimento com bons olhos. Ávidos por melhorias que os afastassem definitivamente dos tempos das picadas, dos carros de boi, da falta do que fazer para se divertir e da falta de comodidade, os nativos acolhiam com afetuosidade os de fora.

"Quanto mais crescimento, mais evolução, melhor. Não pode ficar como está, tem que ter atividade. Tem que vir, não adianta. Não adianta ficar aí. Agora que já cresceu, então isso que está não pode aumentar mais nada? Tem que deixar progredir. Quem tiver dinheiro prá aproveitar o crescimento que acompanhe e quem não tiver, paciência. Isso é a lei da vida, cada um tem que fazer por aquilo que pode, pegar mais. Quem tem mais posse pega, quem não tem..."<sup>70</sup>

---

<sup>68</sup> José Arcelino Nunes, nativo, pescador e agricultor, em entrevista em amio de 1994.

<sup>69</sup> Getúlio Rafael Inácio.

<sup>70</sup> José Arcelino Nunes.

"Viver no Campeche hoje é praticamente acompanhar a evolução (...) dos que vieram prá cá. Aquele negócio antigo, aquela tradição, tá acabando."<sup>71</sup>

Paradoxalmente, os novos moradores, representantes do ideário desejado pelos nativos, viam no Campeche uma alternativa que intentava *fugir da vida urbana*. A busca por tranquilidade, silêncio e belezas naturais, que conotavam um arquétipo bucólico, esbarrava nos princípios progressistas e evolucionistas dos nativos.

Termos como tranquilidade, paz e sossego são comuns nos discursos dos estrangeiros e invasores, que teriam escolhido o Campeche pela proximidade do centro, pelas belezas naturais, pela possibilidade de uma vida mais ligada à natureza e pela facilidade de acesso a terrenos - por tamanho ou preço. Estas facilidades, incentivaram um filósofo a instalar uma Biblioteca de Esperanto, contando com o crescimento do lugar.

"O Campeche era um lugar adequado, até porque é a única região próxima da cidade, de fácil acesso, e que tinha o chamado mar forte, o mar grosso, porque o mar das baías não me agrada tanto, por ser muito pouco ativo, além de ser poluído. Bem, então com isso eu vim para o Campeche e me lembrei de comprar um terreno e colocar sobre este terreno uma construção (a Biblioteca de Esperanto), de minha iniciativa mas que aos poucos seria assumida por outras pessoas e, essa segunda fase, acho que não demora de acontecer e então, ela terá um destino futuro talvez muito bom."<sup>72</sup>

Apesar da semelhança aparente presente nos discursos dos estrangeiros e invasores, quanto às virtudes que os teriam atraído ao Campeche, a importância dada às diferentes qualidades que teriam balizado suas escolhas, o nível sócio-econômico e

---

<sup>71</sup> Elenir Rafael Inácio, filho de pescador, em entrevista em maio de 1994.

<sup>72</sup> Evaldo Pauli, natural de Antônio Carlos, filósofo e fundador da Biblioteca Superior de Cultura - Biblioteca de Esperanto, entrevista realizada em agosto de 1994.

a localização associada à forma de apropriação dos terrenos, parecem apontar divergências que oporia estes dois grupos.

Entre os invasores a questão da carência de um lugar com preços acessíveis para morar próximo do centro e a valorização das belezas naturais, foram, ao que tudo indica, fundamentais na "escolha" pelo Campeche. Em todas as entrevistas estes fatores foram apontados como determinantes, como resultado da falta de outra opção para moradia. Assim, Fundos de Garantia, aparelhos de televisão, eletrodomésticos e roupas, foram transformados em recursos para aquisição dos terrenos que, posteriormente abrigavam residências, inicialmente precárias, construídas pelos próprios moradores.

"Eu mesmo tava muito afim de um chão prá mim, não tinha onde pô! Morava com a minha mãe (...) Chega uma certa idade (...) é preciso ter a minha vida, ter uma casa, um terreno prá mim morar (...) aí eu comprei o terreno. Na época eu tinha recebido uma grana, porque eu tinha saído do meu emprego. Dava para comprar um fusquinha, uma moto(...) logo montei um barraco e depois fui arrumando aos poucos."<sup>73</sup>

Associados à questão econômica, estão, principalmente, a localização e as paisagens naturais como fatores explicativos para a escolha da moradia. Ficar relativamente próximo ao centro da cidade, implicava em menores custos de transportes e de lazer. O *visual* da praia, a proximidade com a natureza e a acessibilidade ao centro indicavam o interesse desses moradores, de mais baixa-renda, em residir no Campeche. Identificavam-se portanto, com concepções

---

<sup>73</sup> Marcos Dias.

naturalistas de bem viver, que dentro dos seus parques recursos, o Campeche representava.

"O contato em si com a natureza foi o que me fez ficar ali (...) é perto do centro, dá um ar que tu estás num sítio, também tá no mar. Sabe é todo o espaço ali proporcionou isso."<sup>74</sup>

A relativa facilidade com a qual podiam se tornar proprietários de terrenos próximos ao mar nas areias, era contrabalançada com o sacrifício imposto pela falta de luz elétrica, linhas de ônibus e outros equipamentos urbanos já presentes em outras áreas do Campeche. O esforço por se aproximar deste ideário (ar de sítio e ao mesmo tempo praia) é manifesto também nas dificuldades legais e legítimas em permanecer numa área de preservação permanente. Alguns moradores das areias se submeteram durante anos a ficar sem luz elétrica, sem algumas comodidades urbanas, e resistindo a violentas ameaças e enfrentamentos pela posse de terras, para poderem permanecer no local de escolha de sua morada. Igualmente, os moradores da área da Lagoa da Chica enfrentaram um cordão de isolamento, patrocinado pelos discursos protecionistas do meio ambiente que intentavam tirá-los da área pois acreditavam que, ainda que a sua condição sócio-econômica permitisse a compra de terrenos em outras localidades do Município, "valia a pena brigar para ficar num paraíso."<sup>75</sup>

No grupo dos estrangeiros, a qualidade de vida, o sossego e a tranquilidade ligados as tradições rurais de *soliedariedade*, *simplicidade* e *honestidade*, parecem

---

<sup>74</sup> Marta Souza Reis, paranaense, moradora da área das areias, em entrevista em julho de 1994.

<sup>75</sup> Marta Souza Reis.

ser mais valorizados do que a paisagem em si, ainda que isso também apareça:

"O Campeche representa prá mim qualidade de vida, hoje ... não vai ser eterno, né? É mais próximo do centro, em termos de praia e de área (...) o Campeche tem muito campo, muita área."<sup>76</sup>

A preocupação com o preço dos terrenos também é menor, na medida em que revelam uma tendência a procurarem terrenos de maior extensão e melhor localização - adquiridos de forma legal - do que aqueles "adquiridos" pelos invasores (geralmente de pequena extensão e de "aquisição" duvidosa). Neste sentido, tendem também a estreitar mais os laços com os nativos e recusar uma proximidade com os invasores. Nativos não invadem áreas, nem estrangeiros.

"Na minha terra tem um jeito de se falar, que o caboclo se sente 'aquerenciado' (...) eu compro farinha do engenho do seu Miguel (...) tem o Zé do leite lá no trevo. (...) tem o Marisco que o filho do seu Deca traz prá mim. Então a gente tem uma relação muito próxima com as pessoas nativas do Campeche. (...) Daqui um pouco eu vou ter que ir embora do Campeche porque o Campeche tá crescendo muito, muito desordenado. E as pessoas tão vivendo num mundo assim muito materialista, muito ganancioso (...) se o cara puder fazer um muro ele faz 10cm prá dentro do terreno do vizinho e diz que se enganou(...) a maioria dos terrenos são frutos de parcelamento irregular(...)." <sup>77</sup>

Assim, os contrastes entre padrões "modernos" e "tradicionais" confrontam-se de forma nem sempre harmoniosa entre estrangeiros e invasores. Internamente, no grupo dos estrangeiros, aqueles que ainda não partilham deste estilo de vida, os

---

<sup>76</sup>Mauro Cesar Campos de Almeida.

<sup>77</sup>Cláudio Floriani Júnior, lageano, em entrevista em junho de 1994.

*urbanóides*, recém vindos para o Campeche, também não são vistos com bons olhos.

"Nos damos muito melhor com os nativos do que com o pessoal novo que tá vindo prá cá, inclusive eu tenho uma vizinha(...), faz meio ano que ela tá aí, eu converso raras vezes com ela, apesar de ser tão próximo de ter cerca tal, mas é o pessoal da cidade que... sabe que também já tinha... não tinha um relacionamento assim de me empresta aí uma colher de açúcar, um azeite, sei lá qualquer coisa. E a gente tem essas coisas com os nativos, né? (...) tem essa troca. A relação melhor é com os nativos."<sup>78</sup>

Um certo vizinho, incomodado com as festas de um morador recente, enviou-lhe um bilhete tentando alertá-lo para os costumes locais que sintetiza bem essa situação:

"É necessário que saibas que existe aqui nessa servidão pessoas que vivem harmonicamente com o astral calmo e silencioso. O barulho do mar, o pio da coruja e o frescor do vento nas folhagens. Tudo isso foi procurado e encontrado pelas pessoas que aqui vieram morar. Todos dão festas as vezes, inaugurações, aniversários etc. Mas você abusa desse direito. (...) o barulho é muito mais alto que as festas comuns e ultrapassam os horários. A frequência com que são dadas é constante. (...) É fim de verão, vamos com calma e respeito. Vamos viver bem juntos."<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup> Nara Barbosa M. França.

<sup>79</sup> Bilhete anônimo deixado na casa de Vera Dias em meados do mês de março de 1994.

## 5. Os Emblemas da Urbanização que Chega: inscrições sobre o espaço

Para além dos discursos - que analogamente simbolizam, representam e identificam as imagens presentes num certo imaginário social acerca "de si" e "do outro" no interior dos grupos de moradores do Campeche - estão os aglomerados, as edificações e as placas nomeando o arruamento que também funcionam como uma linguagem simbólica. A esse respeito BACZKO (1985) nos oferece uma passagem singular:

"(...) todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro se opõe a periferia, o acima opõe-se ao abaixo, etc.) A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais nobres, etc."<sup>80</sup>

Desta forma, o amontoado de casas nas areias e nas proximidades da Lagoa da Chica, em áreas de preservação permanente, isolam distinguindo o grupo dos invasores. A pequenez dos terrenos faz com que as habitações sejam construídas muito próximas umas das outras, a estreiteza e sinuosidade das ruas e a profusão de formas arquitetônicas presentes num emaranhado confuso de materiais de construção, dão ao lugar um aspecto semelhante aos bairros periféricos das grandes cidades. Aquele *visual*, que teria atraído parte dos moradores, foi substituído pelos seus pares por construções e quintais onde o areal remanescente intercala a presença massiva de edificações e varais de roupa com humildes vegetações que ocultam as dunas.

Uma pesquisa realizada nos jornais de maior circulação da capital nos anos de 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1994, nos meses de janeiro, fevereiro, março, julho,

---

<sup>80</sup> BACZKO, B. op. cit. p. 313.

agosto e setembro, aponta a origem dessa ocupação caótica. Somente em 1980 começam a ser oferecidos terrenos para venda no Campeche. A metragem dos terrenos variava, entre 1000 e acima de 5000 metros quadrados. Em 1985, a oferta aumenta e a metragem dos terrenos diminui, situando-se em torno de 500 e 5000 metros quadrados. Em 1990, a maioria dos terrenos situa-se entre 350 e 1000 metros quadrados e, em 1994 entre 350 e 500 metros quadrados. A diminuição progressiva dos lotes é um dos indicativos que confirma o crescimento urbano acelerado nesta localidade, principalmente nos dez últimos anos. Assim, registram-se também a abertura de uma grande quantidade de ruas e servidões.

Com esse crescimento vieram também os desejados equipamentos urbanos: TELESC em 1982, CASAN em 1991. O comércio também intensificou sua oferta: farmácias, mini-mercados, lojas de materiais de construção, padarias, restaurantes, vendas, locadoras de vídeo, barzinhos, campings, hotéis e pousadas. Conta ainda com duas escolas públicas de 1º grau e uma particular de pré-escola, uma biblioteca de esperanto, um asilo de velhos, posto de saúde, associações de funcionários, associações recreativas etc. Estes equipamentos partilham o espaço com vendedores ambulantes de peixe e leite, com os engenhos de farinha ainda em funcionamento, com o arrastão na praia durante o ano, ou com a pesca da tainha nos meses de maio e junho.

Ainda, conforme uma outra pesquisa na Câmara de Vereadores<sup>81</sup>, entre os anos de 90 e 93 aprovou-se o maior número de Leis que regulamentam a nomeação deste arruamento recente. Sobre isso convém destacar que a maioria das nomenclaturas das ruas não tem amparo legal, ou seja, não foram aprovadas pela Câmara de Vereadores. Entre 1984 e 1994 somente dez delas passaram pela aprovação da Câmara, o restante foi designado pelos próprios moradores

---

<sup>81</sup> Foi realizada uma pesquisa para saber quais os nomes de ruas aprovados pela Câmara de Vereadores entre os anos de 1984-1994. Neste período, apenas 12 ruas tiveram seus nomes aprovados pela Câmara. Disso decorre que o restante das ruas nomeadas que tem placas indicativas não tem amparo legal.

encarregando-se de confeccionar as placas sinalizadoras que, paulatinamente, foram sendo absorvidas pelas empresas prestadoras de serviços - TELESC, CELESC, CASAN e Correios passando a legitimá-las.

Sobre a nomeação do arruamento é importante salientar que, enquanto símbolos, revelam **a potência unificadora dos imaginários sociais, assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores.**<sup>82</sup> Cada pessoa ou grupo de pessoas, tem as suas expectativas individuais, suas esperanças, seus desejos etc. O imaginário é o lugar onde essas expectativas são respaldadas por um mesmo código, ainda que cada um tenha individualmente os seus sonhos, as suas esperanças. O imaginário permite fazer concordar expectativas individuais, exprimir as coincidências e as contradições entre as experiências e as esperanças e, ainda, sustentar os indivíduos em ações comuns.

Desta forma, temos alguns nomes de ruas que simbolizam essas imagens. É o caso, por exemplo, das servidões Harmonia, Natureza, Felicidade e Paraíso. Em todas elas a presença de estrangeiros é massiva. Seus nomes indicam uma certa concepção do lugar e uma certa identidade das pessoas que moram nele, apesar de normalmente resultarem da escolha de um ou dois habitantes

"Tem tudo a ver comigo, tem uma energia nessa palavra como a palavra amor."<sup>83</sup>

"Porque eu sou muito feliz aqui. Acho que todos nós aqui nesta casa."<sup>84</sup>

"O nome da servidão Harmonia vem bem a calhar, tem as suas desarmonias também, mas quanto ao aspecto da preservação ambiental, da conservação é uma unidade só."<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> BACZKO, B. op. cit. p. 311.

<sup>83</sup> Carlos Alberto sobre a escolha do nome da servidão Harmonia.

<sup>84</sup> Cláudio sobre escolha do nome da Servidão da Felicidade.

<sup>85</sup> Mauro Cesar Campos de Almeida.

"Porque aqui a gente encontrou tranquilidade, paz e sossego. É um lugar calmo prá se viver. As crianças podem brincar na rua sem problemas."<sup>86</sup>

Nomes de nativos são os que predominam no Campeche, exceto na área das areias e da Lagoa da Chica, onde predominam os nomes dos moradores mais antigos do lugar. Escolhidos em sua maioria pelos estrangeiros, carregam o peso do passado artesanal e parecem uma tentativa de reter o tempo no espaço, homenageando assim os primeiros ocupantes: Servidão Zeferino João Bregui\*, Servidão Batista Pires\*, Servidão Chagas<sup>87</sup>, Servidão Alexandrino Daniel, Servidão da Vida (Dona Vida) entre outras.

Igualmente, encontramos nomes que apontam percursos e práticas do espaço como a Rua da Capela e a Rua dos Surfistas que designam o caminho para a Igreja ou para a praia ou, ainda, ruas que indicam edificações conhecidas como: Rua da Pousada e Seove\*.<sup>88</sup> Ruas que resgatam elementos da cultura local presentes no passado histórico e heróico da aviação francesa: Rua Aviação Francesa e Avenida Pequeno Príncipe. Ruas que indicam a flora ou a fauna nativa e recente: Rua das Pitangas, Rua das Arueiras, Rua Pau-de-Canela, Rua das Corujas, Rua dos Eucaliptos etc.

Cabe salientar que a maioria das ruas abertas recentemente, fora das áreas de litígio de preservação permanente, levam o nome de nativos e são batizadas por estrangeiros que parecem ter uma preocupação com a recuperação dos elementos da cultura, motivo pelo qual escolheram o Campeche como lugar de moradia. Partilham desta forma, de um convívio harmônico onde os nativos participam com empolgação e orgulho de abaixo-assinados para encaminhar projetos de Lei que regulamentem o

---

<sup>86</sup> Claudinei Brognoli, morador da servidão, ao ser entrevistado em agosto de 1994, sobre a escolha do nome da Servidão Paraíso.

<sup>87</sup> Aprovadas na Câmara dos Vereadores em 31/05/90, 24/11/92 e 17/12/92 respectivamente.

<sup>88</sup> Aprovada pela Câmara dos Vereadores em 15/09/93.

nome das ruas. Neste sentido diferenciam-se dos invasores que parecem evidenciar seus nomes como uma tentativa de garantir seus imóveis na área ou, quando muito, indicar marcos geográficos ( Rua da Lagoa da Chica e Rua das Areias) que serviriam de referência para a localização no emaranhado caótico das ruas.

As contradições presentes nos discursos que conformam uma certa identidade dos grupos aparece, também na nomeação do arruamento. Interessante notar que este aspecto diferencia o Campeche de outras localidades da Ilha de Santa Catarina. Um estudo realizado por LAGO (1983) sobre a comunidade de Canasvieiras permite comparar este aspecto particular. Conta a autora que:

"Um morador permanente de Canasvieiras, proprietário de terrenos valorizados que, tendo loteado estes terrenos ao longo da pequena rua que passa pelos seus antigos pastos, resolveu colocar seu nome nesta rua. Imediatamente houve uma campanha contra a colocação de nomes de moradores da comunidade nas ruas do balneário, inclusive em artigo de jornal de Florianópolis, onde não faltava aquela dose de desdém e superioridade com que o homem urbano costuma se referir ao homem rural. O resultado imediato foi o desaparecimento, na referida rua, da placa com o nome do habitante da comunidade. E, ato contínuo, os veranistas começaram a dar nomes às ruas..."<sup>89</sup>

Isso parece evidenciar o que temos dito até aqui, a respeito dos valores que teriam balizado as escolhas dos novos moradores do Campeche. Para uma população que intenta *fugir da vida urbana*, resguardar algumas características compreendidas como tradições locais, seria uma forma de garantir essas benesses por mais tempo. Isso quando são bem recebidos, como é o caso dos estrangeiros. Quando os valores são difusos, não partilhados de uma forma mais integral, o conflito se estabelece. Este é o caso dos invasores.

---

<sup>89</sup> LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de Uma Comunidade Que se Transforma: De Localidade Agrícola-Pesqueira a Balneário**. p. 110-111.

Vimos até agora que com relação a delimitação do Campeche, os olhares se confrontam e se contradizem. Tal fenômeno, parece indicar uma certa territorialidade construída a partir das identidades entre grupos e destes com o lugar. Ao mesmo tempo, com relação aos convívios, estes parecem remeter a estilos de vida contraditórios que se esbarram, se familiarizam e se confundem. Entretanto, quanto ao meio ambiente, apesar das contradições existentes, os olhares parecem se encontrar, se reunir e se completar. Assim, a defesa da natureza relacionada à proteção do meio ambiente foi o que pelo menos ao nível de discurso, unificou os três grupos e de certa forma preservou o Campeche até hoje.

Por outro lado, ao contrário do que se pensa, o preocupação ecológica não é um fenômeno recente. Segundo THOMAS (1988), ela remonta ao final do século XVII e início do XVIII. Este período, em contraposição aos fundamentos teológicos que afirmavam o predomínio do homem sobre a natureza, já se encontrava marcado por ambiguidades a esse respeito.<sup>90</sup> Ao mesmo tempo em que o homem descobria métodos mais sofisticados de criação de animais, aumentava o seu gosto **em proteger e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural (...) não só para o bem das próprias criaturas, mas em benefício do homem.**<sup>91</sup> De lá prá cá, o progresso científico e a tecnologia têm submetido a natureza (animais, vegetais e minerais) a maior exploração já experimentada antes, o que levou, em 1969, as **Nações Unidas e a União Internacional pela Preservação da Natureza a definir**

---

<sup>90</sup> THOMAS, K. O Homem e o Mundo Natural.-Com efeito, foi entre 1500 e 1800 que ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual os homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Alguns dogmas desde muito estabelecidos sobre o lugar do homem na natureza foram descartados, nesse processo. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural como as dúvidas e ansiedades quanto à relação do homem com aquele que recebemos como herança em forma ampliada. p. 18

<sup>91</sup> THOMAS, K. op. cit. p.356-358.

**como preservação, o uso racional do meio ambiente a fim de alcançar a mais elevada qualidade de vida para a humanidade.<sup>92</sup>**

Esse parece ter sido, também, o espírito que anima os moradores do Campeche, onde a proteção ambiental está profundamente ligada à qualidade de vida. Apesar da proximidade do centro, tão propalada pelos moradores que escolheram o Campeche como lugar de moradia ou, pelo Instituto de Planejamento Urbano (IPUF) que num certo Plano Diretor na década de 70 designou e incentivou a ocupação do Campeche como área prioritária para a expansão urbana, é de surpreender que a praia do Campeche seja das poucas exceções na Ilha de Santa Catarina onde o mar não é poluído e onde ainda sobrevivem dunas e lagoas, a despeito da intensa urbanização que vem sofrendo na última década.

Herdeiros da sensibilidade ecológica moderna, onde iluministas como Rousseau compreendiam a relação do homem com a natureza como algo que a beneficiava, em oposição a uma vida em sociedade que o corrompia, os moradores que residem no Campeche, elegeram este espaço como lugar de lazer, beleza e tranquilidade e por isso defendem a sua proteção. Por sua vez, esta consideração nos permite remeter ainda às reflexões de CORBIN (1989)<sup>93</sup>, que ao estudar a praia no imaginário ocidental, considerou-a o lugar eleito pelas elites burguesas para desfrutar as belezas naturais e manter a qualidade de vida.

A exemplo destas elites, em Florianópolis, podemos observar o deslocamento das classes mais abastadas para a Avenida Beira-Mar Norte, enquanto a classe média expropriada, porém também tributária destes mesmos valores ecológicos, desloca-se para bairros como a Lagoa da Conceição ou para o Campeche. Neste caso, a relação

---

<sup>92</sup> THOMAS, K. op. cit. p. 358.

<sup>93</sup> CORBIN, Alain. **O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental.**

com o espaço exprimiria, como temos dito, uma certa identidade dos grupos em relação aos valores erigidos pelo imaginário social a respeito do lugar.<sup>94</sup>

Assim, como alternativa à vida urbana, onde as construções, as experiências e mesmo a memória, são constantemente apagadas e refeitas, convém lembrar que a escolha dos sujeitos pelo espaço do Campeche, parece estar ligada principalmente, à tentativa de resistir à perda de pertencimento<sup>95</sup>, de viver num lugar onde ainda é possível fazer e adquirir raízes, preservando de maneira mais prolongada e profunda, aquilo que já não sobrevive por muito tempo na cidade. Cabe destacar, no entanto, que os conflitos existentes entre os grupos não asseguram tal condição. Esta vai depender dos embates futuros, dos quais tudo que podemos fazer por ora é mera especulação.

---

<sup>94</sup> A esse respeito, CORBIN, A. op. cit. p. 213, fala que as comunidades instaladas na fronteira entre terra e água estão, mais do que quaisquer outras, associadas ao plano da natureza, o que nos faz lembrar do poeta quando diz "o mar quando quebra na praia é bonito, é bonito...."

<sup>95</sup> MATTOS, Olgária. **Os Arcanos do Inteiramente Outro: a escola de frankfurt, a melancolia e a revolução.** Discute a trajetória da razão ocidental e cita a epopéia de Ulisses no trajeto de Tróia a Ítaca, como a viagem metafórica acerca da identidade e do pertencimento humano. Para a autora, apoiada nos teóricos frankfurtianos, os gregos tinham referências e pontos de chegada, e o homem moderno expandiu tanto sua razão que perdeu estas referências e, portanto, já não possui mais um ponto de pertencimento, um lugar aonde chegar e com o qual possa se identificar. p.150-172. Em outro texto **A Melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias.** a autora sintetiza: **A viagem de Ulisses é, segundo Adorno e Horkheimer, o caminho da constituição do sujeito racional que deve rivalizar com as manifestações adversas da natureza exterior e interior, ele, sempre fisicamente mais fraco em relação às forças contra as quais deve lutar para permanecer vivo. (...) Ulisses domina a natureza pelo cálculo racional: ele representa a racionalidade contra o poder do destino. Esta racionalidade, porém, assume uma forma restritiva: só enfrenta a presença constante da natureza através da razão dominadora. (...) A viagem de Ulisses é a viagem metafórica que a humanidade precisou realizar para efetuar a passagem da natureza à cultura, do instinto à sociedade, da auto-repressão ao autodesenvolvimento. O eu homérico que distingue as forças obscuras da natureza e a civilização expressa o medo original da humanidade diante do outro. O ato sacrificial repetido organiza a identidade do sujeito com as forças da natureza, a fim de lhe permitir purificar-se da natureza no interior da própria humanidade.** p.144-145.

## CAPÍTULO II - O Olhar dos Órgãos Públicos

*"É preciso confessar que a vida do homem está sujeita a falhar muito frequentemente nas coisas particulares; e, enfim, é preciso reconhecer a imperfeição e a fraqueza de nossa natureza."*

*René Descartes.*

Neste capítulo vamos nos debruçar sobre um conjunto de compreensões, sustentadas em sua maioria por bases técnicas e científicas e tidas assim como verdades reconhecidas produzidas pelos órgãos públicos acerca do espaço Campeche. Porém é preciso antes, lembrar que estamos considerando como órgãos públicos aquelas instituições que representam autoridades legalmente constituídas, às quais se atribui, oficial e formalmente, a incumbência de gerir a coisa pública, particularmente aquelas relacionadas aos meios de consumo coletivos<sup>1</sup> e planejamento urbano.

Neste sentido, é intento deste texto ampliar a discussão sobre o enorme potencial das significações imaginárias, indicando em que medida estas significações acerca do espaço urbano estão presentes tanto nas ações como também nos discursos orientadores das ações dos órgãos públicos. Tais órgãos, formados por especialistas, dentre os quais engenheiros, arquitetos, geógrafos, paisagistas e técnicos afins, são

---

<sup>1</sup> JARAMILLO, Samuel. **Crise dos Meios de Consumo Coletivo Urbano e Capitalismo Periférico**. Segundo o autor, **meios de consumo coletivos são uma série de valores de uso, que por algumas de suas características são difíceis de ser providos pelo capital individual, sendo porém indispensáveis para a acumulação do capital em geral. Esta circunstância não se deduz de algo essencial e absoluto destes valores, mas se trata de uma característica de tipo histórico. (...) Entre os 'consumos coletivos' mais importantes no nosso contexto histórico, assinalamos os serviços públicos, o sistema viário e os espaços coletivos, os serviços de saúde, da educação e habitação para setores populares, etc.** p. 19

incumbidos por competência e autoridade de resolver problemas, gerir e gerenciar os serviços de infra-estrutura urbana.

A eles são atribuídos, ainda, os papéis de organizadores do espaço no que diz respeito à fiscalização e cumprimento das Leis relativas ao meio ambiente que garantam o direito constitucional de qualidade de vida, bem como da preservação e defesa do ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras.<sup>2</sup> Nesta perspectiva, são considerados como representantes da população para a tarefa de assegurar o exercício dos direitos de liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça.

No que diz respeito à prestação de serviços que organizam física e deliberativamente a área que compreende o Campeche, as entidades operantes são: Prefeitura Municipal, através do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC), Telecomunicações de Santa Catarina S.A. (TELESC) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios, Companhia de Correios e Telégrafos -CCT).

Designadas para interferir no espaço, estas instituições portam consigo um olhar singular. Utilizando uma linguagem técnica e objetiva, dada pelo planejamento (abertura, alinhamento e pavimentação) das ruas, pela orientação do crescimento urbano, pela implantação da rede elétrica, da canalização da água, das linhas telefônicas ou da "rota" para distribuição das correspondências, os órgãos públicos atuam no espaço possibilitando a promoção de profundas alterações na relação dos homens, e destes com o meio ambiente.

A intervenção que estes órgãos promovem parece ser tributária de uma concepção objetiva e racional, por isso mesmo mais imparcial e reveladora. De acordo com tal concepção, pressupõe-se maior capacidade para conter o fortuito, o

---

<sup>2</sup> Constituição Federal do Brasil. Capítulo VI, artigo 225.

extravio ou o casual, estando portanto mais apta para desmistificar os segredos da realidade e impedir os imprevistos e o não-planejado. Por estes motivos atribui-se ainda, uma condição de superioridade em relação aos outros saberes.

## 1. O Espaço das Certezas

Para a Prefeitura Municipal o Campeche é considerado um balneário - área especial de interesse turístico e de expansão urbana localizada na parte sul da Ilha de Santa Catarina. Essa designação foi pensada pelos planejadores urbanos no período compreendido entre 1969 e 1972, época em que foi elaborado uma planificação urbana encomendada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis ao escritório particular do arquiteto Luis Felipe da Gama Lobo D'Eça ( ESPLAN - Escritório de Planejamento Integrado).

O "Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis" (Plano Metropolitano) fazia parte de uma estratégia centralizadora a nível nacional, implementada pelo regime ditatorial de 1964, para fortalecer núcleos urbanos de médio porte e ordenar a expansão das metrópoles regionais<sup>3</sup>, procurando evitar os problemas urbanos que já se faziam presentes em grandes centros como Rio e São Paulo.

A nível estadual, pensavam em integrar o Estado de Santa Catarina ao resto do país; uma vez que para a burguesia catarinense havia o entendimento que a capital do estado encontrava-se em "atraso", perdendo para a região da Grande Porto Alegre e Curitiba, então compreendidos como centros mais dinâmicos político e economicamente.<sup>4</sup>

De acordo com os técnicos do ESPLAN, a metropolização não significava **somente grandes e desordenadas cidades**<sup>5</sup> mas, e antes de tudo, um pólo

---

<sup>3</sup> Essa orientação era dada pelo SERPHAU (Serviço Público de Habitação e Urbanismo) que na Constituição de 1967 atribuía à União a competência para criar e gerenciar o planejamento urbano, cabendo aos Estados e Municípios a função de adaptar e complementar a orientação federal. A esse respeito ver RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do Urbanismo ao Planejamento Urbano: Utopia e Ideologia. Caso de Florianópolis - 1950 a 1990.**

<sup>4</sup> Ver RIZZO op. cit. p.67 e 68.

<sup>5</sup> D'EÇA, Luis Felipe da Gama Lobo. **As Cidades - Inovar Para Sobreviver.** p. 86.

irradiador de influências que marcariam a autonomia de Santa Catarina como um Estado Federado, preservando suas raízes culturais e seu desenvolvimento econômico e sócio-político. Neste sentido, entendemos o desejo de metropolização da capital Florianópolis relacionado ao papel de catalizador urbano responsável pela integração sócio-política, econômica e cultural de Santa Catarina. Assim, segundo D'EÇA:

" O que se deve considerar com muito cuidado, quando se tratar do desenvolvimento de Santa Catarina, evidentemente, é a influência cultural que a partir dos núcleos metropolitanos, se espalha até os espaços distantes desses núcleos, proporcionalmente ao poder neles concentrado. Essas as questões mais significativas que conferem a uma cidade a característica de metrópole. (...) metrópoles são quase sempre grandes fontes de produção de tecnologia, cuja exportação pode conduzir a uma uniformização capaz de pôr em perigo até soberanias. (...) Teríamos, se implementado o elenco de projetos proposto, uma grande cidade, sem conflitos sérios de uso, onde pudesse ser criado um processo de desenvolvimento de reflexos sobre todo o Estado. No entendimento da grande equipe que elaborou o plano, para a integração catarinense, colocada como condição básica para o enriquecimento do Estado e a sobrevivência de uma cultura catarinense, era indispensável atenuar o processo de aculturação imposto ao Estado pela influência de Porto Alegre, de Curitiba, de São Paulo e Rio de Janeiro".<sup>6</sup>

O Plano Metropolitano incluía 21 municípios próximos a Florianópolis, mas o que foi aprovado pela Lei nº1440/76 foi o Plano Diretor para Florianópolis somente. As razões para a falência do Plano Metropolitano, de que não nos ocuparemos aqui, relacionam-se ao fracasso do sistema de planejamento preconizado em nosso país pelo SERFHAU<sup>7</sup> e à carência de recursos para implementá-lo.

---

<sup>6</sup> D'EÇA, L. F. G. L. op. cit. p. 86

<sup>7</sup> Originalmente o SERPFAU tinha o BNH e todos os seus recursos (FGTS, PIS-PASEP) como subordinados. A falência do SERPFAU está associada a autonomização do BNH que passou a gerir a questão habitacional. O SERPFAU ficou apenas com os encargos intermediários entre as municipalidades e o BNH e como agenciador na contratação de empresas privadas de consultoria e planejamento. Desta forma o SERPFAU não tinha mais autonomia de recursos para financiar as obras que eram previstas nos planos diretores. A esse respeito ver RIZZO op. cit. Origens e Falência do Modelo de Planejamento do SERPFAU p.75 -84

Convém destacar que, compreender a orientação dada pelo planejamento urbano nacional, estadual e municipal é importante aqui, pois através dela percebemos as linhas gerais que nortearam os projetos de desenvolvimento da área de estudo - o Campeche - como também os desdobramentos espaciais que tal planejamento suscitou nesta área em particular.

Vinculado à idéia de metropolização, o planejamento urbano projetado em 1976 para Florianópolis apostava na vocação turística e administrativa da Ilha. Uma vez que a região de Florianópolis não era industrializada, esta deveria açambarcar as funções de polo centralizador e irradiador de modernidades no Estado.

É neste contexto que o Campeche foi projetado na década de 70 como um futuro balneário e área de expansão residencial urbana pois, por suas características de extensão (4 vezes o tamanho da área central), topográficas (plana e levemente ondulada) e, por se localizar próximo ao centro da cidade, tornava-se uma das áreas "naturalmente" favoráveis à essa expansão. Além disso e devido à facilidade de acesso à praia, às dunas, à Ilha do Campeche, às lagoas e, às águas limpas e cristalinas do oceano, era considerado por essas belezas naturais área de grande potencial turístico.

Deste modo, o Campeche recebeu tratamento especial no Plano Metropolitano e no Plano Diretor de 1976 quando foi indicado juntamente com o Rio Vermelho, a Lagoa da Conceição e a Ressacada como **setor oceânico de turismo, complexo habitacional ligado à recreação, ao lazer e à promoção de turismo.**<sup>8</sup> Grandes foram os esforços para demonstrar o potencial dessa área generosa em belezas naturais. O grau de detalhamento envolvendo maquetes, o tratamento paisagístico, as preocupações com a preservação ambiental, o traçado viário incluindo uma grande avenida beira-mar que ligaria as praias do Norte às do Sul, passando pelo Campeche - a Via Parque, a previsão de áreas para rede hoteleira e grandes condomínios

---

<sup>8</sup> Lei nº 1440/76 que altera o Planejamento Urbano e dá outras providências. Capítulo I Artigo 5º.

residenciais fechados, aliados ao parcelamento e apropriação de extensas áreas realizadas neste período<sup>9</sup>, são alguns exemplos das aspirações dos planejadores que elaboraram o Plano Metropolitano. Tais exemplos assinalam a importância econômica que esta área representava como estoque de terras para exploração futura, no entender de D'EÇA, **uma área nobre**.<sup>10</sup>

Na década de 70, Florianópolis experimentava um crescimento espantoso decorrente da política nacional, inaugurada com o governo militar brasileiro na década de 60, que intentava um **modelo econômico de subdesenvolvimento industrializado e internacionalizado**<sup>11</sup> que alterou profundamente o cenário urbano nacional, deslocando um grande contingente humano para as grandes cidades. A nível estadual, esse processo foi impulsionado pelo PLAMEG - Plano de Metas do Governador Celso Ramos (1961-1965), que **impulsionou o desenvolvimento econômico, ao planejar 'execução, aperfeiçoamento e atualização de obras e serviços públicos e o desenvolvimento econômico e social'(...) do nascente processo industrial que se gestava no litoral catarinense**.<sup>12</sup>

A inauguração da BR 101 em 1965, facilitou o acesso à Capital do Estado propiciando uma rápida urbanização. Aprovado em 1976, o Plano Diretor de Florianópolis, exibia o ideário no qual se assentavam os especialistas para propor alternativas que regulassem e orientassem a urbanização. Altamente centralizada, conforme orientação nacional controlada pelo SERFHAU, esta proposta não contava com a participação comunitária e apontou, por isso, deficiências na sua implementação. Segundo RIZZO (1993), uma geração de pesquisadores brasileiros

---

<sup>9</sup> Grandes investidores compraram terras no Campeche: Pedrita, PortoBelo, Decorama, Dimas, Laércio Gomes da Silva, APESC (Associação Poupança do Estado de Santa Catarina), entre outras.

<sup>10</sup> Em entrevista com o Prof. Luis Felipe Gama D'Eça ele se refere ao Campeche como área nobre para o turismo e para o crescimento urbano por suas características de localização e belezas naturais.

<sup>11</sup> SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC - Ascensão e Decadência da Pequena Produção Mercantil Pesqueira**. p. 151.

<sup>12</sup> SILVA. op. cit. p. 137.

influenciados por autores marxistas (Topalov, Castells, Lojkin etc.), na segunda metade da década de 70, elaboram a crítica ao modelo de planejamento tecnocrático. Engendrada a partir das críticas à interpretação de um Brasil feudal no período pré 64, estes autores **passaram a abordar os fenômenos urbanos compreendendo a cidade enquanto arena em que interesses conflitantes se enfrentam**<sup>13</sup>. Este debate seguiria o curso das lutas democráticas em andamento no país e permitiu o surgimento da participação popular como a grande bandeira do planejamento urbano que o sucedeu: **a participação comunitária surge como principal paradigma do planejamento urbano em reação a centralismo tecnocrático do modelo introduzido pela ditadura**<sup>14</sup> na década de 60.

Quando o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) foi criado (Lei Municipal 1494 em 24 de março de 1977), sua principal atribuição era atualizar, reorientar e implantar um novo Plano Diretor para a cidade que contasse com a participação comunitária e que, no entanto, nunca se concretizou<sup>15</sup>. Assim, em 1982 foi aprovada Lei nº 1815/82 que reorientava o Plano de 76 para os bairros periféricos ao centro: Trindade, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, Saco Grande, Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé. Somente em 1985 foi aprovada a Lei nº 2193/85 que altera as disposições do Plano de 76 para os Balneários. Neste Plano, que visava basicamente **disciplinar o crescimento e a ocupação urbana dos demais Distritos da Ilha, tendo em vista a preservação do seu patrimônio natural e o estabelecimento de um adequado padrão de uso do solo**<sup>16</sup>, o Campeche acabou não sendo eleito como área prioritária do planejamento urbano,

---

<sup>13</sup> RIZZO. op. cit. p. 83.

<sup>14</sup> RIZZO. op. cit. p. 86.

<sup>15</sup> RIZZO. op. cit. Mostra que as relações existentes entre órgãos planejadores e comunidade refletem as relações existentes na sociedade, na produção e apropriação do espaço urbano contribuindo para manter o mito do "bem-estar", da "harmonia" e do "progresso" da sociedade industrial. Desta forma, o planejamento revestido de uma imparcialidade racional, trabalha para o favorecimento de empresários e proprietários de terra, ocultando as contradições de classe existentes entre os grupos sociais. p. 85-92.

<sup>16</sup> Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Junho de 1984. p.11

como havia sido em 76. Essa condição foi dada aos balneários da Costa Norte onde, **em função da melhor acessibilidade, concentram-se os maiores balneários, razão pela qual foi definido como sub-espço do "interior" prioritário para a intervenção do planejamento urbano.**<sup>17</sup>

Ao contrário do Plano de 76, em 85 a área do Campeche não foi estimulada para o crescimento urbano. Na análise dos solos feita pelos planejadores há, inclusive, uma orientação contrária:

"Praia do Campeche - situada logo após a Praia da Joaquina, sendo até indetermináveis os seus limites, possui uma extensão de 8,25 km, a segunda maior da Costa Leste. caracteriza-se por uma ocupação ainda incipiente e constituída predominantemente por população local. Toda a sua extensão é formada por uma topografia plana, de formação sedimentar não totalmente consolidada, o que dificulta a implantação de infra-estrutura de saneamento básico, e, conseqüentemente, inviabiliza um processo de assentamento urbano."(grifos nossos)<sup>18</sup>

Dos três Planos Diretores (1952, 1976 e 1982-1985) aprovados para Florianópolis o que teve maior eficácia, em que pesem as decisões locacionais do traçado viário previstos no Plano, foi o de 1976. Exemplos disso podem ser encontrados na duplicação da ponte de acesso à Ilha, no aterro da baía Norte e na duplicação do acesso à Universidade Federal.

No que diz respeito a solução dos problemas urbanos (habitação, meios de consumo coletivos, bem-estar, bem-viver etc), apesar dos sucessivos fracassos do planejamento, podemos falar que o grau de eficácia quanto ao traçado viário influenciou diretamente no direcionamento, e porque não dizer, no estímulo ao crescimento urbano.

As mudanças de orientação observadas do Plano de 76 para o de 85, devem-se ao crescimento urbano ocorrido neste período. Se em 76 propunha-se tirar a capital e

---

<sup>17</sup> Plano Diretor op. cit. p.11

<sup>18</sup> Plano Diretor, op. cit. p. 40

o Estado do anonimato em relação a outras áreas mais dinâmicas, em 85 a situação era outra. Florianópolis já era reconhecida nacional e internacionalmente como cidade turística. O turismo realizado por argentinos, paulistas e gaúchos tinha propiciado uma explosão urbana, desordenada e caótica. Isso justificava a nova orientação do planejamento **disciplinar o crescimento e a ocupação**<sup>19</sup>. Tratava-se, pois, de estabelecer diretrizes padronizadas para o uso do solo.

Neste contexto, houve uma mudança em relação ao que se pensava anteriormente. Os planejadores do IPUF adotaram do ideário de Brian Alejandro Thomson<sup>20</sup>, a noção de Sistema de Sustentação Natural que consistia numa intersecção de três sistemas: o de atividades, o de sustentação e o de controle.

O sistema de atividades se definia pelo trabalho e população, o qual se subdividia em sistema de atividades produtivas (SAP) e sistema de atividades humanas (SAH). Trabalho e lugar definiam o sistema de sustentação que poderia ser natural (SSN- Natureza e Meio Ambiente) ou adaptado (SSA- Infra-estrutura e Equipamentos). O sistema de controle tratava da regulação entre os sistemas de sustentação e atividades. Este estaria ligado a um sistema de valores - objetivo do plano - os quais se constituiriam num conjunto de normas destinadas a orientar o sistema de controle.

De acordo com tal proposta, buscava-se um planejamento mais participativo, envolvendo a população a partir da apreensão da formação histórica, das análises regionais e daí para a formulação **de um rol de medidas e obras que se reportem aos desequilíbrios constatados e/ ou sirvam de suporte a implementação do modelo de uso do solo proposto.** <sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Plano Diretor op. cit. p. 11.

<sup>20</sup> THOMSON, Brian Alejandro. Planejamento I e Planejamento II - Métodos para el Planeamiento Urbano. Departamento de Planeamiento - FIUP, UNNE- 1971 (Apostilas), apud. Plano Diretor 1985.

<sup>21</sup> Plano Diretor op. cit. p.13

O Plano de 85 tinha uma orientação mais protecionista do meio ambiente e das tradições locais. Isto porque, entendiam os planejadores, corroborava para um turismo não excludente e paradoxal. Queria-se a superação do caráter contraditório do turismo, que uma vez explorado **normalmente (...) destrói o privilegiado sistema natural e os atributos sócio-culturais que o justificam.**<sup>22</sup> Assim, sustentavam:

"A preservação da pesca artesanal e do habitat sócio-cultural em que ela se desenvolve não é apenas um imperativo para a sobrevivência de importante segmento da população que, diante das limitações atuais, fatalmente acabará marginalizando a cidade, como um dos maiores atrativos do turismo que, explorado predatoriamente no presente, não terá sustentação no futuro. (...) A planificação do desenvolvimento turístico e a legislação sobre o uso do solo nesta área deve buscar a superação de seu caráter contraditório promovendo, a par da preservação do patrimônio natural, a internalização dos benefícios econômicos e sociais de forma a engendrar, inclusive, a valorização das atividades tradicionais, e, em particular, da pesca artesanal, no interior da Ilha de Santa Catarina."<sup>23</sup>

O tratamento dado pela Prefeitura Municipal através do IPUF ao Campeche, auxilia a compreensão do quadro espacial atual. Se em 76 pensava-se em transformar a área num grande balneário para o turismo nacional e internacional e para o crescimento urbano local, em 85, o plano restringia o uso do solo da maior parte do Campeche, às atividades rurais - a agricultura, pecuária e atividade florestal, através das AER's (Área de Exploração Rural) indicadas no mapa de uso do solo, anexo ao Plano.

Essa orientação contradizia os estudos de aptidão do solo, uma vez que o tipo de solo predominante no Campeche é de tipo "Araranguá", constituído de areias quartzosas com baixo teor de matéria orgânica no qual, embora com profundas

---

<sup>22</sup> Plano Diretor op. cit. p. 47

<sup>23</sup> Plano Diretor op.cit. p. 47-48

limitações físico-químicas, desenvolvem algumas espécies como a mandioca, o milho, melancia, feijão e amendoim, sendo impróprio para outros tipos de culturas.

Essa duplicidade de interpretação devia-se a outra diretriz apontada na metodologia do Plano de 85, que contraditoriamente, apontava para a preservação das atividades agrícolas que eram consideradas **a função da área no contexto regional (...) e os condicionantes de sua evolução futura**<sup>24</sup>. A estas incoerências, podemos acrescentar outras também presentes no discurso dos planejadores.

Mesmo não cotejando dados para analisar a produção agrícola e de criação<sup>25</sup>, o Plano Diretor designava a maior parte da área do Campeche como Área de Exploração Rural destinada à preservação dos núcleos rurais existentes. Essa designação confrontava-se com o crescimento urbano, já previsto em anos anteriores, que avançava a galope.

Como a taxa de ocupação para as áreas exclusivas rurais é bem inferior do que para as áreas residenciais urbanas<sup>26</sup>, esta orientação limitava a metragem das edificações em relação ao tamanho do terreno, fixando também uma baixa densidade populacional<sup>27</sup> não compatível, portanto, com a urbanização prenunciada.

Deste modo, estas regras funcionavam como normatizadoras do crescimento urbano que, se respeitadas, permitiriam manter um baixo fluxo de pessoas e de edificações no Campeche garantindo assim áreas disponíveis para as atividades rurais que o Plano intentava preservar.

O equívoco de tal postura se fez sentir rapidamente na quase totalidade das construções ilegais que se proliferaram no período compreendido entre 85-94. Como

---

<sup>24</sup> Plano Diretor op. cit. p. 13

<sup>25</sup> Não existe no Plano Diretor de 1985 nenhuma referência sobre a produção agrícola ou de criação na Ilha. Só existem tabelas mostrando a produção pesqueira que servem de argumento para as orientações de preservação de comunidades pesqueiras.

<sup>26</sup> Anexo IV do Plano Diretor de 1985 e Instrução especial do INCRA nº 14/78.

<sup>27</sup> Anexo IV do Plano Diretor de 1985 : AER - Lote mínimo conforme Instrução Especial do INCRA nº 14/78: número máximo de pavimentos - 2; índice de aproveitamento máximo - 0,2; taxa máxima de ocupação - 20%; densidade bruta máxima (hab/ha) - 15.

a Prefeitura não autorizava construções fora do padrão rural, a saída para os novos moradores foi a ilegalidade. Isso redundou num problema, tão ou mais dramático, do que aqueles observados com o crescimento urbano no Norte da Ilha.

Foi grande a procura por áreas apropriáveis neste local no período subsequente aos Planos (76 e 85) , particularmente no período posterior a pavimentação asfáltica da Rodovia Municipal 456.<sup>28</sup> A forma de apropriação foi diversa: grilagem, usocapião, posse e título de propriedade. Isso resultou num emaranhado de ações perversas e caóticas contra o meio ambiente - ocupação de dunas, brejos, áreas de preservação permanente nas margens lacustres; desmatamento de cobertura vegetal litorânea, etc. e, contra um traçado urbanístico retilíneo que racionalizasse e organizasse a estrutura viária, a localização de equipamentos e infraestruturas urbanas que o planejamento intentava. Por conseguinte, podemos atribuir parte dos problemas resultantes da ocupação desordenada, à inoperância e omissão dos órgãos públicos encarregados da fiscalização e execução das Leis que limitavam o crescimento urbano, particularmente à Prefeitura Municipal que através da SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos) deveria coibir os abusos e punir os infratores.

Esquadrinhando o Campeche, o planejamento urbano catalogou, classificou e delimitou toda a área. Usando siglas que representavam o uso apropriado do solo, o mapa do Campeche foi dividido em Seções e Sub-seções que classificam , por exemplo, Áreas de Preservação Permanente (APP), Áreas de Exploração Rural (AER), Áreas Turísticas Exclusivas (ATE), Áreas Turísticas Residenciais (ATR), Áreas Verdes de Lazer (AVL), Áreas Mistas Rurais (AMR), Áreas do Sistema Viário e de Transportes - Áreas do Sistema Rodoviário (AST-1), Áreas Comunitárias - Áreas de Lazer e Esportes (ACI-2), etc.

---

<sup>28</sup> A Rodovia Municipal 456 possui várias denominações além desta: Avenida Pequeno Príncipe e Estrada Geral do Campeche. Sua pavimentação foi inaugurada em 11/04/1984 no Governo de Esperidião Amin Helou Filho, Administração Claudio Ávila da Silva.

Formando um imenso quadriculado onde tudo havia sido pensado, inclusive a circulação dos pedestres (Área do Sistema de Circulação de Pedestres - AST-4) e grandes avenidas que cortavam o coração da área ligando o Norte e o Sul da Ilha, o planejamento destinava o futuro do Campeche em pranchas de desenho e folhas de papel. Simbolicamente, representavam a aparência que o Campeche deveria ter, segundo um olhar escrutinador que delimitava o espaço a partir de uma convicção de que a organização espacial deve ser **hierarquizada e homogênea para garantir o crescimento com a melhor qualidade de vida**<sup>29</sup>. Neste sentido, cabia ao planejamento **descobrir as ações capazes de reordenar as atuais cidades e de inventar a cidade do futuro**.<sup>30</sup>

Essa compreensão traz consigo a concepção de que o planejamento é conhecedor da realidade e, por isso mesmo pode propor um modelo de cidade **que não contempla mais a possibilidade de erro**.<sup>31</sup> Torna-se possível, então, perceber a intenção de realizar um planejamento do espaço, esquadrinhando seu território afim de criar uma representação fiel que permitia projetar a realidade concreta, porquanto mais ideal para seus moradores.

À essa consideração, podemos nos remeter a ECO (1994), o qual relata sobre a impossibilidade de uma obra que um certo império empreendeu ao tentar construir um mapa na escala um por um (1/1m) tentando representar fielmente a realidade vivida pelos seus ocupantes.<sup>32</sup>

Desta empreitada resultaram três corolários e alguns comentários:

---

<sup>29</sup> D'EÇA, Luiz Felipe da Gama Lobo. **Cidades - Inovar para Sobreviver**.p. 35-40

<sup>30</sup> D'EÇA, Luiz Felipe da Gama Lobo. **Cidades - Inovar para Sobreviver**.p. 35-40

<sup>31</sup> D'EÇA op.cit. A esse respeito o autor afirma que **somente a Universidade é capaz de descobrir o que precisa ser descoberto e de operacionalizar informações disponíveis. No âmbito da Universidade é indispensável a presença de uma organização, do mais alto nível hierárquico, com o poder e a capacidade de coordenar os múltiplos campos do conhecimento num trabalho metodológico interdisciplinar, evitando a multiplicação dos recursos para o mesmo fim e obtendo a integração do conhecimento, do poder e da sociedade**. p. 35

<sup>32</sup> ECO, Humberto. **O Segundo Diário Mínimo**.p. 213-221.

1. Todo mapa em escala um por um traz sempre uma representação infiel do território.

2. No momento em que se empreende a realização do mapa, o império se torna irrepresentável.

Poder-se-ia observar que, por força do segundo corolário, o império acabaria coroando seus sonhos mais secretos, tornando-se imperceptível aos impérios inimigos; no entanto, por força do primeiro corolário, ele se tornaria imperceptível inclusive para si mesmo. Seria impossível postular um império que adquirisse consciência de si mesmo por um surto de percepção transcendental do próprio aparato categorial em ação: mas isto impõem a existência de um mapa dotado de autoconsciência que (caso isso fosse concebível) se transformaria a partir de então no próprio império, de modo que o império acabaria transferindo seu poder ao mapa.

3. Todo mapa um por um do império determina o fim do próprio império enquanto tal e, portanto, é mapa de um território que não é um império.<sup>33</sup>

Esta compreensão permitiu esclarecer mais sobre o que viemos dizendo, a respeito dos órgãos públicos. Herdeiros de uma racionalidade que intenta desvendar o espaço, dissecando-o e recompondo-o, os órgãos públicos acabam por idealizá-lo, distanciando-se da própria realidade que o engendra.

---

<sup>33</sup> ECO, H. op. cit. p. 220-221.

## 2. O olhar que não viaja

Revelando a desarticulação entre aqueles que planejam e aqueles que executam serviços, os órgãos públicos prestadores de serviços, com maior ou menor grau de ingerência a partir do final de década de 60, se fizeram presentes no Campeche. Se por um lado amenizaram o desconforto de alguns de seus moradores com seus benefícios, por outro, acabaram por não apresentar parâmetros de natureza urbanística, ambiental ou social fundamentados e/ou coerentes com uma proposta objetiva e racional, tal como poderíamos esperar, corroborando assim para o desencadeamento de novos problemas.

Neste contexto, para a Companhia de Correios e Telégrafos, o Campeche é considerado um povoado, uma localidade pequena, pertencente ao distrito da Lagoa da Conceição. Sua localização corresponde aos limites estabelecidos pelo CEP (Código de Endereçamento Postal) que abrange a área que vai desde a Lagoinha Pequena, limite Norte da área, até, no outro extremo, as ruas legalmente denominadas pela Câmara dos Vereadores situadas ao Sul da Avenida Pequeno Príncipe - acesso principal e único pavimentado. Esse limite vai até as proximidades da Lagoa da Chica, num braço da Rua das Corticeiras. No sentido Leste-Oeste situa-se entre a linha marítima e a Rodovia SC 405 que contorna o Campeche na parte Oeste.<sup>34</sup>

Convém lembrar que, a localização pelo CEP só foi possível a partir de maio 1992 quando o Campeche ganhou um CEP próprio: 88.063 e os números compreendidos entre o 000 e 999 (os primeiros cinco dígitos informam ao carteiro a direção, o bairro e, os três últimos ordenam a entrega a partir do arruamento). Até

---

<sup>34</sup> Ver mapa anexo nº 03 e a delimitação feita pelo correio, construída a partir do mapeamento realizada pela empresa e das informações obtidas junto à Gerência de Operações do Correio, em entrevista cedida em meados de agosto de 1994.

então, a prestação de serviços era irregular e realizada pela sede central da CCT que designava todo o município de Florianópolis pelo CEP 88.000.

Apesar de lograr um CEP próprio que o designava, o atendimento no Campeche era alternado - duas vezes por semana - **a despeito de já existir a necessidade de uma distribuição sistemática de correspondências e "objetos"**.<sup>35</sup> Essa situação só foi regularizada em julho de 1994, quando a CCT conseguiu verbas de Brasília para ampliar o quadro efetivo e implantar o Novo Sistema de Distritamento, agora computadorizado.

Tal serviço, foi possível graças ao trabalho conjunto com a Prefeitura Municipal que contratou uma empresa para fazer a numeração das edificações. A ampliação do Sistema de Distritamento deveu-se, segundo a Gerência de Operações do Correio<sup>36</sup>, ao aumento do fluxo de pessoas e conseqüentemente ao aumento das correspondências e objetos a serem entregues. Segundo o informante do correio, **o povo primitivo não recebia muitas correspondências** e o aumento do fluxo de pessoas, registrado em meados da década de oitenta, teve que esperar até 94 para ter seu atendimento ajustado.

Todavia, os serviços do correio nem sempre foram tão desatentos às virtudes do Campeche. No início do século, o correio foi um dos responsáveis por tirar esta terra de pequenos agricultores e pescadores artesanais do isolacionismo geográfico. Antes mesmo de ter um acesso implantado ao centro da cidade, foi construída no Campeche uma pista de pouso para aviões da Sociéte Latécoère, empresa francesa de correio, que assegurou, antes da Aéropostale, hoje Air France, a ligação Toulouse, Rio de Janeiro, Campeche, Porto Alegre e Buenos Aires.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Carlos Alberto Amorim, informante junto à Gerência de Operações dos Correios. A expressão objetos refere-se a entrega de pacotes, encomendas e coisas transportáveis via correio.

<sup>36</sup> Todas as informações sobre a conduta dos Correios foram obtidas junto a Gerência de Operações com Carlos Alberto Amorim, em entrevista cedida em agosto de 1994.

<sup>37</sup> Segundo informações dos moradores a pista foi construída entre 1922 e 1924, sendo que o primeiro pouso foi em 1927. A sinalização da pista era feita com lampiões de querosene o que denominou o Morro dos

Por sua vez, para a Companhia de Águas e Saneamento, a qual distribui suas contas através de uma empreiteira paulista - a Transfactor, o Campeche é um setor de Florianópolis assim como a Lagoa e o Rio Tavares são outros setores, compreendidos entre os números 192 e 197. Estes setores são divididos em quadras e estas em lotes para facilitar a localização dos usuários. O mapeamento desta área coincide com a da CCT quanto aos limites Norte - a Lagoinha Pequena e Leste - a praia do Campeche. A discordância aparece quanto as limitações a oeste e ao sul. A oeste, com excessão das quadras 21 a 47 do setor nº 192 e das quadras 20 a 56 do setor nº 193, divisa com a rodovia SC 405. Em direção ao sul, o Campeche vai até a Rua das Areias, aumentando a área de abrangência em relação ao Correio.<sup>38</sup>

Cabe destacar que a Companhia de Águas e Saneamento foi a última das empresas públicas a prestar serviços à comunidade do Campeche. Como a água do lençol freático subterrâneo é facilmente encontrada e de excelente qualidade, esse serviço só recentemente foi introduzido no local. As obras de implantação de ponteiros para abastecimento de água, iniciaram somente em 1991 e, de lá prá cá, tem sistematicamente ampliado sua rede, contando atualmente com 20.000 metros de rede, atendendo a cerca de 90% das necessidades da localidade. Só no período de janeiro a outubro de 1994 foram implantados 2.000 metros de rede através das PARs (Pedidos de Ampliação de Rede) solicitados pelos moradores. Essa rede, no entanto, é provisória pois com o crescimento urbano será insuficiente para abastecer a população. Segundo técnicos da CASAN essas ponteiros tem vida útil de 5 a 7 anos. Para coibir problemas futuros de escassez de água a empresa vem desenvolvendo um projeto chamado "Costa Leste-Sul" que prevê a captação de água da Lagoa do Peri para abastecer as áreas do Pântano do Sul, do Ribeirão da Ilha (Caieira, etc.), da

---

Lampiões, hoje Morro do Campeche ou Morro da Antena. A esse respeito ver Revista Veja de março de 1991, encarte Santa Catarina.

<sup>38</sup> Ver mapa anexo nº 03 que indica os limites do Campeche para a CASAN. A delimitação foi construída a partir do mapa fornecido pela empresa onde aparecem os setores e as quadras e, de informações obtidas junto à Divisão de apoio ligada a Gerência de Projetos da Casan.

Armação, do Campeche, Rio Tavares e Lagoa da Conceição. Para a implementação deste projeto (programado juntamente com a Fundação de Amparo Técnico e Meio Ambiente - FATMA, Prefeitura Municipal, Associações de Moradores e CASAN), está sendo estudada a viabilidade de elevar o nível da Lagoa do Peri e implantar uma Estação de Tratamento de Água. Não existe, entretanto, previsão para o início das obras que dependem de empréstimos altíssimos para sua realização e, ainda, os estudos tem apontado para a inviabilidade de tal projeto, uma vez que a vazão dos rios que abastecem a Lagoa é pequena se comparada com a quantidade de água necessária para o consumo e, tendo em vista que os períodos de pique (consumo elevado) coincidem geralmente com períodos de estiagem. Quanto à estação de tratamento de esgoto, a CASAN não tem projeto nem previsão de projeto para atender o Sul da Ilha que atualmente resolve o problema com fosso negro ou fossa séptica.<sup>39</sup>

Já as Centrais Elétricas de Santa Catarina, que através da RIBRES (Representações Bresciani)<sup>40</sup>, empresa que atualmente realiza a leitura e distribuição das contas de consumo de energia elétrica, o Campeche é a área delimitada pela "rota" dos consumidores. A rota é elaborada a partir da numeração dos pontos de luz: postes e edificações. Esta área não coincide nem ao Norte, nem ao Sul com o Correio ou a CASAN, sendo difícil precisar através das ruas os seus limites. Segundo o responsável pela leitura e entrega das contas<sup>41</sup>, ao Sul, "fica nas proximidades da Rua

---

<sup>39</sup> As informações sobre a CASAN foram obtidas com Lorivaldo da Divisão de Apoio ligada a Gerência de Projetos da Casan e com o Técnico Dominisio Triches, também da Gerência de Projetos, em entrevista cedida em agosto de 1994.

<sup>40</sup> A Ribres, empresa catarinense que pertence a Waldemar Bresciani, vem realizando a distribuição das contas de luz há 4 anos. Esse serviço era prestado anteriormente pela INSTEL, outra empresa particular. A CELESC faz licitação entre as empresas de 2 em 2 anos, ganhando aquela que oferecer o melhor serviço pelo menor preço. A rota, entretanto, vai passando de empresa para empresa.

<sup>41</sup> Essas informações foram obtidas junto a RIBRES e diretamente com o entregador das contas.

das Dunas" e ao Norte "fica próximo da ASFISSI"<sup>42</sup>, a Oeste o limite também é indicado pela rodovia SC 405 e a Leste com a orla atlântica.<sup>43</sup>

Depois do transporte coletivo que em 1969 estabeleceu a primeira ligação regular do Campeche com o centro da cidade, seguiu-se em 1972, a CELESC. Segundo moradores mais antigos esses serviços foram responsáveis pelo desenvolvimento do Campeche, pois através deles foi possível maior conforto que trouxe como consequência um interesse maior pela área.

A TELESC implantou o primeiro posto telefônico no Campeche em 1982 na sede do Conselho Comunitário. Em 1985 foram instalados 17 terminais telefônicos, em 1988 eram 192 e, finalmente, em 1991 foram implantados 756 terminais que se mantém até 1994. Cada terminal corresponde a um assinante e está previsto para o final do 1º semestre de 1996 a ampliação para 1256 terminais.

Estes serviços, visam atender uma demanda cada vez maior de usuários que, a partir de outubro de 1994, passaram a contar com o mais moderno equipamento de transmissão de voz, dados, telex, fax e televisão feitos de fibra óptica, que ligam Florianópolis a Montevideu e Buenos Aires e, futuramente, à América do Norte, Europa e Ásia. As obras de instalação dos cabos vindos pelo mar iniciaram em maio de 1994 e foram acompanhadas atentamente pela comunidade que julga o lugar **danado pra se inventar novidade.**<sup>44</sup>

Para a TELESC o Campeche é designado pelo prefixo 237. Segundo o mapa-chave que localiza o Campeche, este faz divisa ao Norte com a área abrangida pelo terminal da Lagoa da Conceição - prefixo 232, nas proximidades de uma pedreira - a Pedrita<sup>45</sup> que para os outros órgãos públicos pertence ao Rio Tavares; o limite a

---

<sup>42</sup> ASFISSI - Associação dos Funcionários do SESC e SESI.

<sup>43</sup> Ver mapa anexo nº 03 onde aparece os limites estabelecidos pela rota da RIBRES, conforme informações obtidas junto aos entregadores da empresa (em entrevista cedida em julho de 1994) e os limites considerados pela própria CELESC, conforme informação do técnico João Carlos Garcia - (em entrevista cedida no mesmo período).

<sup>44</sup> Jornal Diário Catarinense de 22 de maio de 1994. p. 34, 35 e 36.

<sup>45</sup> Pedrita - Pedreira Rio Tavares S.A. fornece brita e material para asfaltamento.

Oeste, até outubro de 1994, era com o terminal da Trindade (essa área corresponde para os outros órgãos ao Rio Tavares e/ou Fazenda do Rio Tavares) e depois desta data com a Costeira do Pirajubaé - prefixo 226 e, ao Sul, com o Morro das Pedras - prefixo 237, não coincidindo com a CASAN e a CELESC, mas com o Correio na altura da Rua da Lagoa da Chica, sem, também incluir a Lagoa.<sup>46</sup>

Como demonstramos, os limites do Campeche não são precisos<sup>47</sup> e alternam-se ao longo do tempo conforme necessidades e disponibilidades de recursos. A caracterização da área, do ponto de vista administrativo, é igualmente diversa: para uns faz parte do distrito da Lagoa da Conceição, para outros é uma localidade autônoma.

Herdeiros de uma tradição cartesiana que julga falsos os juízos fundados nos sentidos<sup>48</sup> e na imaginação<sup>49</sup> e, que acredita verdadeiras as ponderações metódico-científicas que os especialistas podem produzir (esquadrinhando, catalogando, delimitando, medindo e classificando), os órgãos públicos trabalham com o firme propósito de usar e dispor racionalmente do espaço. Neste sentido, produzem conhecimentos empenhados em dominar e apropriar-se do espaço, seja ele natural - a primeira natureza, ou social - a segunda natureza.

As fronteiras deste olhar delimitam-se por uma verdade utópica, que intentava elevar-se sobre os sentidos imaginativos, "vulgares" e pouco precisos daqueles que apenas vivenciam o espaço - como é o caso do olhar dos moradores. Estas instituições circunscrevem e caracterizam o Campeche numa ótica singular, herdeira

---

<sup>46</sup> Ver mapa anexo nº 03 que indica a delimitação feita pela TELESC, construída a partir dos dados constantes no mapa-chave da área, encontrado no arquivo da empresa, e das informações obtidas junto ao Engenheiro Otto Schaefer Neto, Chefe da Divisão de Redes, em entrevista cedida em julho de 1994.

<sup>47</sup> Ver mapa anexo nº 03 onde estão representadas as delimitações de todos os órgãos públicos pesquisados.

<sup>48</sup> DESCARTES, René. **Meditações. Os juízos fundados nos sentidos são falsos. Sejam os sentidos interiores ou exteriores.** p. 65.

<sup>49</sup> DESCARTES, R. op. cit. **Fecharei agora os olhos, tamparei meus ouvidos, desviar-me-ei de todos os meus sentidos, apagarei mesmo do meu pensamento todas imagens de coisas corporais, ou, ao menos, uma vez que mal se pode fazê-lo, reputá-las-ei como vãs e como falsas (...).**p. 31

em boa medida, da tradição cartesiana onde a ciência é tida como única forma de se conhecer e desvendar a realidade das coisas.

À esta consideração, unem-se as proposições iluministas de Kant, para quem a ciência revelaria, também, verdades a priori<sup>50</sup>. Neste sentido, o conhecimento do espaço seria uma representação a priori, uma vez que **não é possível representar espaço algum, embora se possa pensar que não se encontre objeto algum nele. Ele é, portanto, considerado a condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente destes; é uma representação a priori que subjaz necessariamente aos fenômenos externos.**<sup>51</sup>

Desta forma, o espaço seria também uma intuição pura<sup>52</sup> e não um conceito, uma vez que não se poderia, como na Geometria, extrair-lhe proposições que o ultrapassassem. Assim, o espaço seria uma realidade objetiva, **representante de tudo o que pode nos ocorrer externamente como objeto e, ao mesmo tempo diz respeito às coisas quando ponderadas em si mesmas pela razão** (sem levar em conta a natureza da nossa sensibilidade). Conforme KANT, **fora do espaço, aliás, não há outra representação subjetiva e referida a algo externo que pudesse a priori chamar-se objetiva.**<sup>53</sup>

Os órgãos públicos elaboram e executam projetos puros de um conhecimento - a priori - racional, catalogador, geométrico e objetivo que, renunciando adentrar na complexidade de significados que o espaço pode suscitar,

---

<sup>50</sup> KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Conhecimentos a priori são aqueles que precedem a experiência (desta ou daquela), mas decorrem de uma regra geral que tomamos emprestada da experiência. Neste sentido, ocorrem **absolutamente independentes de toda a experiência. Dos conhecimentos apriori denominamos puros aqueles aos quais nada de empírico está mesclado. Assim, por exemplo, a proposição: cada mudança tem a sua causa, é uma proposição a priori, só que não pura, pois mudança é um conceito que só pode ser tirado da experiência.** p. 26

<sup>51</sup> KANT, I. op. cit. p. 41

<sup>52</sup> KANT, I. op. cit. O espaço é essencialmente uno, só se pode representar um espaço uno (muitos espaços são partes de um espaço uno). **Disso segue-se que, no tocante ao espaço, uma intuição a priori (não empírica) subjaz a todos os conceitos do mesmo. Assim, todos os princípios geométricos, por exemplo que num triângulo a soma de dois lados é maior do que o terceiro lado, jamais são derivados dos conceitos universais linha e triângulo, mas sim da intuição, e isso a priori com certeza apodítica.** p. 41

<sup>53</sup> KANT, I. op. cit. p. 43.

propõem soluções técnicas à miríade de problemas que o crescimento urbano do Campeche faz aparecer.

Estas soluções, no entanto, demonstram os limites dessa *racionalidade* que, contraditoriamente, revela grandes incoerências. Estas, como evidenciamos ao longo do texto, podem ser encontradas internamente em cada órgão<sup>54</sup>, ou em conjunto, quando as operações individuais de cada um se esbarram, gerando um emaranhado de ações conflitivas.

A própria linguagem cartográfica, que o planejamento urbano municipal realiza, configura talvez o exemplo mais nítido destas contradições. Conforme o mapeamento realizado em 1984 pelo IPUF, época em que foi confeccionado o Plano Diretor de Uso do Solo dos Balneários e Interior da Ilha<sup>55</sup>, este delimita e caracteriza áreas indicadas para atividades específicas. Exemplos disso são as Áreas de Uso Urbano - subdivididas em áreas que designavam o uso comercial, residencial, de lazer, turístico, áreas de execução dos serviços públicos etc., Áreas de Usos Não Urbanos - subdivididas em áreas de preservação, exploração rural e áreas de elementos hídricos ou, ainda, Áreas Especiais - de preservação cultural, inundáveis, incentivo à hotelaria etc.<sup>56</sup> Este mapeamento correspondia a um ideal de distribuição de atividades que o planejamento almejava e propunha para uma cidade "organizada".

Decorridos dez anos da sua elaboração, a Lei Nº 2193/85 que instituiu o Plano Diretor, ainda em vigor, sofreu várias alterações. Com o crescimento populacional verificado no Município, vários pedidos de alteração do zoneamento

---

<sup>54</sup> Um exemplo disso pode ser observado nas soluções propostas pela CASAN de elevar o nível da Lagoa do Peri para implantar uma Estação de Tratamento de Água a despeito dos estudos que apontam sua inviabilidade, uma vez que a vazão dos rios que abastecem a Lagoa é pequena se comparada com a quantidade de água necessária para o consumo.

<sup>55</sup> Plano Diretor - 1984 op. cit. Tinha como objetivo disciplinar o crescimento e a ocupação dos demais Distritos da Ilha, tendo em vista a preservação do seu patrimônio natural e o estabelecimento de um adequado padrão de uso do solo. p.11-12.

<sup>56</sup> Plano Diretor - 1984 op. cit. Sub- seções I, II, III e IV.

das áreas circunscritas no Plano foram encaminhados à Câmara de Veradores e transformados em Leis Complementares ao Plano. À cada pedido votado, acrescia-se um croqui da área alterada.<sup>57</sup> Isso ocorreu, na maioria dos casos, como uma tentativa de legalizar uma situação irregular já existente, que os órgãos públicos se mostravam incapazes de conter.<sup>58</sup>

No Campeche, a designação dada à grande parte da sua área "urbanizável" como Área de Exploração Rural, ocasionou uma intensa urbanização clandestina que atropelou a legislação existente. O próprio IPUF autorizou<sup>59</sup> um loteamento localizado em uma planície inundável e área de duna, nas quais, pela normatização do seu documento magno, o Plano Diretor, era proibido erigir edificações. Contraditoriamente, o mapa de uso do solo apontava essa área como ATR (Área Turística Residencial). Este é o caso do loteamento Novo Campeche, construído pela PEDRITA e situado na proximidades da Lagoinha Pequena <sup>60</sup>

Em função disso, em 1992 o IPUF elaborou um projeto de rezoneamento do Campeche - O Plano de Desenvolvimento do Campeche, que intentava *ordenar* o crescimento urbano ocorrido e transformar legalmente a área considerada de uso rural para área de expansão urbana.

---

<sup>57</sup> No Campeche ver, por exemplo, Lei nº 4132/93 que altera parte da Área de Exploração Rural para Área Residencial Predominante (ARP); Lei nº 4234/93 que altera parte da Área de Exploração Rural para Área Residencial Exclusiva (ARE); Lei nº 3870/92 que altera o zoneamento do sistema viário no Campeche e Morro das Pedras definido pela Lei nº 2193/85; Lei nº 3835/92 que altera o limite entre a Área Turística Residencial (ATR-3) e a Área Verde de Lazer (AVL) situadas nas adjacências da Lagoinha Pequena, no Campeche ou, ainda, a Lei nº 3958/92 que institui o Plano de Urbanização Específica do Parque Tecnológico do Campeche que altera o zoneamento vigente na Lei 2193/85

<sup>58</sup> A esse respeito a Lei nº 3121 de 6 de dezembro de 1988 é exemplar pois **autoriza a legalização de edificações clandestinas e dá outras providências.**

<sup>59</sup> O loteamento foi aprovado pela Prefeitura Municipal através da SUSP (Superintendência de Urbanismo e Serviços Públicos). Esta, entretanto, remete os processos de pedidos de loteamentos ao IPUF para que este de parecer, os quais são apenas referendados pela SUSP. No caso do loteamento Novo Campeche, ele foi aprovado em 31/07/91 e obteve alvará para construção em 9/10/91. Estas informações foram obtidas com o Engenheiro Romalino, funcionário da SUSP.

<sup>60</sup> Ver mapa anexo nº 03, observando o "reco" da linha demarcatória de duna traçada em 1984 e as linhas indicando áreas alagadiças em 1994.

Malgrado os esforços dos planejadores, uma comissão de moradores solicitou a retirada do Projeto de Lei da Câmara de Vereadores, pois entendiam que este não contemplava os desejos e aspirações da comunidade, a qual não havia participado da elaboração do Plano.

Entretanto, as contradições presentes no órgão planejador do Município não circunstanciam só este órgão. Na relação com as demais entidades prestadoras de serviços à comunidade, outras são as incoerências que marcam os limites da racionalidade herdada das concepções cartesianas e kantianas do espaço.

A despeito das demarcações sancionadas pelo Plano Diretor, a CELESC, CASAN, TELESC e Correio atenderam a todas as solicitações de instalação de rede elétrica, hidráulica, telefonia e serviços de entrega de correspondências feitas pelos moradores. As expensas da legislação que proibia a construção de edificações sobre dunas e proximidades lacustres, postes e canos eram instalados promovendo o bem-estar dos moradores "clandestinos" que atentavam para a ilegalidade de invadir áreas de propriedade particular e públicas.

Tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal em 1985<sup>61</sup>, as dunas do Campeche, não foram poupadas da invasão. Algumas matérias de jornais denunciavam o descaso e o descumprimento da Lei, bem como demonstravam os conflitos pela apropriação de terras que marcaram muito fortemente a década de 80 no Campeche.

A Família Berenhauser moverá uma ação na Justiça contra a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União (DSPU), porque este órgão de acordo com Luiz Eduardo Berenhauser, neto e herdeiro de Henrique Berenhauser, "deixou de fiscalizar e preservar as dunas e áreas de marinha, no Campeche, que vêm sendo invadidas nos últimos quatro anos, por pessoas de outras cidades". Ele

---

<sup>61</sup> Decreto Lei nº 112/85 decreta o tombamento, **como patrimônio natural e paisagístico do Município de Florianópolis, os campos de dunas de Ingleses e Santinho no Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, Campeche, Armação do Pântano do Sul e Pântano do Sul (...)** onde ficam proibidas quaisquer atividades ou edificações, nas áreas tombadas por este Decreto.

suspeita que o SPU tenha "cedido documentos de posse sem validade legal nenhuma, para os invasores", que vem cercando e destruindo as dunas existentes na região.<sup>62</sup>

"Os cartórios têm fornecido títulos ilegais de posse com a colaboração da delegacia do Serviço de Patrimônio da União (SPU), a pessoas que invadiram as dunas sendo que 90% dessas apropriações indevidas são com interesses imobiliários." A denúncia foi feita por Ataíde Silva, morador e um dos dirigentes da Associação de Surf do Campeche, entidade que foi criada visando também defender o patrimônio natural da Ilha.<sup>63</sup>

Estas denúncias, no entanto, não parecem ter atingido as entidades prestadoras de serviços, que prosseguiam seu trabalho de instalação de equipamentos no Campeche, sem apresentar maiores preocupações ou envolver maiores responsabilidades no que se refere aos contribuintes e principais usuários. O próprio poder público reconhecia a ineficácia das ações de vigília ao Patrimônio Público e argumentava falta de verbas para fazer cumprir a Lei que, como demonstramos, foi burlada pelo próprio órgão planejador.

A Prefeitura tem conhecimento desses problemas, porém seu sistema de fiscalização é precário, conforme informações do próprio chefe do Departamento de Arquitetura da Secretaria de Urbanismo, Rubens Bazzo, contando com apenas três veículos velhos e três fiscais, atuando no interior da Ilha. Em função da falta de recursos humanos e materiais, observou Bazzo, grande número de casas continua sendo construído clandestinamente no município, em desobediência ao Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo.<sup>64</sup>

Claro está que os conflitos em relação aos desígnios do espaço Campeche, não se restringem aos choques vivenciados pelos moradores na disputa das terras. Os órgãos públicos, que se incumbem da responsabilidade em dirimir questões deste

---

<sup>62</sup> Jornal de Santa Catarina de 5/04/1986.

<sup>63</sup> Jornal de Santa Catarina de 12/04/1986.

<sup>64</sup> Jornal de Santa Catarina 23 e 24 de novembro de 1986.

tipo, quando tomados individualmente ou em conjunto, demonstram a desarticulação que o discurso racional-cientificista tenta negar. Prenhes de contradições, resultam, no entanto, de uma lógica que se pretende conhecedora das soluções mais adequadas, normatizadoras da natureza, da sociedade, dos homens e da vida.

Expressão desta lógica é a representação cartográfica, proposta pelo planejamento urbano, que elimina do traçado viário, as curvas e sinuosidades que marcavam inicialmente a fisionomia do Campeche, especialmente suas servidões. Estas, tal como em cidades mais antigas<sup>65</sup>, acabavam por surpreender o caminhante em cada esquina, uma vez que as ruas eram construídas por uma racionalidade circunstancial e não planejadas previamente.

Ao contrário, o traçado retilíneo, criado artificialmente, com o auxílio da régua, tornou as ruas das cidades modernas pouco sensíveis à *vulgaridade* dos nossos bairros construídos in natura, sem planejamento. Ou para pensar com o arquiteto Camillo Sitte, o qual sugeriu que ao invés de **suprimir as desigualdades dos terrenos, destruir os caminhos existentes para obter uma banal simetria**<sup>66</sup>, que se conservassem as irregularidades, os caminhos e as sinuosidades das ruas a fim de garantir um sentimento de lar, onde os homens pudessem se vincular ao local com alegria e pudessem manter com ele um laço efetivo de pertencimento.

A essas considerações, tentamos mostrar porque o olhar oficial não viaja. Prisioneiro da sua própria razão, projeta e gerencia o espaço à luz de uma lógica produtora de certezas racionais, retilíneas e objetivas, onde não há espaço para o acaso, o inesperado, o imprevisível e a surpresa.

---

<sup>65</sup> O exemplo pode ser encontrado nas cidades medievais européias ou ainda no período colonial brasileiros onde o traçado das ruas acompanhava um crescimento in natura.

<sup>66</sup> CHOAY, Françoise. **O Urbanismo - Utopia e Realidades Uma Antologia**. p. 205-219.

### CAPÍTULO III - OLHAR O ESPAÇO É TAMBÉM IMAGINAR

*"Não, não, isso não!  
Tudo menos saber o que é o Mistério!  
Superfície do Universo, ó Pálpebras Descidas,  
Não vos ergais nunca!  
O olhar da Verdade Final não deve poder suportar-  
se!"*

*Fernando Pessoa.*

Nos capítulos anteriores procuramos mostrar as particularidades dos olhares dos moradores e dos órgãos públicos no que diz respeito à compreensão do espaço Campeche. Nesta trajetória, partimos do entendimento de que um determinado espaço geográfico pressupõe o conjunto das relações simbólicas que fazem parte de um certo imaginário social, presente nas diferentes maneiras de perceber e praticar o espaço.

Para isso, adentramos no território dos moradores e dos órgãos públicos a fim de compreendê-los em sua riqueza de diversidades e contradições, procurando, a partir do cruzamento dos olhares e dos discursos daí provenientes, sugerir um caminho que permitisse extrapolar tanto a certeza cartesiana de verdades absolutas, com também a certeza kantiana de que o espaço é uma verdade dada *a priori*.

Neste capítulo, pretendemos, de um lado, inserir a discussão do espaço Campeche dentro de uma trajetória que mostra o modo como o próprio espaço foi concebido no plano do conhecimento da ciência geográfica moderna e contemporânea, apontando os pontos principais do contexto e a complexidade em que foi tecido. De outro, confrontando esta interpretação e, resgatando a idéia de intriga<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> VEYNE, Paul. **Como Se Escreve a História**. Fala que os fatos não existem isoladamente pois são **uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; numa palavra,**

como trama, procuraremos mostrar o itinerário escolhido para trabalhar a noção de espacialidade no Campeche, contextualizando a imaginação como categoria de análise na construção dos lugares.

Começamos por lembrar que a geografia alcançou o status científico na Alemanha do século passado<sup>2</sup>, no bojo das transformações modernistas que alteraram profundamente o modo de ver e pensar o mundo da sociedade ocidental. Desde então, o seu objeto foi compreendido de maneiras diversas, engendrando arranjos complexos que extrapolam os objetivos deste estudo<sup>3</sup>. Simplificadamente, porém, podemos considerar duas acepções de espaço, enquanto objeto de estudo da Geografia. De um lado, como sinônimo de Natureza Primeira, natureza bruta, natureza natural - o espaço físico - visando descrever, classificar e distribuir os objetos naturais já presentes na paisagem. É importante salientar que tal concepção não foi inaugurada no período moderno, já estando presente nos geógrafos da Antigüidade como Hipócrates e Estrabão<sup>4</sup>, os quais foram retomados no bojo das

---

uma fatia de vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer e onde os factos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa(...). A palavra intriga tem a vantagem de lembrar que aquilo que o historiador estuda é tão humano como um drama, um romance(...). Esta intriga não se organiza necessariamente segundo uma ordem cronológica: como um drama interior, ela pode desenvolver-se dum plano a outro(...) A intriga pode então ser corte transversal dos diferentes ritmos temporais, análise espectral: ela será sempre intriga porque sempre humana, sublunar, porque não será um bocado de determinismo. p. 44.

<sup>2</sup> MORAES, Antonio C. Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. Mostra que a sistematização do conhecimento geográfico só ocorre no início do século XIX em decorrência de três pressupostos: 1º conhecimento da extensão real do planeta (propiciado pelas grandes navegações); 2º existência de um repositório de informações sobre os variados lugares da Terra (conseguido com o avanço do mercantilismo e dos impérios coloniais) e, 3º o aprimoramento das técnicas cartográficas (desenvolvidas pela necessidade de calcular as rotas e a posição correta dos portos impostas pela expansão do comércio europeu) p. 34-37. Ver também, PEREIRA, R.M.F.A. op. cit. p. 49. e FERREIRA, Conceição Coelho e SIMÕES, Natércia Neves. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. p. 66-72.

<sup>3</sup> Existe uma discussão dentro da Geografia quanto ao seu objeto, para Milton Santos é o espaço produzido, a formação social ( Por Uma Geografia Nova). Para Roberto Lobato Côrrea é a organização espacial (A esse respeito ver contribuição em três obras que tratam mais especificamente do espaço urbano: **Região e Organização Espacial** (1987) , **O Espaço Urbano** (1989) e **A Rede Urbana** (1989) publicados na Série Princípios, Editora Ática, São Paulo); para outros é a sociedade, ou ainda a paisagem e por aí vai.

<sup>4</sup>RATZEL, Friedrich. **A Geografia do Homem (Antropogeografia)**. Fala que em Hipócrates **encontram-se excelentes observações sobre a influência que o clima exerce na vida dos povos e, em Estrabão, onde ele trata dos continentes e dos lugares singulares, encontram-se alguns conceitos que os nossos manuais de geografia retomaram há alguns decênios**.p. 33. AMARAL, R.M.F. **Da Geografia Que Se Ensina à Gênese da Geografia Moderna**. Fala que **se na pré-história, na Antigüidade e na Idade Média, a**

transformações modernistas. Já para a outra acepção, o espaço é considerado como resultado do trabalho humano que transforma a natureza, erigindo-o como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada ou, ainda, o espaço social. Nesta perspectiva, busca-se compreender o movimento da sociedade, a qual através do seu devir, altera o quadro natural, deslocando e transformando objetos.

Cabe salientar ainda, que no início do processo de sistematização da ciência geográfica, as preocupações dos teóricos, tal como Humboldt, Ritter e Ratzel parecem convergir primeiramente para a descrição e classificação da paisagem natural e dos lugares e, depois, para as influências que tais fenômenos colocam às atividades humanas; enquanto que contemporaneamente, tais preocupações, como aquela expressa por Milton Santos, parecem convergir à uma interpretação mais calcada nas atividades humanas e da maneira como estas transformam o espaço.

A essa consideração, nos limitaremos primeiramente a contextualizar alguns acontecimentos que deram origem ao entendimento que sobrevalorizou a razão, a ciência e a objetividade acerca da concepção de espaço, e da qual a geografia contemporânea é ainda tributária. Em seguida, buscaremos abordar duas interpretações acerca do espaço. Uma de que o espaço compreende uma dimensão concreta, vinculada ao seu caráter produtivo (especialmente ao modo capitalista de produção e à divisão social que lhe corresponde) e outra que o considera como uma dimensão simbólica relacionada à imaginação social (particularmente as representações que o espaço suscita como expressão cultural que mobilizam e animam os grupos sociais). Portanto, não nos ocuparemos aqui em explicitar a evolução do pensamento geográfico, confrontando as diversas formulações que historicamente engendraram sentidos de espacialidade divergentes. Este estudo já foi

---

**geografia era utilizada especialmente para desenhar roteiros percorridos, para indicar recursos, para analisar os astros, para identificar relações meteorológicas confundindo-se com a cartografia e astronomia, na Idade Moderna verifica-se a busca de explicações mais profundas para a relação entre a Terra e os astros, entre as condições naturais e as sociedades. p. 50**

realizado com maior propriedade e profundidade do que poderíamos fazer neste escrito.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A esse respeito ver: LACOSTE, **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**; MORAES, Antônio C.R. **Geografia: Pequena História Crítica**; FERREIRA, Conceição C. & SIMÕES, Natércia N. **A Evolução do Pensamento Geográfico**; PEREIRA, R.M.F.A. op cit.; COSTA, Wanderley M. & MORAES, Antônio Carlos R. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço**; SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**; QUAINI, Massimo, **A Construção da Geografia Humana**; LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**, entre outros.

## 1. A Verdade Geográfica: o olhar da ciência moderna

No rastro das concepções de tradição iluminista, a geografia surge como ramo do conhecimento científico. Assim, de acordo com os paradigmas modernos de ciência, seus contornos ganharam forma ao longo da modernidade.<sup>6</sup> Período a partir do qual, ocorreram mudanças significativas na sociedade ocidental. Inaugurada no século XVI, podemos perceber seus desdobramentos até os dias atuais, uma vez que, segundo BERMAN (1992), um conjunto de experiências vitais ao longo da modernidade, ainda são compartilhadas pelas pessoas - **experiência de tempo e espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos da vida.**<sup>7</sup> Cabe destacar que o pano de fundo no qual se assentam essas considerações, refere-se à história do capitalismo nos últimos quatrocentos anos e as transformações promovidas neste ínterim:

"O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma o conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e luta de classes, descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedade; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Raquel Maria F. do Amaral. **Da Geografia Que Se Ensina à Gênese da Geografia Moderna.** Esclarece que o conceito de modernidade não é consenso entre estudiosos. Para Foucault a **modernidade coincide com o surgimento das ciências humanas que transforma o homem em objeto. A filosofia, por exemplo, considera a modernidade a partir de Descartes porque ele estabelece um novo princípio para o saber, que consiste em colocar o homem como fundamento do saber e do fazer. Já para a história, a modernidade se inicia com aquilo que muitos chamam de Renascença.** p. 58

<sup>7</sup> BERMAN, M. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar.** p. 15.

lutam com obstinação para expandir o seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.<sup>8</sup>

Neste sentido, segundo BERMAN (1992), a história da modernidade pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro, compreendido entre o início do século XVI e o final do século XVIII, é profundamente marcado pelas novas invenções (entre elas a impressora, o canhão, a bússola, o telescópio). Nele as pessoas começam a experimentar a vida moderna sem, no entanto, terem consciência das transformações que marcariam profundamente o seu *modus vivendi*; o segundo, delimitado entre os séculos XVIII e XIX, período no qual os homens vivenciam as grandes revoluções (revoluções francesa e americana, no plano político e, no plano tecnológico, as grandes invenções como a máquina a vapor, a eletricidade etc.) e partilham de um sentimento de viver uma era revolucionária, ao mesmo tempo em que **material e espiritualmente** ainda sentem-se ligados à resquícios pré-modernos. A terceira fase da trajetória moderna desdobra-se entre os séculos XIX e XX, período onde é experimentada uma diversidade de caminhos na cultura, nas artes, no pensamento e nas técnicas, que avançam velozes e em permanente mutação pelo globo. Diante da perplexidade imposta pela velocidade e pela quantidade das mudanças, o público moderno se sente impossibilitado de se organizar e dar sentido à vida, pois, o desenvolvimento engendrado neste tempo permite afirmar, a exemplo de Marx, que **tudo que é sólido desmancha no ar**.

Na esteira das transformações que marcaram os períodos iniciais da modernidade, aglutinou-se um movimento de idéias com uma certa unidade: a do pensamento racional e crítico iluminista. Em contraposição às explicações de cunho

---

<sup>8</sup> BERMAN, M. op.cit. p. 16.

teológico e mítico da época medieval, o olhar iluminista<sup>9</sup> propunha livrar os homens dos medos e obscurantismos dos sentidos, da imaginação e das verdades por elas produzidas. Em seu lugar, colocam a razão esclarecedora como a forma melhor e mais acabada de conhecer a realidade das coisas.

Neste contexto é que cabe a curiosa menção a Marco Polo, considerado pelos estudiosos posteriores à época como um geógrafo lendário. Ao narrar suas viagens pelo oriente, o comerciante veneziano acrescentava efeitos fantasiosos, figuras míticas e outros elementos que não poderiam ser considerados pelos que desejavam atribuir racionalidade, dimensão científica e lógica aos conhecimentos geográficos que estavam então sendo construídos.

A esse respeito, o olhar iluminista é aquele do pensamento operatório, para o qual a realidade é construída pelo instrumento, que não capta o objeto, mas a estrutura. Aplicado às coisas, é o olhar que permite ver a totalidade do real. É o olhar que, segundo KANT<sup>10</sup>, transcende a visibilidade empírica e ascende ao mundo inteligível. É um olhar sábio, porque emancipador. Instruído pela razão científica e pela experiência, cataloga, classifica e perscruta o objeto do conhecimento, livrando-se de vendas de obstáculos que extrapolam os critérios de racionalidade; podendo assim, julgar a realidade e a objetividade do que é visto e vivido.

---

<sup>9</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. **O Olhar Iluminista**. Analisa a proposta da Ilustração (tomada como a matriz mais geral do pensamento iluminista) e os desdobramentos do pensamento iluminista moderno, particularmente àquele feito por Habermas onde este propõe a superação **do paradigma da relação sujeito/objeto pelo paradigma da relação comunicativa que parte das interações entre sujeitos, que se dão na comunicação cotidiana**. Para o autor, o projeto iluminista ainda está vivo, ainda que sem conter uma identidade conceitual definida. p. 125-147.

<sup>10</sup> KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Fala que o conhecimento empírico reduz-se aos dados fornecidos pelas experiências sensíveis, ao passo que o conhecimento puro ou a priori, **não depende de qualquer experiência sensível, distinguindo-se do empírico pela universalidade e necessidade. Tal é o caso da proposição 'a linha reta é a distância mais curta entre dois pontos'**. Esta proposição pode ser afirmada sobre quaisquer linhas retas (e não uma em particular), princípio da universalidade e, também, que esta afirmativa se dá em quaisquer condições (não se declara que a linha reta é a mais curta em certas condições, mas em quaisquer condições), princípio da necessidade. Neste sentido, Kant mostra que a experiência sensível por si só jamais produz juízos necessários e universais. Estes só são possíveis a partir de juízos a priori. p.25-29.

No terreno epistemológico, é o olhar que promove a separação entre sujeito e objeto, seja na vertente racionalista (que consiste em privilegiar o sujeito), seja na empirista (que privilegia o objeto). Ambas afirmam, pelo recurso ao método, que

"a racionalidade científica, ao construir a objetividade, realiza a operação chamada determinação completa, pela qual uma realidade é convertida em objeto de conhecimento. Algo é conhecido objetivamente quando é possível dominá-lo inteiramente pelas operações do entendimento. A noção de objetividade está vinculada, portanto à idéia de poder: conhecer é executar um poder... A racionalidade tomada, então, à luz do ideal da objetividade desemboca na noção de lei do objeto, que, por estar referida ao objeto morto, permite cálculo, previsão, manipulação.<sup>11</sup>

Esta abordagem epistemológica centrada no método, recusa que o sujeito é parte integrante do real, como se este pairasse acima do real e, por isso mesmo pudesse compreendê-lo. O real, dentro desta perspectiva, não está em movimento.

Tributária desta concepção moderna de ciência, a geografia nasceu bipartida quanto ao objeto de estudo. Tal dicotomia, e que segundo PEREIRA (1989) estaria presente já nas primeiras formulações gregas<sup>12</sup>, consolida-se na modernidade:

"O dualismo que se revela no interior da geografia não é exclusivo dela. Na verdade ele coincide com o dualismo filosófico que reflete uma forma de ver e conceber o mundo que está na raiz da história ocidental. Quando o humano passa a ser objeto da ciência, na mesma época em que a geografia se institucionaliza, o domínio natural (físico) e o humano (do espírito) passam a ser encarados definitivamente como dois pólos isolados e até mesmo opostos. Na oposição entre estes dois ramos do conhecimento ou dois aspectos do real, situa-se um dos problemas cruciais da geografia, que pode

---

<sup>11</sup> CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. apud. Vesentini, José W. *Percalços da Geografia Crítica: Entre a Crise do Marxismo e o Mito do Conhecimento Científico*. p.425.

<sup>12</sup> PEREIRA, R.M.F.A. op. cit. Fala que o projeto científico do século XVIII introduziu a divisão entre objeto e sujeito do conhecimento. Entretanto, não acredita que esta cisão tenha gerado, dentro da Geografia, a divisão entre sociedade e natureza. (...) **a delimitação dessa dualidade interna parece ter origem em pontos ainda mais recuados da história da ciência. Neste sentido, talvez seja correto aceitar que a questão da dicotomia aflora, já na antigüidade clássica, no plano filosófico antes mesmo de se colocar para a ciência moderna (...)** p. 62-63. Assim, a dicotomia teria chegado até nós **através de conexões sutis e permanentes que marcaram a evolução do pensamento ocidental**. p. 64.

ser detectado ao longo de toda a sua história. Filha do século XIX, a geografia é moldada à sua imagem e semelhança (...)."<sup>13</sup>

Essa dicotomia esteve presente no processo de sistematização do conhecimento geográfico iniciado com Alexander von Humboldt e Karl Ritter.<sup>14</sup>

Para Humboldt a geografia sintetizava todos os conhecimentos relativos à Terra, portanto mais ligada aos fenômenos físicos, enquanto que para Ritter a geografia deveria estudar os arranjos individuais - os lugares e as relações deste com o homem, numa perspectiva mais antropocêntrica.<sup>15</sup>

Para além dos fundadores da ciência geográfica, outros estudiosos contribuíram neste processo de sistematização. Porém parece ter sido Friedrich RATZEL, geólogo de formação, que propôs pela primeira vez um estudo geográfico especialmente dedicado à discussão dos problemas humanos. Para ele a unidade do pensamento geográfico estaria assegurada na perspectiva telúrica, associando os fenômenos em três grandes campos de estudo da geografia: a geografia física, a biogeografia e a antropogeografia.

A maior parte dos estudos de Ratzel foram, no entanto, dedicados à ligação entre o homem e o meio ambiente. Preocupado com o status científico destes conhecimentos, defendia a idéia da existência de um único método para todas as ciências, pautado na observação e na indução:

"Assim como a geografia do homem tem em comum com as ciências naturais o método científico, ela ordena sua matéria do

---

<sup>13</sup> PEREIRA, R.M.F.A. op. cit. p. 53.

<sup>14</sup> Humboldt, um naturalista, dedicou-se prioritariamente aos estudos da **composição geológica e mineralógica do terreno, as cadeias de montanhas, os sistemas hidrográficos, a atmosfera e os componentes do clima, a relação entre os diversos tipos de ambiente e a vegetação**, sem, no entanto, deixar de observar a relação existente entre estas condições e a organização social e política dos territórios por ele percorridos e estudados (em sua viagem realizada em 1799 passando pela Espanha, rumo à América). Ritter, filósofo e historiador, valoriza mais **a relação entre os homens e o meio ambiente**. Para ele a geografia **é essencialmente uma disciplina histórica que tem o seu próprio centro no estudo das relações entre o ambiente natural e o desenvolvimento dos povos**. apud PEREIRA, R.M.F.A. op. cit. p. 116-120.

<sup>15</sup> A esse respeito ver MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. pp. 44-51.

mesmo modo que estas, com base em classificações, e chega às suas conclusões pela via das comparações."<sup>16</sup>

Assim, este estudioso considerava a geografia uma ciência descritiva, classificatória e, neste sentido comparada, pois levaria à comparação dos vários territórios **sem deixar de examinar um só ângulo da Terra**.<sup>17</sup> Desta forma, as tarefas da geografia do homem seriam basicamente três:

"Deverá descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem, separando a parte da Terra que é por ele habitada, ou ecúmeno, daquelas que não o são(...) fixará os resultados do seu estudo em mapas da densidade de populações poligráficas e itinerárias. (...) A descrição e representação do estado de coisas antropogeográfico são úteis para muitos objetivos da vida, do aprendizado, do trabalho científico; e, quando ambas se realizam, pode-se dizer que foram cumpridas muitas das tarefas práticas da geografia do homem. Mas a ciência nunca se satisfaz por ter respondido à pergunta '*onde?*'; pois quando este quesito é resolvido, ela prossegue adiante e passa à pergunta '*de onde?*' Já na execução da sua tarefa descritiva, a geografia do homem se encontrará diante de uma grande quantidade de casos nos quais vêm se repetindo fenômenos relativos ao território juntamente com fenômenos relativos à difusão do elemento humano. Passando agora à segunda parte de sua tarefa, esta ciência, ao examinar a área de difusão de cada raça e de cada povo, se colocará a questão: '*Como se formou esta área?*'; e se apresentarão então ao seu estudo os movimentos do homem na sua dependência do território. (...) Quando a geografia se aproxima do exame destes fenômenos ela entra em contato com a história, que considera o solo como pátria do cidadão, enquanto aquela o vê como a pátria da humanidade. (...) As tarefas do

<sup>16</sup>RATZEL, Friedrich. *Geografia do Homem (Antropogeografia)* p. 101.

<sup>17</sup> RATZEL, Friedrich. *Geografia do Homem (Antropogeografia)*. p. 97. Assim como toda a geografia, também a geografia do homem é principalmente uma ciência descritiva.(...) Toda boa descrição presume o exato conhecimento do objeto que deve ser descrito, e, ao mesmo tempo, dos objetos afins mais ou menos próximos, com os quais tem muitas características em comum. (...) Por isso um bom trabalho descritivo pressupõe a existência de uma classificação; não contudo semelhante àquela que, movida por uma espécie de *horror vitae*, considera os povos separadamente do território que é a sua base, e os estuda depois de tê-los destacado da vida que os anima; nesse caso pode ocorrer que organismos importantíssimos na existência dos povos, como por exemplo as fronteiras, sejam considerados como simples linha ou divisórias, e não como instrumentos vivos no desenvolvimento dos fenômenos máximos cujo teatro é a Terra. (...) Mas para a geografia do homem a classificação mais óbvia e mais natural é a que se baseia em distinções geográficas, isto é, na posição e na natureza do território habitado; e estabelecer esta classificação é precisamente uma de suas tarefas fundamentais. p. 94-96.

terceiro grupo referem-se ao estudo das influências que a natureza exerce sobre o corpo e sobre o espírito dos indivíduos, e daí sobre os povos Trata-se portanto, essencialmente, de efeitos que se devem ao clima, à configuração do solo aos produtos vegetais ou animais do território. Todos os fenômenos da natureza, passando através do intelecto, exercem uma influência às vezes claramente visível, às vezes sutil e oculta sobre o ser e sobre as atitudes do homem(...)."18

À geografia caberia, então, estudar os diferentes quadros ambientais que compõem a Terra, pesquisando suas influências na evolução dos povos. Assim, Ratzel entendia que a tarefa mais importante da geografia **continuará sendo sempre a de estudar, descrever e representar a superfície terrestre**<sup>19</sup> compreendida numa perspectiva interdisciplinar, uma vez que relacionada à história dos homens.

Neste sentido, considera como objeto da geografia **a natureza junto com a humanidade**<sup>20</sup>, ou seja, **das influências que as condições naturais exercem sobre o modo de ser do homem ou sobre sua atividade.**<sup>21</sup> Ao contrário do que diz FEBVRE (1925)<sup>22</sup>, o projeto de Ratzel não era determinista, uma vez que fala de *influências* e não de um determinismo simplista que, aliás, critica quando diz **a obscura e exagerada afirmação 'o homem é produto do ambiente' é combatida com outra afirmação igualmente absoluta e pouco consistente.**<sup>23</sup>

O *determinismo* que poderíamos atribuir a Ratzel situa-se na filiação ao positivismo, ao professar a idéia de que o mesmo método usado para as ciências da natureza deveria ser usado para os fenômenos humanos que, assim, poderiam chegar a uma causalidade análoga à das ciências naturais. Assim, a antropogeografia

---

<sup>18</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 82-84.

<sup>19</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 90.

<sup>20</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 107.

<sup>21</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 104.

<sup>22</sup> FEBVRE, Lucien. La Tierra y la evolución humana. Barcelona, Cervantes, 1925 apud. MORAES, A.C.R. A **Antropogeografia de Ratzel: indicações.** p. 10.

<sup>23</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 54.

descobriria *as leis* que permitiriam fazer previsões acerca de um fenômeno determinado<sup>24</sup>. Segundo MORAES (1990), **a idéia - correta - de ver a natureza como estímulo ou limite para a ação humana passa a ser acoplada, pela opção metodológica, a um raciocínio de movimento reativo, isto é, passa a ser equacionada numa visão de causa e efeito, à qual o autor tece críticas no plano objetual.**<sup>25</sup>

A estas formulações acerca do espaço compreendido como o binômio *natureza mais humanidade*, onde é atribuída à primeira uma influência sobre os comportamentos e atividades humanas, contrapõe-se contemporaneamente uma interpretação onde é dada à sociedade uma importância maior do que a sugerida por Ratzel. Trata-se de uma abordagem científica centrada na interpretação materialista da história, para a qual o espaço é resultado do trabalho humano que transforma a primeira natureza - a natureza natural, em segunda natureza - a natureza socializada.

O espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural onde o homem não existisse ou não fora seu centro, cede lugar à idéia de uma construção permanente da natureza artificial ou social, sinônimo de espaço humano.<sup>26</sup>

À partir destas considerações, inúmeros trabalhos têm sido produzidos na Geografia e fora dela<sup>27</sup> onde a espacialidade aparece com destaque. Porém, é no

---

<sup>24</sup> RATZEL, F. op. cit. **É possível estabelecer portanto com dados de realidade antropogeográficos uma equação tal que uma só grandeza seja aqui desconhecida; a incógnita será sempre uma grandeza de tempo. Diante de determinadas condições de extensão, de espaço, de posição, deverá necessariamente manifestar-se um certo fenômeno, mas não se pode dizer quando. Quando as observações das quais se dispõe se referem ao período de tempo bastante extenso, então a constatação do repetir-se daquele fenômeno determinado confere ao cálculo um grau de segurança também maior.** p. 103

<sup>25</sup> MORAES, A.C. R. *A Antropogeografia de Ratzel: indicações.* p. 13.

<sup>26</sup> SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova.* p. 119.

<sup>27</sup> COSTA, Rogério Haesbaert da & GOMES, Paulo César Costa. *O Espaço na Modernidade.* Falam do resgate da espacialidade em outras áreas das ciências sociais feitas por Foucault, Guattari e Mafesoli. p. 47.

plano geográfico, particularmente no interior da chamada geografia crítica, que o espaço social<sup>28</sup> foi erigido como objeto de estudo.

Dentro desta perspectiva, destacam-se os trabalhos de Yves Lacoste em sua obra *A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra* publicado em 1977; David Harvey com *A Justiça Social e a Cidade* traduzido para o português em 1980; Paul Claval em *La Pensée Géographique. Introduction à son Histoire* em 1972 e *Evolución de la Geografía Humana* em 1974; Pierre George, *A Geografia Ativa* em 1969 e, Manuel Castells em *A Questão Urbana - 1972*; Milton Santos em *Por Uma Geografia Nova*, publicada em 1978 entre outros, como Henry Lefebvre e Jean Lojkine, não menos importantes.

Historicamente, estas proposições assentaram-se numa interpretação marxista mais geral e difusa, erigidas no nosso século a partir de um movimento de renovação do pensamento geográfico, que intentava uma geografia militante em prol de uma sociedade mais justa. Segundo MORAES (1987) **esta proposta veiculava um ideal humanista e conseguia um peso político, em função de sua potencialidade de constatação e divulgação da manifestação espacial de problemas sociais (...) onde o espaço era entendido como base da vida social, e sua organização como reflexo da atividade econômica.**<sup>29</sup>

Dentre as trajetórias que o estudo do espaço geográfico suscitou dentro da geografia crítica<sup>30</sup>, uma foi alvo da nossa reflexão neste estudo. Trata-se das

---

<sup>28</sup> SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*. O autor considera que **se uma ciência se define por seu objeto, nem sempre a definição da disciplina leva em conta esse objeto. Este é, particularmente, o caso da geografia, cuja preocupação com o seu objeto explícito - o espaço social - foi sempre deixada em segundo plano.** p. 114-115.

<sup>29</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. p. 118.

<sup>30</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes de. "**Espaciologia**": uma objeção (crítica aos prestígiamentos pseudo-críticos do espaço social) Identifica a 'espaciologia' como uma vertente marxista de recuperação e valorização do espaço social como objeto da geografia e aponta as divergências presentes nos autores desta vertente: Edward Soja (*The Socio-spatial Dialectic*. Anais da Associação dos Geógrafos Americanos, vol. 70, n° 2) advoga o Espaço como uma estrutura horizontal do modo de produção, homóloga à estrutura geral das relações sociais, dita vertical; Manuel Castells, no *A Questão Urbana*, concebe-o como uma espécie de estrutura específica, cujas leis são especificações das leis gerais da Sociedade, concedendo-lhe o status de 'expressão concreta de cada conjunto histórico' e negando-lhe leis próprias; Miguel Morales (*Estado*

considerações feitas por Milton SANTOS, o qual confere ao espaço o seguinte significado:

"O vocábulo espaço se presta a uma variedade de acepções(...) sugerimos que o espaço assim definido seja considerado como *fator* da evolução social, não apenas como uma condição. (...). Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ela contida. (...) Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado por coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, se realizam através das *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí porque o espaço contém as demais instâncias. Ele é também, contido nelas, na medida em que os processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico."<sup>31</sup>

Entendido como produto das relações sociais de produção, SANTOS (1986) define o espaço muito mais em função das diferenças de possibilidades

---

e desenvolvimento regional. In: Bertha K. Becker et alii (orgs.), *Abordagens Políticas da Espacialidade*. RJ, UFRJ, 1983) propõe um ponto de vista aparentado ao de Milton Santos, o espaço como uma quarta instância da sociedade; José Luíz Coraggio (*Possibilidades de un ordenamiento territorial para la transición en Nicaragua*. In: Bertha K. Becher (org.), *Ordenação do Território: Uma Questão Política?* RJ, UFRJ, 1984) posiciona-se contra os autonomistas (Lefévre, Milton, Morales), aproximando-se de Castells; e por aí vai. p. 23

<sup>31</sup>SANTOS, Milton. *Espaço & Método*. pp. 1-2.

**econômicas concretas, abertas segundo formas diferentes e em diferentes escalas aos indivíduos<sup>32</sup>.**

O caminho escolhido para pensar esta verdade produzida sobre o espaço segue aquele que SANTOS (1986) realizou, porque a pergunta que deu origem a este estudo - se haveria outra possibilidade de pensar o espaço que não só como produto das relações sociais e econômicas de produção - foi formulada após a leitura de algumas obras do autor.<sup>33</sup> E, ainda, porque compreendemos estas obras como representantes fecundos do ideário crítico (ainda que este não conforme um pensamento escolástico homogêneo) influenciando uma série de outros discursos na geografia brasileira que, conforme VESENTINI (1984), **trata-se de geógrafo com uma inegável profundidade nas pesquisas e obras, ou seja, leitura obrigatória para todos aqueles que voltam-se para a construção de uma geografia crítica ou radical.**<sup>34</sup>

Entendido desta maneira, o espaço social é considerado algo mais que simplesmente o palco ou a condição de realização da sociedade. Ele é um *fator da evolução social*, o que significa dizer que historicamente ele influencia e condiciona a sociedade que o produziu, sobrevivendo como **rugosidade**<sup>35</sup> capaz de interferir no

---

<sup>32</sup> SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. p. 68.

<sup>33</sup> Convém lembrar ainda, que as obras que serviram de referência para este estudo representam a produção teórica do autor num dado momento, o que não implica em dizer que elas se esgotam nele ou que propõem "verdades eternas", ou então, que a sua interpretação, tal como aquela que realizamos aqui, esgotam todas as possibilidades de leituras. O debate que propomos intenta, antes de mais nada, uma reflexão acerca da compreensão que fizemos e das perguntas que dela suscitaram.

<sup>34</sup> VESENTINI, José William. *Percalços da Geografia Crítica: entre a crise do marxismo e o mito do conhecimento científico*. p. 430.

<sup>35</sup> SANTOS, M. op.cit. Rugosidades seriam as formas espaciais produzidas pela sociedade que persistem no tempo. **As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados.** Neste sentido, o autor considera as rugosidades como testemunhos de um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Mas ele alerta para o fato de que estas cristalizações não se desfazem concomitantemente às mudanças sociais pois, **quando um novo momento - momento do modo de produção - chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se. De logo, pode-se falar do espaço como condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos. Os**

devir dos homens não só pela sua presença material (as formas geográficas), mas pelas resistências que estas cristalizações oferecem à novas relações e formas sociais espacializadas.

" O Espaço é um fato social (...)um fato histórico: de um lado ele se define pelo conjunto mas também o define; ele é simultaneamente produtor e produto; determinante e determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas."<sup>36</sup>

Neste sentido, o espaço estaria intimamente ligado ao modo de produzir e reproduzir da sociedade, no dizer de SANTOS (1986), **produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis.**<sup>37</sup> Esta interpretação sugere que o espaço seja conhecido, por uma questão de método, através da imbricação de três categorias de análise da realidade espacial: 1) o modo de produção, que indicaria a possibilidade das formações espaciais; 2) a Formação Econômica, Social e Espacial (FES) que **compreende um estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Trata-se de uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção**, presentes numa certa sociedade em um determinado momento histórico<sup>38</sup> e 3) o espaço referente aos lugares resultantes do arranjo espacial dos modos de produção particulares e a maneira como combinam-se com o modo de produção dominante.<sup>39</sup>

---

**objetos geográficos aparecem em localizações, correspondendo aos objetivos da produção em um dado momento e, em seguida, por sua própria presença, eles influenciam os momentos subsequentes da produção.** p. 138-139. (grifos nossos)

<sup>36</sup> SANTOS, M. op. cit. p. 130.

<sup>37</sup> SANTOS, M. op. cit. p.162-163.

<sup>38</sup> SANTOS, M. op. cit. Relata que **o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num momento da sua evolução.** p. 84

<sup>39</sup> O apoio teórico de SANTOS a esse respeito, refere-se à obra de Emílio Sereni - *El Concepto D' Formacion Economico Social* para o qual uma formação social **expressa a unidade e totalidade de diversas esferas - econômica, social, política, cultural - da vida de uma sociedade, daí a unidade da continuidade e da descontinuidade de seu desenvolvimento histórico.** SANTOS, M. **Sociedade e Espaço: A Formação**

As diferenças entre modo de produção e Formação Econômica, Social e Espacial residem no entendimento de que **o modo de produção seria o 'gênero' cujas formações sociais seriam a 'espécie'; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada.**<sup>40</sup> O autor afirma ainda que a noção de Formação Social Econômica e Espacial não pode ser dissociada do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada,<sup>41</sup> pois ao sabor althusseriano uma FSE é **'um objeto real que existe independente de seu conhecimento, mas que não pode ser definido a não ser por seu conhecimento'**.<sup>42</sup>

Dentro desta perspectiva, para conhecer o espaço, deve-se contemplar, ainda, o papel da ideologia como importante arma de reprodução do sistema (capitalista), assim estimada:

O domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O *marketing* do espaço impõem o engano como se fosse verdade.<sup>43</sup>

---

**Social Como Teoria e Como Método.** p. 83 Neste sentido, a importância da FES estaria relacionada com uma postura política que analisa a gênese e o desenvolvimento de uma dada sociedade a partir das influências que esta receberia do exterior, no caso, do modo de produção dominante: **Nenhuma sociedade têm funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais. 'Etapas no decorrer de um processo', como Labriola as definiu, as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo. A sociedade evolui sistematicamente, como 'um organismo social coerente cujas leis sistêmicas são as leis supremas, a medida-padrão para todas as outras regularidades mais específicas'.** p. 84-85. Assim, entedemos que mesmo considerando as várias esferas, parece haver um predomínio, uma influência maior da esfera econômica (relacionada ao modo de produção) sobre as demais esferas, mesmo quando o autor afirma que **de fato, é de formações sócio-espaciais que se trata.** p. 93

<sup>40</sup> SANTOS, M. op. cit. p. 85.

<sup>41</sup> SANTOS, M. Op. cit. O autor diz ainda que definir uma FSE é **produzir uma definição sintética da natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que caracterizam uma sociedade numa época determinada.** p. 86.

<sup>42</sup> ALTHUSSER, L. apud. SANTOS, M. op. cit. p. 86.

<sup>43</sup> SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova.** p. 216.

A essa consideração é sugerido, para **desmistificar o espaço e o homem**, que se pondere, de um lado a **paisagem, funcionalização da estrutura tecnoprodutiva e lugar da reificação** e, de outro, **a sociedade total, a formação social que anima o espaço**.<sup>44</sup>

A noção de ideologia presente neste discurso nos remete à compreensão de que a espacialidade estaria profundamente ligada à sua funcionalidade econômica, pois caberia à ela garantir a sobrevivência do sistema. Daí a consideração de que o espaço funcionaria como agente social, pois **não tem um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais**.<sup>45</sup>

A esse respeito, GOMES & COSTA (1988), esclarecem que:

"Os dispositivos disciplinares criados para medir, controlar e corrigir a 'anormalidade', expressam-se, segundo FOUCAULT, na figura arquitetônica do Panóptico de Bentham, dispositivo que 'organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar para reconhecer imediatamente'. Este mecanismo de disciplinarização estaria presente na estrutura arquitetônica desde o final do século XVIII, sendo portanto um referencial espacial da modernidade, enquanto instituidora do poder burguês."<sup>46</sup>

À luz dos paradigmas modernos, o olhar *crítico* parece concordar com algumas verdades por ele produzidas a respeito do conhecimento científico. Entendida como certeza absoluta<sup>47</sup>, uma vez que se propõem *desvendante* da

---

<sup>44</sup> SANTOS, M. op. cit. p. 217.

<sup>45</sup> SANTOS, M. Op. cit. O autor afirma que **o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subsequentes da produção**.p. 91.

<sup>46</sup> GOMES, P.C.C. & COSTA, R.H. **O Espaço na Modernidade**. p. 53.

<sup>47</sup> DESCARTES, R. **Meditações**. Considera o espaço e o tempo como certezas. "Eis por que, talvez, daí nós não concluamos mal se dissermos que a Física, a Astronomia, a Medicina e todas as outras ciências dependentes da consideração das coisas compostas são muito duvidosas e incertas; **mas que a Aritmética, a Geometria e as outras ciências desta natureza, que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois, quer eu esteja acordado, quer esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o**

Essa desavença foi destaque nos jornais desde 1983<sup>54</sup>, época em que foi fundada a Associação dos Moradores das Areias (do Morro das Pedras), e nos anos subsequentes, quando então uma outra entidade ligada a defesa da natureza engordava o cordel protecionista que o desenvolvimento ameaçava. A Associação de Surf do Campeche, criada em 1985, teve uma participação decisiva nas ações de derrubada de cercas, barracos e canos de esgoto que infringiam as leis.

Isolados como a *banda biltre*, de gananciosos e espertalhões, os invasores confrontaram-se com nativos e estrangeiros quanto à ocupação das áreas não edificantes. Apesar dos contrastes, a seu modo, este grupo também possui um discurso a respeito do crescimento da área ligado à ecologia:

"Não se pode mexer em nada. Não pode desmatar terreno. Se mexer na vegetação, a areia, tudo modifica, então não pode. A gente que mora aqui, perto da praia, do verde, mas a gente cuida, né? Não pode mexer no mato."<sup>55</sup>

São, talvez, o grupo que mais enfatiza contatos com órgãos protetores, como o IBAMA e a FATMA ou, ações individuais que teriam coibido práticas predatórias, numa espécie de controle voluntário do meio ambiente.

"Tem um gringo que comprou terreno, talvez ele não sabia, começou a desmatar, queria fazer um muro. Aí nós chamamos a FATMA (...) e interditamos."<sup>56</sup>

"Quando eu comprei esse terreno era um monte de mato, não tinha nada. Eu plantei grama, plantei um monte de coisa assim. Quando os caras da FATMA olharam assim, porque eles pensavam que eu queria cercar a Lagoa. Aí eu disse não. Aí ele olhou o meu terreno e disse prá eu plantar bastante verde ali. E eu disse que sempre vou plantar, porque a gente cuida muito disso daqui."<sup>57</sup>

<sup>54</sup> Jornal O Estado dos dias 19/11/83, de 6/12/83, 04/03/84, 17/03/84 e 10/12/84.

<sup>55</sup> Edson Luis Oliveira, natural de Joinville, morador da área da Lagoa da Chica.

<sup>56</sup> Edson Luis Oliveira.

<sup>57</sup> Marcos Dias.

realidade, a ciência objetivista se torna racionalização, para qual conhecer significa fragmentar e reunir, dividir e catalogar, partir e agrupar, separar e classificar desvendando e dominando o objeto<sup>48</sup>. Este *decompor para reagrupar*, presente nas práticas discursivas de alguns geógrafos modernos, parece remeter à idéia de que a realidade pode ser compreendida no conjunto que compreende a totalidade.

Estas considerações nos permitem aproximar essas verdades daquelas produzidas por Ratzel, no início do século, quando diz que **por trás do véu das lendas já muito obscuras não é possível distinguir nitidamente nenhum povo, e não havendo portanto a possibilidade da distinção etnográfica, resta sempre a possibilidade da distinção antropogeográfica: fossem turcos ou arianos, os povos que habitaram aquelas terras de todo modo sempre foram pastores nômades.**<sup>49</sup> pois caberia à geografia do homem a **classificação que se baseia em distinções geográficas, isto é, na posição e na natureza do território habitado; e estabelecer esta classificação é precisamente uma de suas tarefas fundamentais.**<sup>50</sup>

Neste sentido, compreendemos as verdades produzidas sobre o espaço, particularmente àquelas que apelam ao método marxista - o materialismo histórico e

---

número cinco e o quadrado nunca terá mais que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza."p.19

<sup>48</sup> VESENTINI, J.W. *Percalços da Geografia Crítica: Entre a Crise do Marxismo e o Mito do Conhecimento Científico*. Fala que para construir uma geografia crítica ou radical, não podemos centrar as discussões em cima do objeto ou do método mais adequado para formulá-la. Assim considera que: **o essencial é perceber que o objeto é sempre problemático e é, em grande parte, construído na relação com o sujeito. Isto é, não há um espaço geográfico 'pronto' e apenas à espera que alguém o decifre, já que o objeto de uma ciência é também construído na relação investigador/realidade, incluindo-se aí o enraizamento histórico do sujeito do conhecimento:"(Deve-se)... renunciar à idéia de que haveria nas coisas mesmas... um sentido inteiramente positivo ou uma determinação em si prometida ao conhecimento, como se isso que analisamos não se tivesse já formado sob o efeito de um deciframento do sentido, em resposta a um questionamento da história, da sociedade... Como se o 'objeto' não devesse nada a nossa própria interpretação, ao movimento do pensamento que nos faz ir até ele e às condições sociais e históricas nas quais se exerce." LEFORD, Claude apud. VESENTINI, J.W. p. 429-430.**

<sup>49</sup> RATZEL, F. *Geografia do Homem (Antropogeografia)*. p. 85.

<sup>50</sup> RATZEL, F. op. cit. p. 96.

dialético - como fragmentadoras, no sentido de que dão conta de uma dimensão da espacialidade, e não a sua totalidade como desejam e prometem seus interlocutores. Estas verdades são construídas a partir de uma razão que desencanta o mundo para aprisioná-lo em um gigantesco juízo analítico e que, por isso, não contempla o acaso, o irracional, o inesperado ou a subjetividade.

A esse respeito, COSTA (1990) considera que:

"Embora os conceitos não sejam considerados definitivos e se proponham que sejam permanentemente reavaliados, em cada momento histórico é possível alcançar a 'totalidade' ou a 'concreticidade' do mundo, como se o materialismo dialético pudesse atingir sempre uma realidade objetiva onde nada haveria de 'essencial' que não pudesse ser desvendado - e, conseqüentemente, manipulado/dominado pela razão humana. Apesar de 'essencialmente contraditória', a realidade estaria amplamente condensada, mais uma vez, nos limites da razão, de muitas formas sufocando a paixão, a subjetividade humana, reveladoras tão-somente da 'aparência' do mundo. A percepção subjetiva do espaço seria mais uma vez considerada 'mera abstração' frente à necessidade e sempre determinante objetividade/concreticidade do social."<sup>51</sup>

Assim, quer nos parecer que a geografia ainda é tributária da premissa imaginária de que a ciência é objetiva, desvendante, capaz de *revelar* a realidade essencial escondida em véus de aparências. E, ainda, que a apreensão da totalidade permite desvendar as leis que regem a totalidade do real.

---

<sup>51</sup> COSTA, R.H. *Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade*. p.76

## 2. Uma Outra Leitura Sobre o Espaço: o olhar da imaginação

A questão acerca da *imaginação* explodiu com maior vigor a partir de maio de 1968<sup>52</sup>, num debate que, ora reclamava a sua ausência nos projetos *cientificistas* de interpretação da realidade, por este motivo considerados estéreis e fragmentadores; ora acusando sua mediocridade porque designada como uma faculdade produtora de ilusões e símbolos, notadamente subjetivista, pertencente ao terreno das artes. Entre a exaltação e a denúncia, a imaginação germinou numa trajetória rápida e profusa.

Nesta época, os problemas colocados pela organização do trabalho capitalista, pelo ensino profissionalizado e elitizado, pela fusão do indivíduo na totalidade e pelas perdas de liberdades presentes na concepção de direito vigente na sociedade, fez nascer uma série de movimentos, nos quais a **crítica ao mundo desencantado e burocratizado**<sup>53</sup> pôs em questão o sentido da vida das sociedades européias. Gestado no movimento estudantil, maio de 68 colocou como lemas: *Imaginação no poder! Nem capitalismo, nem socialismo. Por um mundo inteiramente outro! Soyons réalistes, demandons l'impossible!*

Estas bandeiras demonstravam o descontentamento com as promessas iluministas de uma sociedade melhor que nem o capitalismo nem o socialismo haviam dado conta. Valores como liberdade, igualdade e justiça escasseavam a Leste e a Oeste do Meridiano de Greenwich.

Desta forma, os intelectuais, filósofos e estudantes discutiam a razão iluminista, entendida como agente da opressão, onde, conhecer significava conquistar e dominar. Entendiam que a ciência, ao construir seu objeto, propunha revelar o que

---

<sup>52</sup> BACZKO, B. op. cit. p. 298.

<sup>53</sup> MATOS, Olgária C.F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. p.13

estava escondido e, neste sentido, ela era "desvendante" e "realista". Entretanto, conforme BACZKO (1985), **a parte escondida do imaginário social não se encontrava na estrutura que organizava o pensamento científico, nem nos seus modos de funcionamento específicos. Por detrás dos imaginários, procuravam-se os agentes sociais, por assim dizer, no seu estado de nudez, despojados das suas máscaras, das suas roupagens, dos seus sonhos e representações.**<sup>54</sup>

Neste sentido, argumentavam que a abordagem científicista não observava realmente esses agentes desnudados, era ela quem os construía desta forma a partir da crença de que uma sociedade pode ser transparente para os homens que a constituem. Assim, entendiam que o imaginário social era mais do que um simples ornamento da vida material, considerada pelos "cientistas" como a única "real".

Assim, inúmeros teóricos, particularmente ligados à filosofia, tinham ratificado que o discurso científico era também um mito, uma vez que este entendia "a realidade das coisas" a partir de uma ótica fechada, engendrada no seu interior, na qual pretendiam separar das ações e dos comportamentos dos agentes sociais históricos, o que era "verdadeiro" e "real", daquilo que era ilusório e fictício.

O Deus criador e o espírito ordenador são iguais entre si enquanto senhores da natureza. No homem, o seu ser feito à imagem de Deus consiste na sua soberania sobre o que existe, no seu olhar de senhor, no comando. O mito passa a ser iluminação e a natureza, mera objetividade. O preço que os homens pagam pela multiplicação do seu poder é a sua alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O iluminismo se relaciona com as coisas como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece, na medida em que os pode manipular. O homem de ciência conhece as coisas, na medida em que as pode produzir.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> BACZKO, B. **Imaginação Social**. p. 297.

<sup>55</sup> HORKHEIMER & ADORNO. **O Conceito de Iluminismo**. p. 7.

A dimensão imaginária ressurge então como importante categoria de análise, pois reconhece as múltiplas e complexas funções exercida na vida coletiva, em especial, no exercício do poder:

As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.<sup>56</sup>

A discussão do marxismo, que interpreta a ideologia num esquema global ligado ao materialismo histórico no bojo da luta de classes, também foi submetida à essas apreciações. Para Marx, ideologia englobava **um conjunto de idéias que se refere a uma realidade, não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la no imaginário, que permite às pessoas dizerem uma coisa e fazerem outra.**<sup>57</sup> Neste sentido, em cada formação social, a representação ideológica da classe dominante, será também a ideologia dominante, uma vez que esta é imposta e veiculada através das instituições como o ensino, o Estado etc., mudando de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas.

A teoria marxista consistia então em desvendar os véus ideológicos burgueses, combatendo seu controle, em nome da libertação do proletariado. Tal teoria "desvendadora" se transformava em ciência à luz da análise de casos concretos, onde as relações sócio-econômicas eram estudadas revelando as contradições de classe existentes. Marx considerava a ideologia como parte integrante das práticas coletivas, entretanto, **ao referir-se ao jogo das relações entre infra-estrutura e super-estrutura, atribuía-lhes apenas um estatuto de irrealidade, isto é, de**

---

<sup>56</sup> BACZKO, B. op. cit. 297.

<sup>57</sup> CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. p. 21.

**reflexos que deformam a realidade última, essa 'última instância' que são as relações sócio-econômicas.<sup>58</sup>**

Neste sentido, era atribuído à ideologia burguesa a produção de um sistema de representações coletivas das relações sociais, tal como o fetichismo da mercadoria, que encobre as relações sociais que estão por detrás da sua produção.

O proletariado consciente destas contradições levaria a cabo uma revolução na qual não precisaria passar pelo imaginário e pelo ilusório, para perceber suas tarefas como elas são objetivamente determinadas pela história. Conforme BACZKO (1985), **a utopia do proletariado, classe transparente para si própria, constitui um todo com a imagem da sociedade socialista vindoura, sem classes nem Estado e assinalando o termo da preponderância dos mitos e das ideologias.<sup>59</sup>**

A essas considerações, os teóricos da Escola de Frankfurt propõem o resgate do acaso, do irracional, dos desejos, enfim das significações imaginárias e suas representações como superação da tradição científica calcada na razão iluminista. Partem do entendimento de que esta razão também é enganadora, produzindo verdades encobertas em véus que ela mesmo produz. À esse respeito, VEYNE (1971) esclarece:

A verdade escapamos-á sempre, ela é sempre mais profunda. De facto, o mundo sublunar não tem profundidades em lado nenhum, é somente muito complicado; nós atingimos certamente verdades, mas estas são parciais.<sup>60</sup>

No plano da imaginação, e das verdades produzidas por ela, é que pretendemos recolocar a questão do espaço, entendido como produto das relações simbólicas, que fazem parte de um certo imaginário social. Como um dos resultados concretos da produção individual de uma dada sociedade, elaborado a partir das

---

<sup>58</sup> BACZKO, B. op. cit. p. 305.

<sup>59</sup> BACZKO, B. op. cit. p. 306.

<sup>60</sup> VEYNE, Paul. **Como Se Escreve a História**. p. 53.

representações - do conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento - dos seus habitantes.

O olhar que estamos sugerindo para refletir acerca da realidade espacial, concorda com o sentido dado por CARDOSO (1988), e destarte se opõem ao ver:

"O ver, em geral, conota no vidente uma certa discricção e passividade ou, ao menos, alguma reserva. Nele um olho dócil, quase desatento, parece deslizar sobre as coisas; e as espelha e registra, reflete e grava. Diríamos mesmo que aí o olho se turva e se embaça, concentrando sua vida na película lustrosa da superfície, para fazer-se espelho... Como se renunciasse a sua própria espessura e profundidade para reduzir-se a esta membrana sensível em que o mundo imprime seus relevos."<sup>61</sup>

Assim sendo, o autor entende que a visão **supõe um mundo pleno, inteiro e maciço, e crê no seu acabamento e totalidade** operando por soma, acumulação e envolvimento; **busca o espraiamento, a abrangência, a horizontalidade; e projeta, assim, um mundo contínuo e coerente e acredita fruir e restituir - ainda que por prestações parcelares - a sua integralidade.**<sup>62</sup>

Com o olhar é diferente. O olhar **parece originar-se sempre da necessidade de 'ver de novo' (ou ver o novo), como intento de 'olhar bem'.**<sup>63</sup> Assim, o olhar é indagador, curioso, vasculhador. Um olhar

"que não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos insterstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho se defronta constantemente com limites, lacunas, divisões e alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado. Assim, trinca-se e se rompe a superfície lisa e luminosa antes oferecida à visão, dando lugar a um lusco-fusco de zonas claras e escuras, que se apresentam e se esquivam a totalização. E o impulso inquiridor do olho nasce justamente desta descontinuidade, deste inacabamento do mundo: o logro das

---

<sup>61</sup> CARDOSO, Sérgio. *O Olhar Viajante (Do Etnólogo)*. p.348

<sup>62</sup> Idem. p. 349

<sup>63</sup> Idem. p. 348

aparências, a magia das perspectivas, a opacidade das sombras, os enigmas da falhas, enfim, as vacilações das significações, ou as resistências que encontra a articulação plena de sua totalidade"<sup>64</sup>.

Concordamos com CHEREM (1994) quando diz que **é impossível separar o verdadeiro do ilusório ou o real do quimérico** numa perspectiva de que o conhecimento (...) **é uma operação de desvendamento**<sup>65</sup>. CASTORIADIS (1991), nos oferece uma bela passagem a esse respeito, onde esclarece que conhecer é relativo ao ponto de referência de onde partimos: **cada sociedade coloca uma 'visão dela mesma' que é, ao mesmo tempo, uma 'visão do mundo' (inclusive de outras sociedades das quais ela possa ter conhecimento) - e que esta 'visão' faz parte de sua 'verdade' ou de sua 'realidade refletida' para dizer com Hegel - sem que esta se reduza àquela.** <sup>66</sup>

Neste sentido, procuramos nos aventurar mostrando que o conhecimento - em particular o conhecimento acerca do espaço - se constrói na relação entre o sujeito e o objeto, sendo que esta relação é mediada pelo imaginário social, incluindo tradições, signos e a cultura no seu sentido amplo. Uma dimensão imaginária encontra-se presente nas ações e nas diversas práticas, inclusive discursivas, que os moradores do Campeche estabeleceram entre si e com o lugar, bem como as concepções dos órgãos públicos se expressam no modo como estes gerenciam o espaço. Por conseguinte, o conhecimento possui uma relação com o simbólico, ou seja, com as diversas maneiras que os grupos sociais têm de se relacionar, perceber e representar até o espaço conhecido ou vivido.

Diante disso, as reflexões que produzimos acerca do espaço do Campeche pretenderam colocar as concepções simbólicas, ou seja, introduzir a dimensão

---

<sup>64</sup> Idem. p. 349

<sup>65</sup> CHEREM, Rosângela Miranda. **Caminhos Para Muitos Possíveis - Desterro Final do Império. Dissertação de Mestrado.** p. 11.

<sup>66</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** p. 53. Apesar de não ser utilizada a mesma terminologia, a "visão" castoriadina aqui, não se opõem ao "olhar" que sugerimos acima com CARDOSO(1988).

imaginária no interior dos discursos, tanto dos moradores como no dos órgãos públicos. Assim, não nos propusemos a desvendar *a realidade verdadeira* dos fatos, produzindo um conhecimento que desse conta de todas as causalidades e que estabelecesse todas as relações possíveis a seu respeito, mas aprendemos com CASTORIADIS(1991) que só podemos nos propor a esclarecer mais sobre alguns aspectos do objeto e não a sua totalidade.<sup>67</sup> Posto que a totalidade absoluta do real é também uma maneira de imaginá-lo.

O olhar que propusemos para o Campeche, nos capítulos iniciais, partiu do entendimento de que, através do reconhecimento da imaginação, torna-se possível compreender algumas formas de representação que a sociedade constrói, as imagens e os modos pelos quais ela se percebe, se divide e elabora seus objetos e recorta seus objetivos. Dito de outra forma, através destes imaginários, procuramos esclarecer como os projetos, os desejos e as experiências concretas dos homens se respaldam na construção e transformação do espaço em que vivem e, são por ele espelhados. Mais uma vez, nos apoiamos em BACZKO (1985) para quem:

"o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma acção comum."<sup>68</sup>

Nesta trajetória, concordamos com as observações que Paul VEYNE ( 1971) fez a respeito do objeto de conhecimento:

---

<sup>67</sup> CASTORIADIS, C. op. cit. O autor faz uma crítica aos teóricos que acreditam na possibilidade de apreender a verdade em seu sentido absoluto, e alerta para o perigo que esse procedimento representou historicamente na adesão a movimentos fascistas e totalitários. Segundo ele, o objetivo de qualquer conhecimento produzido permite apenas esclarecer sobre **alguns aspectos do objeto, e de nós mesmos, de situar as ilusões e as razões que as originam, de agrupar tudo isso de uma maneira (...) coerente.**p.54.

<sup>68</sup> BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social.** p. 311.

O objeto de estudo não é nunca a totalidade de todos os fenômenos observáveis num tempo e num meio dados, mas sempre alguns dos seus aspectos que são escolhidos consoante a pergunta que fazemos, a mesma situação espacio-temporal pode conter um certo número de diferentes objetos de estudo.<sup>69</sup>

Neste sentido, nosso olhar sobre o Campeche não se propôs a encerrar questões, fechar esquemas, mas antes de tudo olhar o que já era conhecido sobre este espaço e, deste modo, buscar outros caminhos para a compreensão das relações que os sujeitos estabelecem com as suas verdades, as quais apontam tanto as características que os identificam como também aquelas que dão o sentido a sua própria existência. E assim fazemos nossos os versos do poeta Fernando Pessoa, quando diz:

O meu olhar é nítido como um girassol.  
Tenho o Costume de andar pelas estradas  
Olhando para a direita e para a esquerda,  
E de vez em quando olhando para trás...  
E o que vejo a cada momento  
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,  
E eu sei dar por isso muito bem...  
Sei ter o pasmo essencial  
Que tem uma criança se, ao nascer,  
Reparasse que nascera deveras...  
Sinto-me nascido a cada momento  
Para a eterna novidade do mundo...<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> VEYNE, Paul. **Como Se Escreve a História**. p. 46

<sup>70</sup> PESSOA, F. apud. PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Pensar é Estar Doente dos Olhos**. p.333.

## BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. [trad. Antônio de Pádua Danesi; revisão da trad. Rosemary Costhek Abílio]. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. **Enciclopédia Eianudi**, vol. 5: Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BERGER, Paulo (compilado por). **Ilha de Santa Catrina - Relato de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX**. 2ª ed., Florianópolis, Editora da UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.
- BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo, EDUSP, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia: algumas questões, alguma dúvidas. In: **Identidade & Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Marcovaldo os As Estações na Cidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CARDOSO, Sérgio. O Olhar Viajante (do Etnólogo). In: NOVAES, Aduato (org.) **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos**. Porto Alegre, L&PM, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- CERTEAU, Michel De. **L'Invention du Quotidien**. 1. Arts de Faire. Folio/Essais, Gallimard, 1990.
- CHEREM, Rosângela Miranda. **Caminhos Para Muitos Possíveis - Desterro Final do Império**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.

- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo Culturalista: Camillo Sitte (1843-1903)**. In: **O Urbanismo**. São Paulo, Perspectiva, Coleção Estudos n° 67, 1979.
- CORBIN, Alain. **O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, Ática, Série Princípios n° 53, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, Séries Princípios n° 174, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Rede Urbana**. São Paulo, Ática, Série Princípios n° 168, 1989.
- COSTA, Rogério H. da & GOMES, Paulo César da C. **O Espaço na Modernidade. Terra Livre, n° 5: O Espaço em Questão**. São Paulo, Marco Zero/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade**. In: **Terra Livre, n° 7: Geografia: Pesquisa e Prática Social**. São Paulo: Editora Marco Zero/ AGB, 1990.
- CUNHA, Manuela Correia da. **Negros, Estrangeiros - Os Escravos Libertos e Sua Volta à África**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo, Brasiliense/EDUSP, 1986.
- DA MATTA, Roberto. **Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil**. In: **A Casa & a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- D'EÇA, Luiz Felipe da Gama Lobo. **Cidades: inovar para sobreviver**. Vol.I, Florianópolis, UFSC, s/d.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. In: **DESCARTES**, vol I. São Paulo, Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Meditações. Objeções e Respostas**. In: **DESCARTES**, vol II. São Paulo, Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1987.
- ECO, Humberto. **O Segundo Diário Mínimo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Sobre a Geografia**. In: **Microfísica do Poder**. 6ªed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e As Coisas**. 6ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo, Contexto, 1989.

GRANGER, Gilles-Gaston. Introdução. In: **DESCARTES**, vol I. São Paulo, Abril Cultural, Coleção os Pensadores, 1987.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Loyola, 1989.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. Conceito de Iluminismo. In: **HORKHEIMER & ADORNO**. São Paulo, Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1989

JARAMILLO, Samuel. Crise dos Meios de Consumo Coletivo Urbano e Capitalismo Periférico. In: **Espaço e Debates**. nº 18, Ano VI, 1986.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. In: **KANT**, Vol. I e II. São Paulo, Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1987.

KLINK, Amyr. **Paratii: entre dois pólos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. IN: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar Para Fazer a Guerra**. Campinas, Papirus, 1989.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Memória de Uma Comunidade Que se Transforma: de localidade agrícola-pesqueira a balneário**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1983.

LEITE, Ilka Boaventura. **Terra, Território e Territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil**. Texto apresentado no Seminário América, 500 Anos de Dominação, Florianópolis, UFSC, 1990.

\_\_\_\_\_. **Território Negro em Área Rural e Urbana**. Comunicação apresentada no Encontro do CERU - São Paulo, USP, 1990.

- LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo, Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LOMBARDO, Magda Adelaide. **Ilha de Calor nas Metrôpoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo, Hucitec, Geografia: teoria e realidade, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica à Economia Política**. Vol. I, II e III. São Paulo, Difel, 1987.
- MATOS, Olgária. A Melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias. In: NOVAES, Adauto (coord.) **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, Coleção Tudo é História nº 9, 1989.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo, Hucitec, 1987.
- \_\_\_\_\_. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: RATZEL. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais nº59, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert & COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica - A Valorização do Espaço**. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MOREIRA, Ruy. **O Que é Geografia**. 12ª ed., São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos nº 48, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade Etnia e Estrutura Social**. São Paulo, Pioneira, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. O Olhar do Estrangeiro. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia Que Se Ensina À Gênese da Geografia Moderna**. Florianópolis, UFSC, 1989.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pensar é Estar Doente dos Olhos. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Plano Diretor de Florianópolis de 1952.

Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis. Elaborado pelo Escritório de Planejamento Integrado - ESPLAN, em 1971.

Plano Diretor de Florianópolis de 1982-1985.

Plano de Desenvolvimento do Campeche, elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, em 1992.

POLO, Marco. **O Livro das Maravilhas**. Porto Alegre, L&PM, 1985.

QUAINI, Massimo. Uma verificação histórica: o iluminismo e a geografia. In: **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Orais: do "Indizível" ao "Dizível". In: SIMSON, Olga de Moares von (org.) **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: **RATZEL**. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais nº59, 1990.

Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF - durante o ano de 1989 e Projeto para 1990. Documento do IPUF.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do Urbanismo ao Planejamento Urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis - 1950 a 1990**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, UFSC, 1993.

ROUANET, Sérgio Paulo. O Olhar Iluminista. In: NOVAES, Adauto (org.) **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. Viagem no espaço: a cidade. In: **A Razão Nômade: Walter Benjamin e outros viajantes**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1993.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**. nº 54 São Paulo, AGB, 1977.

\_\_\_\_\_. O Espaço e seus Elementos: questões de método. In: **Espaço & Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo, Hucitec, Geografia: teoria e realidade, 1986.
- \_\_\_\_\_. **O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. Terra Livre, nº 5: O Espaço em Questão.** São Paulo, Marco Zero/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988.
- SILVA, Célia Maria e. **Ganchos / SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.** Florianópolis, UFSC, 1992.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Espaciologia": uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **Terra Livre, nº 5: O Espaço em Questão.** São Paulo, Marco Zero/Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1988.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- VESENTINI, José William. **Percalços da Geografia Crítica: Entre a Crise do Marxismo e o Mito do Conhecimento Científico. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, livro 2, vol. 2: Geografia, Sociedade e Estado,** São Paulo, 1984.
- WEBER, Max. **Conceito e Categorias da Cidade.** In: VELHO, Otávio G. (org.) **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro, Zahar, Biblioteca de Ciências Sociais, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: na História e na Literatura.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

## **ANEXOS**

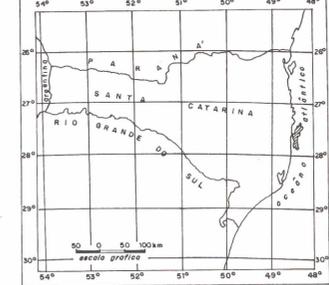
# Ocupação Urbana DO CAMPECHE

ESCALA GRÁFICA

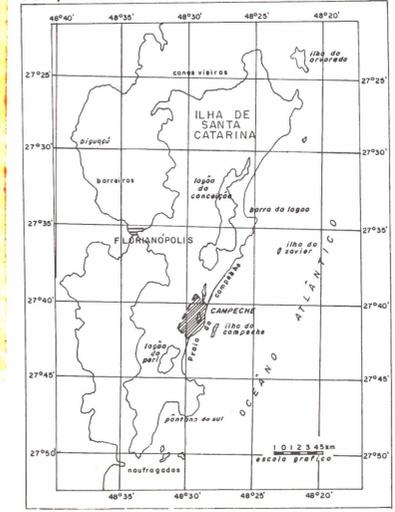


1994

POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA ILHA NO ESTADO



POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO PROJETO NA ILHA



## CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

**ELEMENTOS URBANOS**

- Edifícios
- Escola
- Igreja ou Capela
- Cemitério

**ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA**

- Curso d'água Permanente
- Ritcho ou Córrego
- Lago ou Lagoa
- Brejo ou Pântano
- Área de Preservação
- dunas

**ELEMENTOS RODOVIÁRIOS**

- Rodovia Estadual
- Rodovia Municipal
- Estrada Pavimentada
- Estrada Impiostada
- Caminho ou Trilho
- Ponte ou Bueiro

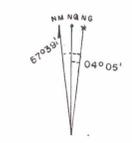
- LIMITE DO CAMPECHE SEGUNDO AS INSTITUIÇÕES:**
- CELESC
  - ..... CASAN
  - CORREIO
  - TELESC
  - RECUO DUNAS E BREJOS
  - X-X-X- RIBRES

- LEGENDA**
- ▣ - BAR/RESTAURANTE
  - - MAT. DE CONSTRUÇÃO
  - - PADARIA/MINI MERCADO
  - - Pousada
  - - HOTEL
  - - CAMPING
  - ⊗ - BIBLIOTECA DE ESPERANTO

ELABORAÇÃO  
Aluna: VERA LUCIA N. DIAS  
Orientador: Odair Garcia da Silva  
Técnico Cartógrafo: JOÃO C. GARCIA  
Compilação e Desenho: J. C. GARCIA

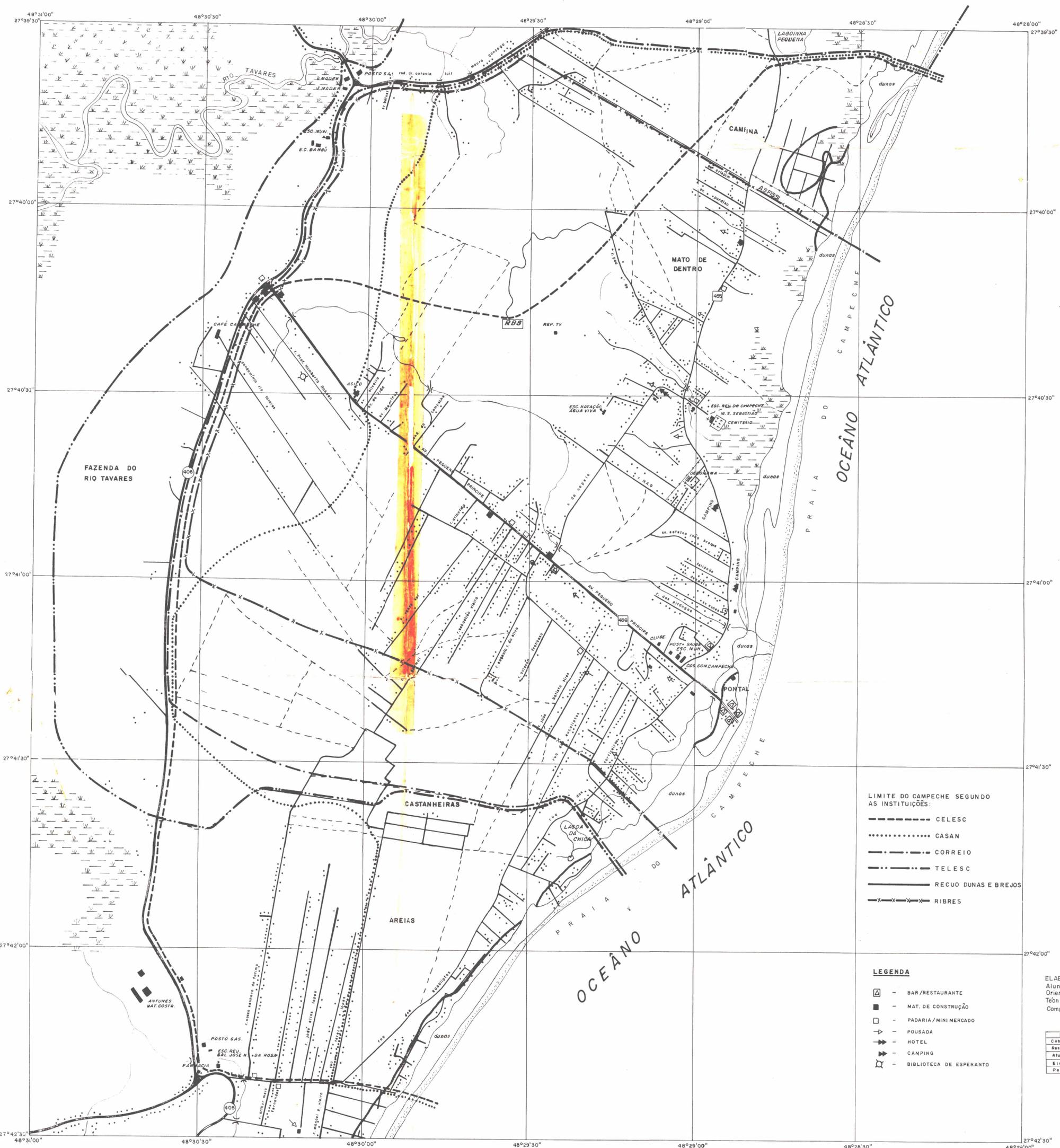
FASE	EXECUTANTES	ANO
Cobertura	Cruzzeiro do Sul	1979
Restrição	IPUF	1979
Atualização	CELESC	1984
Elaboração	Mastrodo Geográfico	1994

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM 1994 E CONVERGÊNCIA MERIDIANA DO CENTRO DA FOLHA



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA CRESCE 9 ANUALMENTE Usar exclusivamente dados numéricos

CAMPECHE(SC)



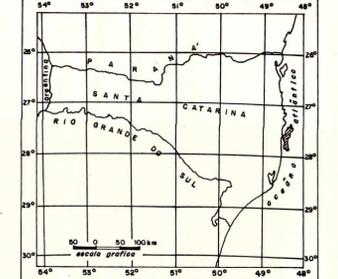
# OCUPAÇÃO URBANA DO CAMPECHE

ESCALA GRÁFICA

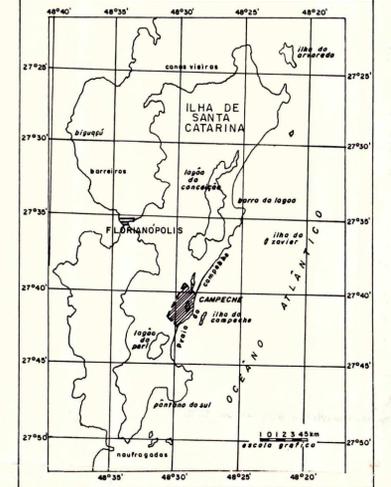


1994

POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA ILHA NO ESTADO



POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO PROJETO NA ILHA



## CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS



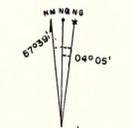
## LEGENDA

- ☐ - BAR/RESTAURANTE
- ▣ - MAT. DE CONSTRUÇÃO
- ◻ - PADARIA/MINI-MERCADO
- ⌂ - Pousada
- 🏨 - HOTEL
- 🏕️ - CAMPING
- 📖 - BIBLIOTECA DE ESPERANTO

ELABORAÇÃO  
Aluna: VERA LUCIA N. DIAS  
Orientador: Odair Garcia da Silva  
Técnico Cartógrafo: JOÃO C. GARCIA  
Compilação e Desenho: J. C. GARCIA

FASES	EXECUTANTES	ANO
Cobertura Aérea	CRISTIANO DO SUL	1979
Restituição	LP UF	1979
Atualização	CELESC	1984
Elaboração		
Pesquisa	Meatrodó Geográfica	1994

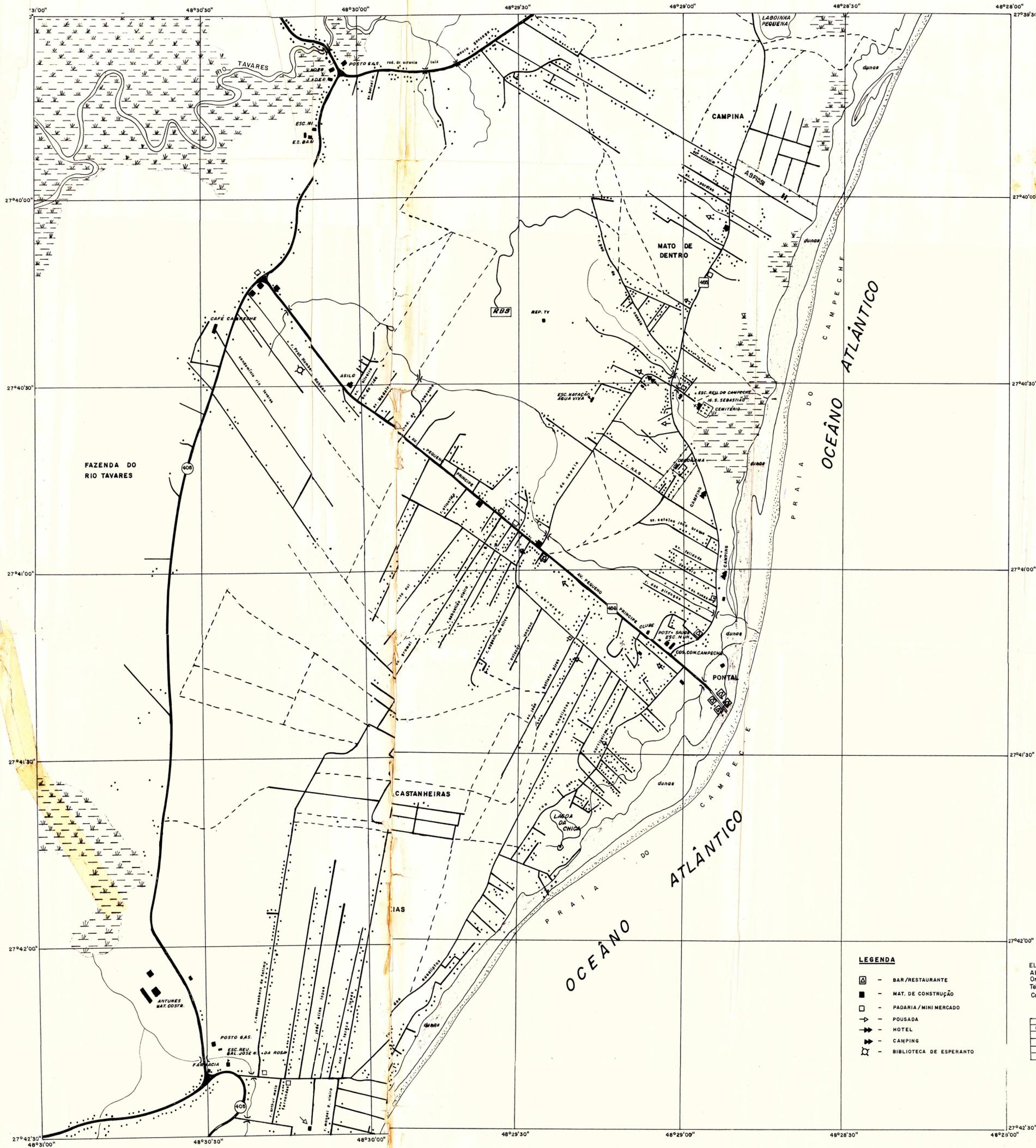
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM 1994  
E CONVERGÊNCIA MERIDIANA DO CENTRO DA FOLHA



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA  
CRESCERÁ 9' ANUALMENTE  
Usar exclusivamente dados numéricos

CAMPECHE(SC)

ANEXO II

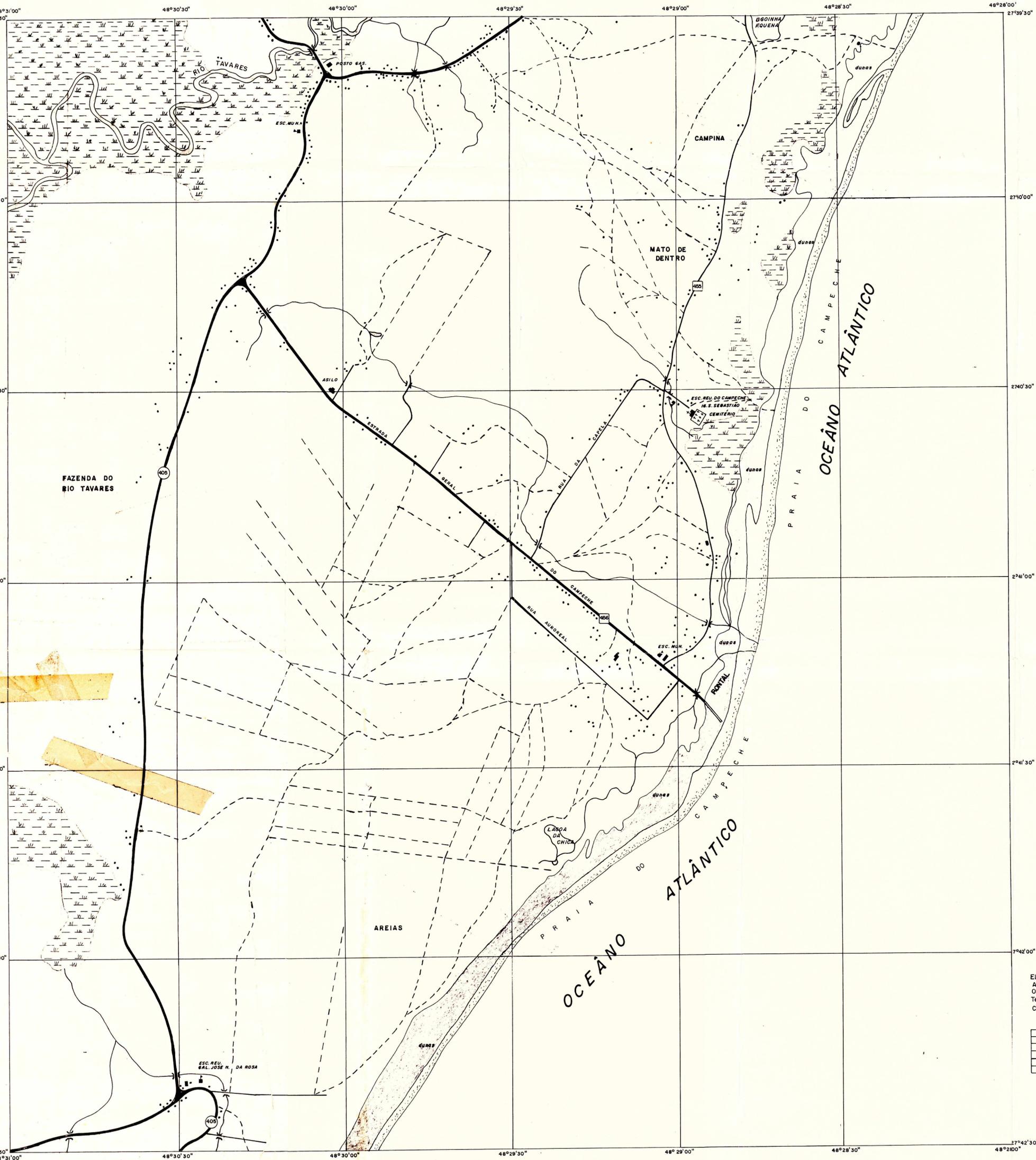


# OCUPAÇÃO URBANA DO CAMPECHE

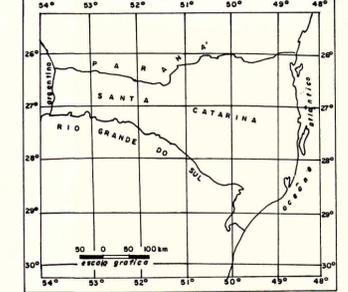
ESCALA GRÁFICA



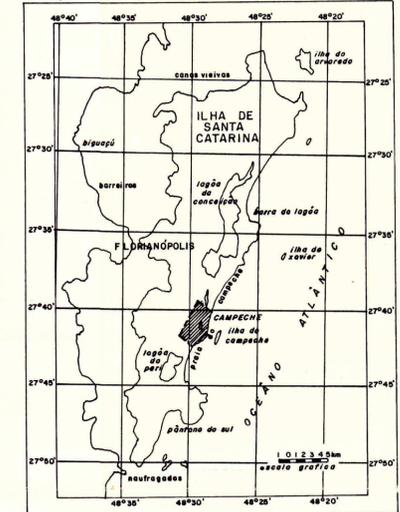
1984



POSIÇÃO GEOGRÁFICA DA ILHA NO ESTADO



POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO PROJETO NA ILHA



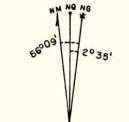
## CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS



ELABORAÇÃO  
 Aluna: VERA LUCIA N. DIAS  
 Orientador: Odair Garcia da Silva  
 Técnico Cartógrafo: JOAO C. GARCIA  
 Compilação e Desenho: J. C. GARCIA

FASES	EXECUTANTES	ANO
Cobertura Aérea	Crusairo do Sul	1979
Reatificação	IPUF	1979
Análise de	CELESC	1984
Elaboração	Mestrado Geografia	1984
Pesquisa		

DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM 1984  
 E CONVERGÊNCIA MERIDIANA  
 DO CENTRO DA FOLHA



A DECLINAÇÃO MAGNÉTICA  
 CRESCE 9' ANUALMENTE  
 Usar exclusivamente dados numéricos

CAMPECHE(SC)

ANEXO I